

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Wheisenhower Resende Campelo

**O agronegócio de olho na educação:
o movimento De Olho no Material Escolar e a Geografia da Educação**

Uberlândia-MG

2026

Wheisenhower Resende Campelo

**O agronegócio de olho na educação:
o movimento De Olho no Material Escolar e a Geografia da Educação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais

Linha de pesquisa: Educação Geográfica e Representações Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Amanda Regina Gonçalves

Uberlândia-MG

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

2026	C193 Campelo, Wheisenhower Resende, 2000- O agronegócio de olho na educação: o movimento De Olho no Material Escolar e a Geografia da Educação [recurso eletrônico] / Wheisenhower Resende Campelo. - 2026. Orientadora: Amanda Regina Gonçalves. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.356 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações. 1. Geografia. I. Gonçalves, Amanda Regina, 1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Geografia. III. Título.
------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

Wheisenhower Resende Campelo

**O agronegócio de olho na educação:
o movimento De Olho no Material Escolar e a Geografia da Educação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Uberlândia, 23 de março de 2026.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Amanda Regina Gonçalves (UFU) - Orientadora

Profa. Dra. Ana Claudia Carvalho Giordani (UFF)

Profa. Dra. Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro (IFF)

ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico; Número 586, PPGGEO				
Data:	23 de março de 2026	Hora de início:	14h:00min	Hora de encerramento:	16h:45min
Matrícula do Discente:	12412GEO015				
Nome do Discente:	Wheisenhower Resende Campelo				
Título do Trabalho:	O agronegócio de olho na educação: o movimento De Olho no Material Escolar e a Geografia da Educação				
Área de concentração:	Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais				
Linha de pesquisa:	Educação Geográfica e Representações Sociais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se na Sala [On-line - <https://conferenciaweb.rnp.br/sala/amanda-regina-goncalves>], no Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professoras Doutoras: Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro - IFF-RJ; Ana Claudia Carvalho Giordani - UFF-RJ e Amanda Regina Gonçalves - IGESC/UFU orientadora do(a) candidato(a). A Defesa aconteceu de forma remota.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dra. Amanda Regina Gonçalves - IGESC/UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Regina Gonçalves, Professor(a) do Magistério Superior**, em 23/03/2026, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Carvalho Giordani, Usuário Externo**, em 23/03/2026, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro, Usuário Externo**, em 23/03/2026, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7051670** e o código CRC **E9F8C4D4**.

À minha mãe Patricia e ao meu pai Lordeglendevan,
pela dedicação de uma vida inteira. Estou aqui por vocês.
Aos amigos que caminharam ao meu lado por todo esse trajeto e
dedicaram seu amor e cuidado que transbordam em mim.
Aos movimentos sociais de resistência desse país, que lutam pela
igualdade de gênero, pela livre sexualidade, pelo antirracismo,
pela terra e por uma educação emancipatória.

AGRADECIMENTOS

Acredito que para agradecer as pessoas e os lugares que estiveram comigo nessa jornada, é necessário retomar minha trajetória acadêmica e escolar.

Venho de um lugar em que a educação quase nunca foi uma possibilidade de caminho a ser seguido. Diversos amigos de infância abandonaram os estudos ou trabalhavam e estudavam ao mesmo tempo. Essa nunca foi minha realidade. Falo isso para situar um pouco minha existência – privilegiada em muitos sentidos, mesmo estando em escolas públicas durante toda minha vida escolar.

Meus pais, que em muito agregaram na minha formação como pessoa e como profissional, nunca tiveram a oportunidade de concluir seus estudos. Os percalços da vida levaram suas trajetórias para outros caminhos, que não o da educação. Minha mãe, mãe solo do primeiro filho aos 20 anos, interrompeu seus estudos; meu pai, irmão mais velho dentre todos, assumiu papel de pai tão jovem e com tantas responsabilidades. De fato, suas trajetórias em nada se assemelham a minha nesses aspectos, mas um ponto nos liga: a valorização da educação.

Cresci ouvindo de que a educação era o mais importante para minha vida e que o conhecimento me levaria para lugares que eles não puderam alcançar. E levou. Ingresso no curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia aos 17 anos, fruto de cotas de renda e escola pública. A partir desse momento alcancei lugares, pessoas e conhecimentos que eu jamais poderia imaginar que meu caminho encontraria.

Por isso, aos meus pais, meus agradecimentos mais profundos por terem sido as pessoas que mais me incentivaram e mais se dedicaram para que eu estivesse aqui. Sem o apoio de vocês jamais poderia ter chegado a uma pós-graduação. Sou o primeiro de nossa família a alcançar esse lugar, mas não cheguei só, o nome de vocês estará marcado em minha trajetória.

À minha família, minha avó, tio e irmão. Obrigado por serem pessoas que torceram por mim todo o tempo, acreditando que eu conseguiria alçar voos maiores do que eu poderia enxergar. A sorte e o privilégio de ter uma família que acredita no papel do professor, do pesquisador e da educação.

Aos professores de graduação e pós-graduação, obrigado por tantos anos de aprendizado e construção de conhecimento, que estão para além de apenas uma formação acadêmica. Tive a honra de participar de programas como o PIBID e a Residência Pedagógica que foram fundamentais na minha jornada enquanto estudante e professor.

À Amanda Regina Gonçalves, por ter aceitado me orientar nessa pesquisa de mestrado e que, com muito orgulho me tornei seu primeiro orientando de mestrado na Universidade

Federal de Uberlândia. Como uma excelente pesquisadora, professora e pessoa que é, fico feliz que nossas caminhadas tenham sido cruzadas. Jamais esquecerei desses anos que construímos juntos esta pesquisa.

À agência de fomento à pesquisa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou parte desta dissertação.

Ao Programa Escola Água Cidadã e aos amigos que construí durante meu estágio na graduação que se tornou um dos momentos de maior aprendizado e companheirismo que tive até aqui.

Aos amigos que estiveram antes e durante dessa jornada, nos momentos tristes e felizes, e que agradeço, pois sem eles não teria conseguido sozinho. À Eliza, Mariana, Badr, Maria Clara, Higor, José e Marco Antônio: eu não poderia encontrar amigos que me apoiassem tanto quanto vocês e que estão comigo há tantos anos (alguns mais de uma década). Saibam que eu admiro e torço para cada um de vocês tanto quanto fizeram por mim.

Gostaria de agradecer à Franciele Fernandes, professora do meu período escolar do 1 ao 4 ano, que tornou o ambiente escolar uma paixão da minha vida. O sonho de seguir a carreira docente se iniciou com o que você plantou em mim: amor e cuidado.

Por fim agradeço a Rita Von Hunty, Drag Queen, educadora e atriz interpretada por Guilherme Terreri pela produção de conteúdos nas redes sociais sobre ensino, emancipação humana e cultura. Para mim, Rita é uma das maiores pensadoras desse tempo, e que transforma com maestria conteúdos acadêmicas em acessíveis, contribuindo com a formação de milhares de pessoas.

Encerro citando-a em um de seus vídeos ao ser questionada se já havia descoberto quem era Rita Von Hunty: “Não. E não sei se estou interessada. Quem eu sou me estaciona. Quem eu posso ser me mantém em movimento”.

Quero dizer que a construção dessa pesquisa fez parte da minha formação humana, essa na qual somos eternos aprendizes e que me manteve em movimento e que persiste nessa ideia de quem eu posso ser.

Obrigado a todos!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo central a compreensão dos vetores de intervenção do De Olho no Material Escolar (DONME) e suas implicações na Geografia da Educação. A inserção da análise do DONME está ancorada em três vetores de intervenção centrais: a política, a mídia e a educação. Para isso, buscou-se analisar a expansão do agronegócio brasileiro sob a perspectiva da face econômica e da face político ideológica, entendendo o DONME como um Aparelho Privado de Hegemonia (APHs) no campo educacional. No vetor de intervenção da política, argumenta-se que a bancada ruralista teve papel fundamental no acesso legislativo de formulação de política públicas da associação, alcançando o objetivo inicial de adentrar no debate público para alterar os livros didáticos. Na mídia como vetor, entende-se que a associação utilizou de espaços midiáticos digitais para articular seus discursos, transformando a vigilância tecnopolítica em interferência na sociedade civil e política. Na educação, o DONME é compreendido como um ator político educacional mediador de políticas educacionais globais em escala local, auxiliando na implementação e permanência de políticas educacionais neoliberais no Brasil. Dessa forma, o DONME opera em uma rede global de políticas educacionais que encontra solo fértil no meio digital, adentrando espaços públicos no objetivo de reformular políticas educacionais brasileiras. Para alcançar os objetivos da pesquisa, estruturamos a metodologia da dissertação em pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, sistematizando e analisando dados de reportagens, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos materiais oficiais do DONME.

Palavras-chave: Questão agrária brasileira; agronegócio; política educacional; Geografia da Educação; De Olho no Material Escolar (DONME)

ABSTRACT

This research aims to understand the intervention vectors of the "De Olho no Material Escolar" (DONME) (Focusing on School Supplies) and their implications for the Geography of Education. The analysis of DONME is anchored in three central intervention vectors: politics, media, and education. To this end, the expansion of Brazilian agribusiness was analyzed from both an economic and a political-ideological perspective, understanding DONME as a Private Apparatus of Hegemony (Aparelho Privado de Hegemonia - APHs) in the educational field. Regarding the political intervention vector, it is argued that the rural caucus played a fundamental role in the legislative access to public policy formulation for the association, achieving its initial objective of entering the public debate to alter textbooks. In the media as a vector, it is understood that the association used digital media spaces to articulate its discourses, transforming technopolitical surveillance into interference in civil and political society. In education, DONME is understood as a political-educational actor mediating global educational policies on a local scale, assisting in the implementation and permanence of neoliberal educational policies in Brazil. In this way, DONME operates within a global network of educational policies that finds fertile ground in the digital environment, entering public spaces with the goal of reshaping Brazilian educational policies. To achieve the research objectives, we structured the dissertation methodology as qualitative, bibliographic, and documentary research, systematizing and analyzing data from news reports, the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and official materials from DONME.

Keywords: Brazilian agrarian question; educational policy; Geography of Education; Focusing on School Supplies (DONME)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Matérias veiculadas na mídia digital sobre o “De Olho no Material Escolar” entre 2020 e 2024.....	53
Quadro 2: Síntese da análise do “De Olho no Material Escolar” na mídia digital.	75
Quadro 3: Levantamento de pesquisas realizadas sobre o De Olho no Material Escolar no período de 2021 a julho de 2025	85
Quadro 4: Mapeamento da coordenação da associação De Olho no Material Escolar	90
Quadro 5: O papel das avaliações nacionais para o Movimento de Reforma Global Educacional (GERM).....	102
 Tabela 1: Área colhida soja em grão (ha) - Brasil/Grandes Regiões (2000/2024).....	 32
Tabela 2: Efetivo do rebanho bovino (cabeças) - Brasil/Grandes Regiões (2000/2024)	34
 Figura 1: Ministro da Educação recebe o DONME para debater “distorções no material escolar”, em 2021.	 44
Figura 2: Ministério da Educação (MEC) recebe representantes do De Olho no Material Escolar em 2021.	71
Figura 3: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (SP) anunciando a visita de alunos da rede municipal de ensino à 28ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação em 2023	72
Figura 4: Enunciado com apontamento de crítica ao novo Plano Nacional de Educação feito pelo De Olho no Material Escolar.	73
Figura 5: Agroteca no site do De Olho no Material Escolar.	78
Figura 6: Programas da associação De Olho no Material Escolar.	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Área colhida de soja em grão (ha) - Brasil/Grandes Regiões (2000/2024)	33
Gráfico 2: Efetivo do rebanho bovino (cabeças) - Brasil/Grande Regiões (2000/2024)	34
Gráfico 3: Deputados representantes da Bancada Ruralista por partido político na Câmara dos Deputados do Brasil (2025).....	40
Gráfico 4: Senadores representantes da Bancada Ruralista por partido político no Senado Federal do Brasil (2025).....	41
Gráfico 5: Deputados representantes da Bancada Ruralista por partido político (2019).....	46
Gráfico 6: Número de matérias sobre o De Olho no Material Escolar entre 2020-2024	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abag - Associação Brasileira do Agronegócio
AGEE - Agenda Globalmente Estruturada para a Educação
APH - Aparelhos Privados de Hegemonia
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CE - Comissão de Educação
CME - Conselhos Municipais de Educação
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
Conae - Comissão Nacional de Educação
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DONME - De Olho no Material Escolar
EPI - Economia Política Internacional
ESALQ - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
ESP - Escola Sem Partido
FIA - Fundação Instituto de Administração
FPA - Frente Parlamentar da Agropecuária
GERM - Global Education Reform Movement
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC - Ministério da Educação
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
PAM - Produção Agrícola Municipal
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEG - Políticas Educacionais Globais
PL - Partido Liberal
PNE - Plano Nacional de Educação
PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PP – Partido Progressista
PPM - Pesquisa da Pecuária Municipal
PRD – Partido Renovação Democrática
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrata

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

SNA - Sociedade Nacional de Agricultura

SRB - Sociedade Rural Brasileira

UDR - União Democrática Ruralista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1. O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO PÓS ANOS 2000 E SUA DUPLA FACE	22
1.1 Criação da noção de agribusiness nos Estados Unidos da América e suas acepções no contexto agrário brasileiro.....	22
1.2 O agronegócio brasileiro e sua dupla expansão: a frente econômica.....	29
1.2.1 A soja e o gado bovino: commodities em expansão pelo agronegócio a partir dos anos 2000	32
1.3 O agronegócio brasileiro e sua dupla expansão: a frente político-ideológica.....	35
1.3.1 A Bancada Ruralista como poder político do agronegócio	37
1.4 Notas sobre a Bancada Ruralista no período Bolsonaroista (2019-2022): a agenda do DONME impulsionada no Congresso Nacional	43
CAPÍTULO 2. O DE OLHO NO MATERIAL ESCOLAR NA MÍDIA DIGITAL: TEMAS, ESTRATÉGIAS E VIGILÂNCIA.....	48
2.1 Tecnopolíticas, plataformas digitais e circulação da informação	50
2.2 A mídia como vetor de intervenção	51
2.2.1 Análise do DONME na mídia: construção discursiva e modo de operação	74
a) Análise interpretativa por categorias analíticas	75
b) Síntese interpretativa: a arquitetura midiática de intervenção do DONME.....	76
CAPÍTULO 3. O DONME E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS GLOBAIS: O LOCAL E O GLOBAL NA GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO	84
3.1 Do que já foi pesquisado sobre o DONME: breve estado da arte.....	84
3.2 O De Olho no Material Escolar e seus programas	94
3.3 Geografia da Educação e o DONME	96
3.4 Globalização das políticas educacionais: abordagens teóricas e a inserção do De Olho no Material Escolar em escala global.....	98
3.5 O Movimento Global de Reforma Educacional como estrutura global e o DONME como expressão local	101
Considerações Finais	107
Referências	110
Referências Reportagens.....	113

INTRODUÇÃO

Na segunda década do século XXI o agronegócio brasileiro ganhou espaço na mídia hegemônica com campanhas que fortalecem a importância desempenhada por esse setor da economia, a exemplo, especialmente, da campanha o “Agro é Tech, o Agro é Pop, o Agro é Tudo”, iniciada em 2016, com programas exibidos em canal aberto da maior emissora de televisão comercial do país. O forte apelo ao desenvolvimento sustentável e ao discurso de que o agronegócio alimenta o Brasil, bem como tecnologias avançadas e a popularização do cotidiano do campo enquanto estilo de vida, fortaleceram a imagem do agronegócio no imaginário popular.

Em paralelo a esse avanço nos meios de comunicação pelo agronegócio, é nesse contexto que durante o ensino remoto do período da pandemia, pais e mães ligados ao agronegócio observaram o ensino e os materiais didáticos de seus filhos constatando o que nomearam como uma “desatualização dos conteúdos” referente ao processo de produção no campo realizado pelo agronegócio.

A partir dessa observação, surge no Brasil em 2020 uma associação denominada De Olho no Material Escolar (DONME). Essa articulação se organiza enquanto um movimento que busca, segundo os representantes, a atualização dos materiais didáticos do ensino brasileiro para retratar o agronegócio de forma positiva e embasada por dados científicos.

A campanha propõe a revisão e alteração dos materiais escolares para retratar o agronegócio e a vida no campo de forma positiva, com oportunidades de empregos, uso de tecnologias de ponta aplicadas na produção do campo e produção de alimentos para a população. Em seguida, o DONME firmou parcerias nas mais diversas esferas do poder público e empresas privadas, pressionando o Ministério da Educação (MEC), a fim de propor essa revisão nos livros didáticos. A articulação foi feita em especial com os parlamentares da Bancada Ruralista (Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA).

A visibilidade e impactos dessas propostas de intervenção nos materiais escolares da educação brasileira se dão pela força de poder político-econômica e cultural que os atores representantes do agronegócio têm no Brasil, tentando efetivar uma disputa curricular que não prejudique a imagem e os interesses dos grupos ligados ao agronegócio, visando manutenção do poder do setor no país.

A relevância do fenômeno a ser estudado está em compreender esse avanço do agronegócio sobre a educação e de que forma isso impacta o ensino de geografia, visto que, juntamente com a disciplina de história, são os mais afetados com o objetivo de revisão do

material didático e de outras políticas educacionais, como o Programa Nacional do Livro do Material Didático (PNLD) e diretrizes curriculares destinadas à educação básica no Brasil, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Portanto, o objeto de estudo se concentra em compreender o fenômeno da organização de uma associação reivindicando alterações em materiais didáticos no Brasil, utilizando-se da mídia enquanto espaço de divulgação de seus discursos. Para analisar o objeto de investigação por uma perspectiva geográfica, buscar-se-á compreender como a estruturação do agronegócio na mídia avançam sobre outros setores da sociedade e possui influência no cenário político educacional brasileiro, impactando a formação geográfica escolar e, consequentemente, as formas de relação e usos dos sujeitos com o espaço e o território.

A justificativa da presente pesquisa, aproxima-se do campo da Geografia da Educação, pois está baseada na necessidade de identificar e compreender as tentativas de intervenção do DONME nos currículos e materiais didáticos de geografia, ou seja, seus arranjos relativos à educação, bem como os impactos dessas ações na construção do conhecimento escolar. O movimento, organizado por representantes diretos do agronegócio brasileiro e apoiado por setores político-econômicos de expressiva influência no Brasil, tem como objetivo a revisão dos conteúdos didáticos para adequá-los a uma visão específica do setor agropecuário, levantando questionamentos sobre a diversidade de perspectivas no ensino e a autonomia docente.

A pesquisa tem como objetivo analisar de que forma os vetores de intervenção (política, mídia e educação) do DONME operam e se articulam na promoção de uma imagem positiva do agronegócio. Os objetivos específicos se concentram em alcançar o objetivo geral, sendo eles: compreender a estruturação do agronegócio brasileiro sob a perspectiva de duas frentes: a econômica e a política; analisar a inserção do DONME nas mídias digitais; e identificar a atuação do DONME se materializando em políticas públicas educacionais.

Para tanto, estruturamos a divisão de seções entre os três objetivos específicos. Em um primeiro momento do trabalho, buscamos desenvolver um capítulo dedicado a abordar a noção de agribusiness e como esse conceito chega ao Brasil, inserindo uma nova forma de retratar a cadeia produtiva do campo. Para isso, utilizamos autores como Caio Prado Jr., Caio Pompeia e Guilherme C. Delgado. Além disso, buscamos analisar dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) sobre produção de soja em grãos e cabeças de bovinos de forma comparativa entre os anos de 2000 e 2024 como forma de analisar a expansão econômica. Para a expansão política analisamos a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) como interlocutor do setor do agronegócio e das políticas públicas no Brasil.

No segundo capítulo, realizamos a coleta das reportagens com o objetivo de analisar de que forma o DONME opera sua atuação em mídias digitais de caráter jornalístico. Para isso, buscamos as reportagens pelo comando no Google “De Olho no Material Escolar” na seção de notícias, com o recorte temporal de 2020 a 2024, elaborando um quadro com informações que serviu de base para nossa análise temática e de articulação. Elegemos categorias analíticas para compreender a lógica de atuação da associação que demonstra um padrão analítico de recorrência temática.

Para o capítulo final, analisamos como o DONME se insere no contexto de políticas educacionais globais, atuando como um ator político educacional intermediador de propostas educacionais que fazem parte de uma rede de reformas educacionais neoliberais. A associação medeia essas políticas internacionais no âmbito local de políticas brasileiras, por meio de seus programas oficiais e possíveis efetivações na sociedade política com apoio parlamentar da bancada ruralista.

A seguir, serão apresentados a identificação e o recorte do estudo, a saber: os vetores de intervenção do De Olho no Material Escolar.

A fim de analisar o funcionamento do movimento De Olho no Material Escolar (DONME), identificou-se a necessidade de entender sua atuação em diferentes frentes como na mídia, na política e na educação. Essas frentes de atuação ou o que chamamos de vetores de intervenção são os meios pelos quais são feitas a divulgação e a forte presença da associação para concretizar seus objetivos, que são as propostas de ensino para uma retratação do agronegócio brasileiro de acordo com os interesses do movimento DONME.

Através desses três vetores de intervenção - mídia, política e educação, estabelecemos um aporte teórico que visa alcançar o objeto de estudo e propor um diálogo entre o tema da pesquisa e esses referenciais teóricos.

Para o referencial teórico, buscaremos utilizar autores, conceitos e teorias que consigam sustentar o tema de pesquisa e promover uma relação entre a problemática e os conceitos teóricos utilizados. De início, estabelecemos os três vetores de intervenção, para melhor compreender frentes de atuação do movimento, sendo três vetores: mídia, política e educação.

Esses vetores foram escolhidos com a justificativa de serem os três meios em que se estabelece a movimentação e a atuação do DONME. A mídia é o espaço de divulgação, de alcance do público através dos discursos; a política demonstra a busca por poder político e econômico por meio das alianças que são feitas e investidas em participação e influência na política educacional brasileira; e a educação é o espaço de disputa das narrativas em que se busca representar o agronegócio de acordo com a visão ideológica do movimento.

Entende-se que o movimento De Olho no Material Escolar pode ser compreendido enquanto uma associação criada na sociedade civil, possuindo relação direta o setor do agronegócio brasileiro, utilizando da internet e das mídias sociais para conseguir alcançar um público maior e promover um apelo da população por meio de seus discursos.

O vetor de intervenção da política é importante para o movimento De Olho no Material Escolar devido à possibilidade de entrar no debate público para a inserção de novas diretrizes e metas no Plano Nacional de Educação - PNE, conforme site do movimento:

Temos ampliado o diálogo com todas as esferas de poder, em prol de políticas públicas com foco no ensino pautado em **evidências científicas**, na eficácia da aprendizagem e em seus reflexos em um futuro mais próspero para as novas gerações, em especial a necessidade de mudanças para o novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2025-2035 (DONME, 2024, n/p., grifo do autor).

Para compreender melhor esse vetor de intervenção, buscamos analisar as alianças feitas pelo DONME e parlamentares brasileiros que compõem a bancada ruralista,

As líderes da campanha "De olho no material escolar" também têm buscado se articular com parlamentares da Bancada Ruralista – cujo nome oficial é Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)-, que representa os interesses do agronegócio no Congresso Nacional (Brasil de Fato, 2021, n/p).

Em sua tese, Leite (2023) aponta que a articulação do DONME com a FPA vem sendo mantida desde o início do movimento, conforme conta do Instagram da campanha no dia 21 de outubro de 2020, lideranças da campanha estiveram reunidas com a Bancada ruralista para “[...] expor o tipo de comunicação, reduzindo a agropecuária ao papel de vilão nacional, que temos encontrado no material escolar de nossas crianças” (DONME, 2020, n/p *apud* Leite, 2023, p. 200).

A política possui diferentes dimensões como a hegemonia, disputas ideológicas, discursos e relações de poder. Antonio Gramsci auxilia nessa compreensão ao debater a questão da hegemonia nos Cadernos do Cárcere (2022), em que a hegemonia é uma ferramenta de análise política ao que se refere à capacidade de um grupo dominar ideologicamente outro grupo social.

Já a educação enquanto vetor de intervenção consiste em um espaço de disputa ideológica em que diferentes grupos e movimentos sociais buscam alterar o currículo e os materiais didáticos conforme seus próprios interesses. Michael Apple (2016) aponta que o currículo é um campo de disputa ideológica e política, utilizado para reproduzir uma ou

questionar relações de poder. Paulo Freire (2014) estabelece a crítica ao ensino que reproduz ideologias sem questionamento, denominado ensino bancário. Essas concepções sobre o currículo e o ensino nos permitem compreender a atuação e o propósito do De Olho no Material Escolar ao proporem alterações no ensino que valorizem o agronegócio enquanto setor econômico no país.

Esses três vetores de intervenção serão analisados para compreender a formação do De Olho no Material Escolar enquanto associação política e como ocorre sua atuação na sociedade brasileira.

Metodologicamente, a pesquisa se estrutura a partir de uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, orientada por referenciais que abordam Agronegócio, Tecnopolíticas e da Geografia da Educação. Busca-se compreender o DONME como um fenômeno inserido em disputas curriculares e ideológicas por meio de políticas educacionais locais e globais. O percurso metodológico foi estruturado na definição de três vetores de intervenção: política, mídia e educação, sendo estes vetores frentes de atuação que a associação se organiza e se difunde simbolicamente e materialmente.

Em um primeiro momento, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a formação do agronegócio brasileiro por meio de sua dupla face de expansão: econômica e político-ideológica, trabalhando com autores que reafirmavam a luta de classes, a questão agrária brasileira, e a busca por hegemonia e consenso através de aparelhos privados de hegemonia (APH). Com isso, sistematizou-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre commodities como soja e gado sob o recorte temporal de 2000-2024, evidenciando dessa forma a expansão econômica do agronegócio.

No segundo momento, para trabalhar o DONME e as mídias digitais, houve a coleta de reportagens em mídia digitais jornalísticas, a partir de uma busca no Google com o termo “DE Olho no Material Escolar”, com o recorte de 2020 a 2024, ao qual elaboramos um quadro analítico e posteriormente a criação de categorias analíticas que auxiliaram na interpretação e da recorrência temática da atuação do DONME na mídia.

Por fim, no vetor de educação buscamos analisar os programas da associação e suas relações com políticas educacionais locais e globais, alcançando a tese de que o DONME atua como agente político educacional que articula em diferentes escalas, noções neoliberais de reformas educacionais, espacializando essas concepções em políticas públicas no Brasil.

CAPÍTULO 1. O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO PÓS ANOS 2000 E SUA DUPLA FACE

Com o objetivo de introduzir a discussão acerca do nosso objeto de pesquisa e o referencial que sustenta a fundamentação teórica, buscamos neste primeiro capítulo desenvolver uma discussão sobre os debates centrais que permeiam o setor produtivo do agronegócio brasileiro através das suas frentes de atuação. Podemos também definir este primeiro capítulo como uma breve contextualização do agronegócio brasileiro nos moldes atuais, que tem como marco histórico a transição do século XX para o século XXI, e que, através dessa nova configuração do agronegócio brasileiro, alcançamos o De Olho no Material Escolar - DONME como um tentáculo de atuação desse setor, ou como um aparelho de hegemonia.

Utilizaremos este primeiro momento para evidenciar a frente econômica e a frente político-ideológica do agronegócio pós anos 2000, que estão inseridos em um contexto de busca por uma hegemonia. A questão econômica está posta sob a análise de *commodities* do agronegócio e a comparação entre os anos de 2000-2024, expondo a expansão territorial e econômica que o agronegócio tem realizado no início deste século. No Congresso Nacional Brasileiro, onde são exercidas as funções de poder legislativo no país, a questão político-ideológica está ancorada na compreensão da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), uma associação formalmente registrada e composta por deputados e senadores de diversas correntes políticas, ou seja, uma frente parlamentar no Congresso, que atua como uma entidade da sociedade política que legisla sobre os próprios interesses.

A indústria cultural e o avanço sobre as questões educacionais que o agronegócio tem feito também compõem a atuação realizada por esse setor e que articula a sociedade civil em busca de um consenso sobre o setor. Para compreender estas questões utilizamos uma leitura gramsciana sobre a realidade, nos atentando à e conceitos como Estado ampliado, sociedade civil, sociedade política e aparelhos privados de hegemonia (APHs).

1.1 Criação da noção de agribusiness nos Estados Unidos da América e suas acepções no contexto agrário brasileiro

O agronegócio brasileiro constitui uma gama vasta de atividades produtivas que formam esse conglomerado industrial e financeiro no Brasil. Buscar uma definição para este termo exige cuidado e compreensão do tamanho e importância desse fenômeno não somente no setoreconômico, mas no que diz respeito aos aspectos políticos e ideológicos presentes nas

narrativas de funcionamento do agronegócio brasileiro.

No entanto, para fins de contextualização histórica e geográfica, é necessário a compreensão da formulação do termo e em qual momento histórico se deu a concepção desse novo modelo de produção no campo.

O termo que dá origem ao que chamamos de Agronegócio surgiu nos Estados Unidos no final da década de 1950, idealizado por J. H. Davis e R. Goldberg, em 1957 através do estudo ‘A Concept of agribusiness’, conforme destaca Mendonça, 2013. O primeiro argumento utilizado para essa expansão e modificação de produção na agricultura foi o da necessidade de erradicar a fome, considerando o crescente número populacional no planeta, evitando desta forma uma catástrofe alimentar sustentada na teoria malthusiana (Melo, 2018).

Segundo Caio Pompeia (2018), as indústrias alimentícias tiveram papel fundamental, sendo as primeiras a fomentar a noção de *agribusiness*

No período de meio século entre 1900 e 1950, a população urbana dos Estados Unidos tinha passado de 40,4% para 60,4% (UNITED STATES GOVERNMENT, sem data). Com a crescente urbanização, aumentava a demanda por produtos alimentícios industrializados. Dado que havia um processo concomitante de intensificação da verticalização nas cadeias produtivas, ficava cada vez mais pronunciada a necessidade de a indústria racionalizar a administração de seus empreendimentos no campo (Pompeia, 2018, p. 67).

A noção de *agribusiness*, portanto, utilizava uma premissa de falta de alimentos devido ao crescente número populacional urbano na metade do século XIX, para justificar uma transformação no modo produtivo da agricultura, ligando-o ao segmento de “negócios”, que de acordo com seus ideólogos, tinham proximidade e sinergia para atuarem juntos, tendo como resultado uma primeira definição de *agribusiness* formulada por John H. Davis.

Por definição, *agribusiness* significa a soma de todas as operações da fazenda, mais a manufatura e a distribuição de todos os insumos de produção agrícola providos pelos negócios, mais o total das operações realizadas em conexão com a manipulação, estocagem, processamento, e distribuição de commodities agrícolas. Em suma, *agribusiness* refere-se à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras (Davis, 1955 apud Pompeia, 2018).

A questão do desenvolvimento técnico e do progresso tecnológico foram apontados como os responsáveis por transformarem o mundo rural norte-americano - processo esse que acontecia há um século, ocasionando em uma relação de interdependência entre a produção

agrícola e os negócios relacionados a ela. Através disso, acontece a nomeação dessa aproximação entre os setores (Pompeia, 2018).

Tendo em vista que a agricultura não era mais uma atividade isolada há algum tempo e que a criação dessa interdependência entre a produção agrícola e os negócios ligados a processos industriais e à cadeia produtiva, a emergência do termo *agribusiness* surge como uma solução para problemas antigos e identificar possíveis novos desafios econômicos.

A noção de *agribusiness* proposta inicialmente por seus ideólogos logo foi expandida, ao qual se deu o nome de sistema de commodity¹ de *agribusiness* (*agribusiness commodity system*), ao qual considerava “todos os participantes envolvidos na produção, processamento e comercialização de um determinado produto agropecuário” (Goldberg, 1968 apud Pompeia, 2018).

No entanto, Pompeia (2018) afirma que nem mesmo as cadeias produtivas conseguem abranger a totalidade, incluindo os agricultores familiares. Os *family farmers* podem ser entendidos como a categoria de agricultores familiares no Brasil, ressaltando suas diferenças que consistem especialmente no tamanho de suas terras e no modo de operação das fazendas familiares.

A concepção de *agribusiness* não nascia, portanto, como oposição aos *family farmers*, mas conectada a uma proposta político econômica que legitimava – e aprofundava – a seleção que já vinha ocorrendo há décadas entre produtores familiares que estariam aptos ou inaptos para inserirem se nos sistemas agroalimentares (Pompeia, 2018, p. 72).

Houve que, no início não existia propriamente uma oposição entre os *family farmers* e o *agribusiness*, ou seja, entre agricultores familiares e o agronegócio, mas sim uma seleção de produtores familiares que conseguiriam fazer parte desse novo sistema generalizado da produção no campo, em virtude do tamanho de suas terras e da capacidade de incorporar avanços tecnológicos, sendo este um projeto com vistas ao aprofundamento das desigualdades no desenvolvimento rural (Pompeia, 2018).

Percebe-se que desde o princípio, a noção de *agribusiness* - mesmo que não trazendo uma oposição aos *family farmers* -, acabou por fortalecer aqueles que já haviam se posicionado no mercado como grandes produtores e lobistas do segmento, fazendo com que os demais

¹ São substâncias ou produtos primários, minerais ou agrícolas, normalmente insumos para a produção de bens acabados, cuja precificação é determinada por padrões específicos de composição e qualidade, o que as tornam perfeitamente intercambiáveis com os de sua mesma espécie. São exemplos: soja em grão, cobre, minério de ferro, petróleo *brent* (Senado Federal, 2026).

produtores, e em especial os produtores familiares, recorressem ao suporte do Estado para uma tentativa de se enquadrar nesse novo modelo, com o propósito de sobrevivência de suas produções.

Havia três caminhos possíveis a serem levados à frente para fomentar uma política de agribusiness, escreveu o autor no artigo (DAVIS, 1956): a reorganização da produção agrícola com base em grandes unidades corporativas; a promoção de unidades familiares com capacidade produtiva e integradas em cooperativas; e a integração vertical sem monopolização das unidades produtivas, com base na cooperação mais direta entre produtores e corporações (Pompeia, 2018, p. 72).

Dessa maneira, a noção de agribusiness integrava pequenos e grandes produtores em uma cadeia produtiva que ligava produtores e corporações, objetivando por sua vez uma produção de alimentos que sustentasse a sobrecarga do sistema global de produção de alimentos. Com isso, os Estados Unidos implementaram uma nova política exterior com o intuito de integrar países emergentes nessa nova cadeia global de alimentos, liderada pela noção de agribusiness.

Uma inflexão na política exterior norte-americana, em meados dos anos 1960, impactou decisivamente o status da noção de agribusiness. Ela ganharia contornos claros na mensagem especial do presidente Lyndon B. Johnson (1963-1969, Partido Democrata) ao Congresso em 10 de fevereiro de 1966. Nela, o mandatário propôs ao parlamento que os Estados Unidos liderassem a “Guerra contra a Fome” (War on Hunger). Segundo ele, muitos dos países “em desenvolvimento” precisariam urgentemente atribuir maior prioridade à melhoria e modernização da produção e distribuição de alimentos e ao aumento da renda de sua população. Consequentemente, ele sinalizou a transferência do foco no uso internacional de excedentes agrícolas para uma política de apoio à produção interna nos países cujas populações apresentassem alta prevalência de insegurança alimentar e estivessem na órbita de influência norte-americana (Pompeia, 2018, p. 79-80).

O período histórico citado acima foi marcado por fortes avanços tecnológicos e de novas técnicas introduzidas na produção de alimentos, ao qual ficou conhecido como Revolução Verde, integrando-se ao surgimento da noção de agribusiness.

Como visto anteriormente, a primeira noção que legitimou o surgimento do termo *agribusiness* foi o da luta contra a fome. A ciência formulou a noção e as estatísticas do setor, enquanto o governo se preocupava com os discursos da luta contra a fome no mundo (Pompeia, 2018).

A “Guerra contra a fome” justificava essa aliança entre o Estado e as corporações

privadas do *agribusiness*, enquanto a noção de Revolução Verde validava essa expansão produtiva em países de “Terceiro Mundo”, incluindo o Brasil que recebeu essa ideia nos anos 1960 e 1970, por meio dos governos militares e do “Milagre Econômico”.

Das novidades de melhorias de produção e uso de novas tecnologias, estão inclusas novas variantes de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, dentre outras tecnologias (Pompeia, 2018).

Para além disso, a Revolução Verde foi mais do que um discurso de salvação de problemas relacionados ao crescimento populacional e falta de alimentos na cadeia global. Foi também uma forma de legitimar a expansão norte-americana em países que estavam em desenvolvimento e se industrializando, em um contexto de disputa de hegemonia entre duas potências no período da Guerra Fria, construindo plantas industriais de fertilizantes e agrotóxicos nos países emergentes - o que por sua vez significou ganho de capital para os Estados Unidos.

Por outro lado, o trabalho das agências privadas e públicas norte americanas em outros países abria mercados para as exportações norte americanas desses insumos, como salientou o presidente Johnson em sua mensagem ao Congresso sobre ajuda internacional, ao afirmar que “nossos programas de ajuda têm um impacto favorável de longo prazo em nosso balanço de pagamentos por construírem novos mercados para nossas exportações” (United States Government apud Pompeia, 2018, p. 88).

No Brasil, a noção de *agribusiness* chega nas décadas de 1950 e 1960, período este marcado pelo início da industrialização brasileira e que logo de início, causou controvérsia ao ser utilizada como crítica ao governo de Juscelino Kubitschek (Partido Social Democrático, 1956-1961), pelo seu favorecimento dos setores da indústria e do comércio em detrimento da agricultura (Pompeia, 2018).

Sobre o agronegócio no seu entendimento brasileiro, Delgado (2012, p. 94): “Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado.”

Nos anos de 1950 se intensificaram no Brasil as lutas por reforma agrária, gerando grandes debates entre figuras importantes como acadêmicos e políticos, sobre qual política pública deveria ser priorizada a agrária ou a agrícola. Fazendo a distinção entre “aqueles que advogavam pela precedência da primeira enxergavam as populações rurais subalternas como o

foco da ação nesse sentido; os que defendiam a segunda tomavam a posição dos grandes e médios empresários" (Pompeia, 2018, p. 106).

Dentre os favoráveis a políticas públicas que privilegiam a questão agrária, Caio Prado Junior foi um de grande destaque político e intelectual, retratando suas discordâncias e críticas em diversas de suas publicações.

Caio Prado Junior criticava fortemente a estrutura agrária no Brasil, assinalando por exemplo que os “erros” do passado e que persistem até o momento, sem antes dizer sob qual perspectiva estamos discutindo. Os “erros” podem ser vistos desta forma na perspectiva de certos interesses, mas de acertos através de outro ângulo. Sobretudo os procedimentos da agropecuária brasileira que se justificam com seu objetivo: “a maior soma de lucros no menor prazo possível, e com um mínimo de despesa inicial” (Prado Junior, 1979, p. 24), questionando por fim onde se encontra o erro.

De acordo com Prado Junior (1979), os sucessos da exploração agrária se devem, no Brasil, a dois fatores: primeiramente à larga disponibilidade de terras que durante o processo de apropriação, não encontrou um volume significativo de empreendedores da exploração agrária, que mais tarde vieram a se tornar classe dominante e em segundo lugar a disponibilidade de força de trabalho forçado, através dos indígenas e do tráfico de povos africanos, sendo essa mão de obra fornecida aos grandes proprietários, tornando-as uma grande massa de população rural que se constituiu exatamente com esse objetivo: mão de obra de baixo custo e de trabalho forçado, conforme destaca o autor considerando que “o virtual monopólio da terra, concentrada nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, obriga a massa trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a esses mesmos proprietários, empregando-se a serviço deles” (Prado Junior, 1979, p. 25-26).

Em diversos momentos a crítica do autor se direciona ao processo de colonização no Brasil, e que, as estruturas agrárias em território brasileiro persistem aos moldes coloniais. A construção do monopólio da terra e da apropriação de pessoas enquanto mão de obra forçada constituíram e fundaram as estruturas agrárias, aos quais ainda hoje o agronegócio reforça as bases dessa estrutura. Ainda que o agronegócio tente se afastar desse estereótipo da colonização, utilizando discursos como o próprio avanço tecnológico e implementação do mesmo no campo, Prado Junior (1979) destaca que o progresso técnico que tem como objetivo uma maior rentabilidade, não pode constituir, por si, um aumento na qualidade de vida do trabalhador rural. Está para além da incorporação tecnológica, e o que determina, por exemplo, a remuneração do trabalho no campo na verdade é o equilíbrio entre mão de obra, oferta e demanda.

A questão do trabalhador rural é destacada nos textos de Caio Prado Junior. Em

concordância com o autor, trata-se de uma luta de classes histórica no Brasil. Tanto a massa de pessoas escravizadas quanto as de imigrantes do século XIX que reforçaram os contingentes de trabalhadores no campo, nunca estiveram próximos de uma condição real de disputar o patrimônio fundiário neste país, justamente por essas terras estarem apropriadas por poucas pessoas, derivando de fatores sociais e não de fatalidades geográficas (Prado Junior, 1979).

Sobre a concentração fundiária, Prado Junior (1979) afirma que isso é reflexo da nossa economia, assim como resulta da formação do país desde a colonização, e que persiste atualmente. E é por meio desse processo colonial e da ocupação progressiva do território que formaria o nosso país, que se constitui desde sempre, um empreendimento mercantil. Ainda hoje que “[...] essa nova e tão mais complexa estrutura social brasileira, apesar das consideráveis diferenças que a separam do passado, e ainda assenta, em última instância, nos velhos quadros econômicos da colônia, com seu elemento fundamental que essencialmente persiste, e que vem a ser a obsoleta forma de utilização da terra e organização agrária que daí resulta” (Prado Junior, 1979, p. 49).

Se no período que antecede ao golpe cívico militar brasileiro os debates sobre reforma agrária ganhavam força, foi a partir do golpe militar de 1964 no Brasil que o debate em torno das questões agrárias foi cortado, ao passo que houve uma intensificação do debate relacionado à oferta e demanda de produtos agrícolas, em contrapartida omitindo, por exemplo, questões relativas à estrutura fundiária, conforme destaca Guilherme Costa Delgado (2005).

Ainda de acordo com o autor, no Brasil o pensamento econômico hegemônico se baseou no pensamento funcionalista norte-americano, respeitando os papéis clássicos da agricultura. Guilherme Delgado destaca que o pensamento dos economistas conservadores da época estava impregnado das cinco funções da agricultura, sendo eles: “i) liberar mão-de-obra para a indústria; ii) gerar oferta adequada de alimentos; iii) suprir matérias-primas para indústrias; iv) elevar as exportações agrícolas; e v) transferir renda real para o setor urbano” (Delgado, 2005, p. 30).

Delgado (2005) observa que à esquerda da “Questão Agrária”, os termos utilizados se referiam a “crise agrária” ou “questão agrícola”, enquanto os conservadores utilizavam-se de outros termos. O primeiro grupo - à esquerda do pensamento, estava focado nas relações internas de produção (estrutura da propriedade fundiária e das relações de trabalho), como vimos em Caio Prado Junior (1979), enquanto os conservadores se preocupavam com as funções da agricultura.

Isso se refletia também nas acepções positivas e negativas da noção de *agribusiness*, que já na década de 1970 apresentava alguma discordância entre intelectuais, militantes de

partidos políticos e jornalistas.

A disputa em torno do termo está ancorada justamente na questão de que hoje sua representação não está somente ligada a um setor econômico, mas sim em diferentes perspectivas que alcançaram outros setores da sociedade, defendendo projetos e agendas que ultrapassam o campo produtivo, como é o caso de grupos e atores sociais presentes na política.

A questão da luta de classes está intimamente ligada à disputa de sentido que a palavra “agronegócio” possui, especialmente no Brasil em que historicamente a questão agrária e a luta pela terra constituem um embate ideológico entre classes distintas, sobretudo entre os latifundiários e os camponeses. A terminologia do termo também demonstra esse embate de perspectivas distintas e que dão sentidos diferentes para a palavra e para o uso da terra.

1.2 O agronegócio brasileiro e sua dupla expansão: a frente econômica

A partir dos nossos estudos e de outras pesquisas que esclarecem, tal como Cordeiro (2022a), entende-se que o agronegócio atua em duas frentes em busca de sua hegemonia: a frente econômica e a frente político-ideológica. Através do entendimento da expansão econômica do agronegócio, conflui-se o caminho para a compreensão da busca por hegemonia no segmento político-ideológico. Neste item, trabalhamos a compreensão da expansão do agronegócio por sua via econômica.

Para compreender a expansão econômica do agronegócio, utilizaremos os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) com o recorte temporal de 2000 a 2024. Foram selecionadas duas *commodities* de exportação com grande expressão econômica no Brasil, sendo a soja em grãos e a criação de bovinos. O recorte visa demonstrar a transformação econômica do agronegócio a partir dos anos 2000 até o ano de 2024, tendo assim, uma noção da expansão do agronegócio na economia brasileira.

Delgado (2012) analisa a historicidade do agronegócio através de três fases: a primeira, entre (1965-1985) diz respeito à *modernização conservadora*; o segundo é considerado um período de transição (1980-1999) da *‘modernização conservadora’ à economia do agronegócio*, ou da transição neoliberal ao início do século XXI; e o terceiro a *reestruturação da economia do agronegócio* (anos 2000).

Tendo este período dos anos 2000 como recorte temporal, Cordeiro (2022a) aponta que:

O terceiro e atual período, apesar de ser de reorganização da estratégia do período militar, incorpora diferenças substanciais, tais como: o caráter político do pacto - com base na ordem democrática, na sustentação parlamentar e na adesão dos governos federais; e a primazia da economia primário-exportadora. Por isso, é somente no terceiro período que de fato há a consolidação do que chamamos de agronegócio (Cordeiro, 2022a, p. 141).

Para compreender sua expansão econômica pós anos 2000, é necessário o entendimento da questão agrária “...para não incorreremos no risco de uma compreensão meramente técnica do setor. Partimos da suposição de que o entendimento acerca da emergência do agronegócio como força hegemônica da classe dominante do campo só pode ser alcançado por meio do resgate do debate sobre a questão agrária brasileira” (Cordeiro, 2022a, p. 140).

Segundo Bernardo Mançano Fernandes, a questão agrária sempre esteve associada com os conflitos por terra, mas que analisá-la somente por esse aspecto é um tanto quanto reducionista, visto que os conflitos pela terra são conflitos de caráter territorial e não se limitam apenas ao momento de enfrentamento entre classes. Para uma melhor compreensão, o autor propõe o uso do conceito de *conflitualidade*, ao qual o define como:

um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais (Fernandes, 2004, p. 2).

Ainda de acordo com Fernandes (2004) a questão agrária nasce da condição estrutural do capitalismo que produz tanto a concentração de riqueza quanto a expansão da pobreza que ocorre sobretudo pela *sujeição da renda terra ao capital*. Conforme José de Souza Martins (1981), ao definir que a partir do momento que o produtor preserva a propriedade da terra exercendo o trabalho sem o trabalho assalariado, utilizando o seu trabalho e o da sua família, bem como a dependência em relação ao capital. O que se tem, portanto, é a sujeição da renda da terra ao capital.

Logo, entendemos que a *conflitualidade* acaba sendo inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato, e que essa *conflitualidade* e o *desenvolvimento* acontecem juntos; tanto a agricultura camponesa quanto a agricultura capitalista, sob a denominação de agronegócio:

A agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promovem conflitos e desenvolvimento. A agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento. (Fernandes, 2004, p. 6)

Durante o século XX, *conflitualidade* e *desenvolvimento* coexistiram, no entanto, tratados separadamente. “Da forma como tem sido tratada, é como se o capitalismo só promovesse o desenvolvimento e a luta pela terra só motivasse o conflito” (Fernandes, 2004, p. 7). A apologia ao agronegócio tem conseguido por meio de mecanismos e apoio estatal, traduzir sua imagem em aspectos positivos e de forte *desenvolvimento*. Enquanto o campesinato e a luta pela terra têm sua imagem associada também por mecanismos à *conflitualidade*.

O capital gera a conflitualidade determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato. Nessa condição, nasce o conflito, porque o capital, tentando manter sua lógica e seus princípios, enfrenta permanentemente os camponeses para continuar dominando-os. Por sua própria dignidade, os camponeses lutam continuamente pela autonomia política e econômica (Fernandes, 2004, p. 9).

Por fim, o agronegócio pode ser entendido como a conflitualidade “invisível”, pois a construção de sua imagem esconde seu caráter concentrador, predatório e excludente, dando lugar ao seu aspecto produtivista e tecnológico. Da colonização e seu processo de escravidão à mecanização e tecnologias implementadas no campo, o processo de exploração e dominação se faz presente. Se é a partir do modo de produção capitalista que o desenvolvimento tecnológico acontece, é nele também que ocorre o aprofundamento dos problemas estruturais, socioeconômicos e políticos: concentração de terra, destruição do campesinato e degradação ambiental. “A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração” (Fernandes, 2004, p 38).

Tratadas as questões sobre *conflitualidade* e da questão agrária, partimos para a compreensão da expansão econômica do agronegócio pós anos 2000, ressaltando o produtivismo do setor. Os dados serão analisados sob o olhar e entendimento do processo homogeneizador do agronegócio, da concentração de terra e da exploração do trabalho.

1.2.1 A soja e o gado bovino: commodities em expansão pelo agronegócio a partir dos anos 2000

Neste momento, focaremos na análise das commodities em âmbito nacional e regional, com o recorte temporal de 2000 a 2024, justificado anteriormente. A análise demonstra que a produção de soja tem sido a de maior expressão na expansão econômica e territorial do agronegócio brasileiro. Conforme a Tabela 1 e Gráfico 1, observamos um aumento de mais de 32 milhões de hectares colhidos entre 2000 e 2024 no Brasil, equivalente a 236%.

Quando analisamos as Grandes Regiões do Brasil no ano de 2024, o Sul e o Centro-Oeste dominam a produção de soja com ampla margem em relação as demais regiões, sendo que o Centro-Oeste representa 47% da produção total, enquanto o Sul foi responsável por 28% da produção. Portanto, em números absolutos de crescimento entre 2000 e 2024, as duas regiões apresentam a maior expansão: 15,8 milhões no Centro-Oeste e 7 milhões no Sul. Logo depois, a região Nordeste com 3,5 milhões de ha, Norte com 3,3 milhões de ha e, por fim, o Sudeste com 2,4 milhões de ha de expansão da soja.

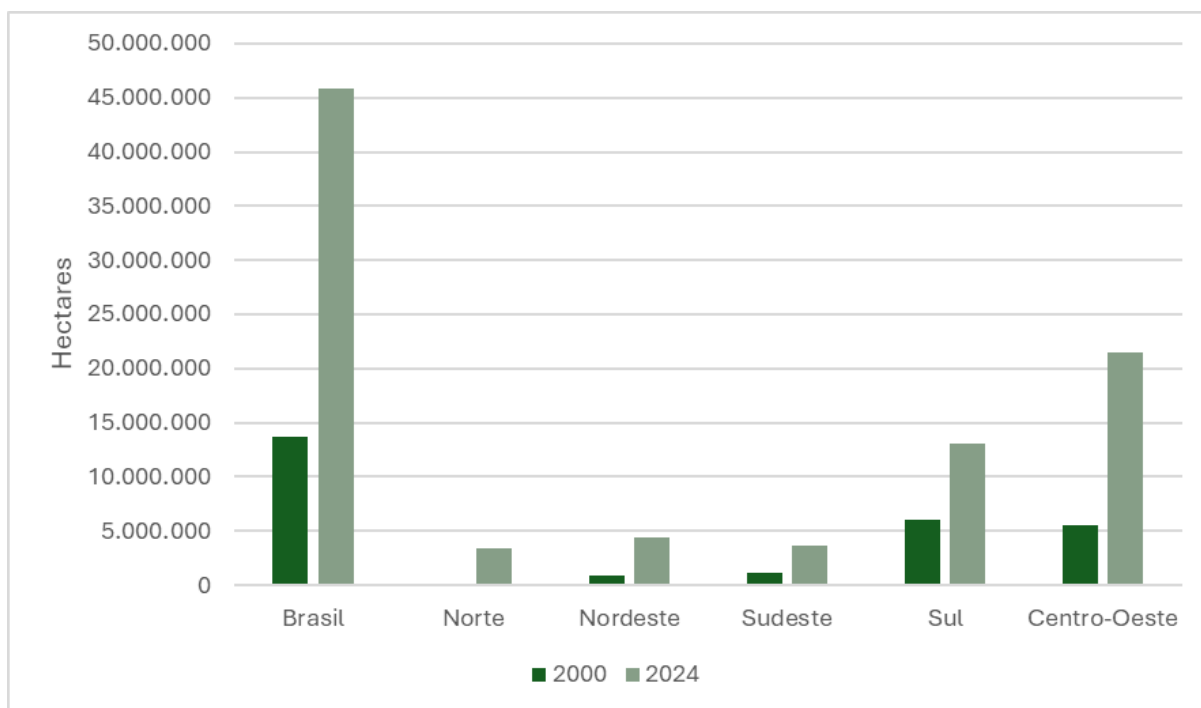
Ao observar o aumento em números proporcionais, a região Norte possui o maior avanço produtivo com 4.647%, demonstrando o avanço do agronegócio sobre regiões de floresta amazônica. Em seguida, o Nordeste com 415%, o Centro-Oeste com 287%, seguido do Sudeste com 220% e por fim, o Sul com 115%. Demonstrando dessa forma o caminho percorrido pelo avanço da produção agrícola, iniciada no Sul e caminhando em direção ao Norte do Brasil.

Tabela 1: Área colhida soja em grão (ha) - Brasil/Grandes Regiões (2000/2024)

Brasil e Grandes Regiões	2000	2024	Variação absoluta e relativa
Brasil	13.656.771	45.906.902	32.250.131 (236%)
Norte	71.960	3.415.653	3.343.693 (4647%)
Nordeste	847.076	4.361.450	3.514.374 (415%)
Sudeste	1.135.064	3.630.286	2.495.222 (220%)
Sul	6.072.216	13.082.888	7.010.672 (115%)
Centro-Oeste	5.530.455	21.416.625	15.886.170 (287%)

Fonte: Tabela organizada a partir de dados da PAM - IBGE (2025).

Gráfico 1: Área colhida de soja em grão (ha) - Brasil/Grandes Regiões (2000/2024)



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados da PAM - IBGE (2025)

Já quando analisamos o efetivo total do rebanho de bovinos Tabela 2 (Gráfico 2), nota-se que houve um incremento de 68,3 milhões de cabeças, sendo que no ano de 2024 o número total de cabeças no Brasil foi de 238,1 milhões. Isso equivale percentualmente a uma expansão de 40% entre 2000 e 2024. Em termos de comparação, a população do Brasil em 2025 é estimada em 213,4 milhões de habitantes, de acordo com o IBGE². Logo, o efetivo de bovinos ultrapassa em cerca 24,7 milhões o total da população brasileira.

Nas Grandes Regiões no ano de 2024, o Centro-Oeste lidera o número de cabeças totalizando 74,8 milhões (31,4%), seguido pela região Norte com 64,5 milhões (27%), o Sudeste com 37,7 milhões (15,8%), o Norte com 36,4 milhões (15,3%) e por fim a região Sul com 24,4 milhões (10,3%) do total nacional. Logo, existe uma concentração na produção de bovinos nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Em números proporcionais, entre 2000 e 2024 a região Norte foi a de maior avanço, totalizando 40 milhões de cabeças ou 163%. Em seguida, temos o Centro-Oeste com um total de 15,2 milhões ou 26%, seguido pelo Nordeste com 13,8 milhões ou 62%, o Sudeste com uma expressão notavelmente inferior de 908 mil ou 2%. O Sul apresentou uma retração, diminuindo 1,7 milhões de cabeças ou -7%.

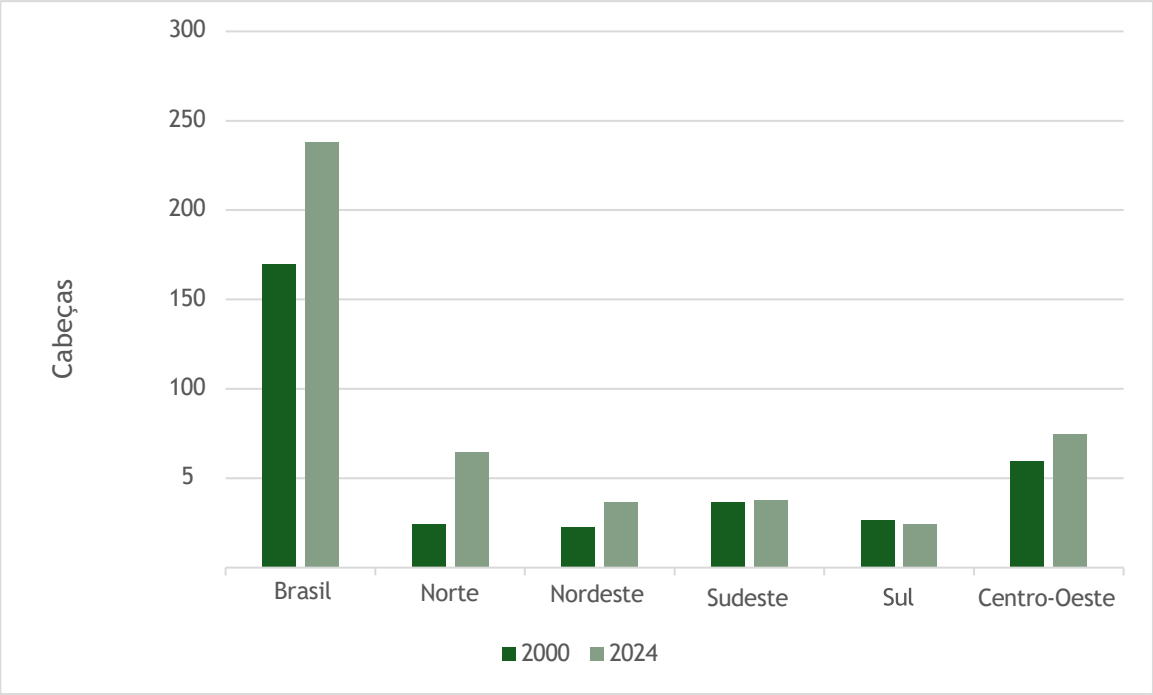
² Estimativa referente a 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>

Tabela 2: Efetivo do rebanho bovino (cabeças) - Brasil/Grandes Regiões (2000/2024)

Brasil e Grandes Regiões	2000	2024	Variação absoluta e relativa
Brasil	169.875.524	238.180.757	68.305.233 (40%)
Norte	24.517.612	64.523.490	40.005.878 (163%)
Nordeste	22.566.644	36.448.379	13.881.735 (62%)
Sudeste	36.851.997	37.760.570	908.573 (2%)
Sul	26.297.970	24.551.719	-1.746.251 (-7%)
Centro-Oeste	59.641.301	74.896.599	15.255.298 (26%)

Fonte: Tabela organizada a partir de dados da PPM - IBGE (2025).

Gráfico 2: Efetivo do rebanho bovino (cabeças) - Brasil/Grande Regiões (2000/2024)



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados da PPM - IBGE (2024)

Através da análise dos dados acima, é nítido o reconhecimento da expansão territorial e econômica obtida entre os anos 2000 e 2024 pelo agronegócio brasileiro. A fronteira agrícola representada pela região Norte do país visivelmente vem sendo alcançada no decorrer dos anos, o que levanta questionamentos sobre os conflitos no campo. Para se ter essa expansão, a conflitualidade tem de existir.

O agronegócio vem sendo apontado como o grande causador de conflitos no campo, relacionados a áreas de proteção ambiental, territórios indígenas e exploração do trabalho em estruturas de trabalho análogo a escravidão. Portanto, de fato a expansão econômica pelo agronegócio vem sendo feita por décadas, o que reflete nos dados de violência no campo.

A expansão econômica do agronegócio representada pelos dados da soja e do rebanho bovino demonstram um grau de violência e coerção gerado por esse avanço sobre terras. Em

2000, dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam 21 assassinatos³ no campo somente neste ano. Já em 2024, a CPT indicou 13 assassinatos⁴, sendo, portanto, um número inferior ao do período de 2000, mas que demonstra a permanência dos conflitos por terra no Brasil ocasionados pela expansão do agronegócio brasileiro.

A coerção utilizada nesse processo de expansão que se faz permanente ainda hoje, ocasionou em uma imagem negativa do agronegócio desde o início dos anos 2000. E isso reflete na quantidade de projetos educativos vinculados ao agronegócio, que assim como o DONME, tem como objetivo a melhoria da imagem desse setor perante a sociedade, visto que sua expansão econômica foi e continua sendo marcada por uma imagem violenta.

1.3 O agronegócio brasileiro e sua dupla expansão: a frente político-ideológica

Afirmamos juntamente com outros autores, como Cordeiro (2022a), que o agronegócio brasileiro possui duas faces de sua expansão: uma frente econômica e uma frente político - ideológica. Discutida a frente econômica e sua expansão comercial e territorial, buscamos neste momento compreender a outra face da expansão deste setor, baseada em aparelhos privados de hegemonia (APHs) que buscam, na sociedade civil, formar consensos e moldar o imaginário social sobre o setor do agronegócio.

A partir disso e da difusão do termo “agronegócio” por mecanismos que tem o objetivo de buscar um consenso no âmbito da sociedade civil, chegaremos ao nosso objeto de estudo enquanto um aparelho privado de hegemonia, a associação De Olho no Material Escolar (DONME).

Compreendendo a questão agrária como cerne da análise, observamos que a **disseminação do termo agronegócio ou “agro” e do imaginário social e simbólico a ele ligado está a cargo de entidades empresariais, que formam associações das classes dominantes do campo**. Essas associações buscam **criar um consenso** em relação ao segmento, no qual as bases dos **conflitos socioambientais por ele engendrados são desconsideradas**. Um dos objetivos centrais é a recuperação de uma imagem degradada junto à opinião pública, principalmente por conta dos massacres/conflitos no campo, dos casos de trabalho análogo à escravidão e dos impactos ambientais (Cordeiro, 2022a, p. 185, grifo nosso).

³ Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/documento/conflitos-no-campo-brasil-2000/>.

⁴ Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/caderno/conflitos-no-campo-brasil-2024/>.

O agronegócio brasileiro não age em busca de hegemonia apenas por sua expansão econômica, mas também pela cultura, pela política e pela educação. É nessa frente político ideológica que existe a busca por uma produção de consensos, na legitimação do agronegócio e na naturalização de conflitos por terra, trabalho e da questão ambiental.

A partir dos anos 2000, Cordeiro (2022a) aponta que a relação entre coerção e consenso formata a hegemonia do agronegócio no Brasil, com a ascensão mais recente do consenso. O consenso está intimamente ligado aos aparelhos privados de hegemonia, que são em sua maioria, originários de setores privados com fins de produzir e símbolos culturais que favorecem a imagem do setor.

Conforme Cordeiro (2022a), dentre as primeiras entidades representativas ligadas ao patronato rural estão a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), criada em 1987, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), criada em 1919. No período de redemocratização do Estado brasileiro, a União Democrática Ruralista (UDR), criada em 1985, possui destaque nacional por seus posicionamentos extremados. Na atualidade, o protagonismo se dá por entidades com expressividade nacional, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), criada em 1993, mas que não atuam por meio da coerção.

Ressaltamos a importância do pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci, para ao entendimento do objeto de estudo desta pesquisa – a associação De Olho no Material Escolar – sobretudo para a compreensão da associação como um aparelho privado de hegemonia (APH), enquanto sintoma de um Estado Ampliado, que por sua vez também se relaciona com o conceito de hegemonia do mesmo autor.

Portanto, cabe neste momento fazer a apreensão do significado gramsciano do Estado em relação com o conceito de hegemonia, ao qual “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (Gramsci, 2014, p. 244), ou ainda “Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (Gramsci, 2014, p. 257). Gramsci faz seus apontamentos sobre o entendimento do que seria o Estado estrito, ao qual o autor atribui que *sociedade política* pode ser entendida como sinônimo de Estado, relacionado à política formal e as instituições políticas. Na concepção gramsciana, sociedade civil e sociedade política formam um par dialético.

É nesta concepção de uma visão ampliada de Estado integral que Gramsci enxerga a aproximação entre sociedade política e sociedade civil, apontando que o consenso seja predominante sobre a coerção, ou seja, a hegemonia passa a ser feita sob a ótica do consenso – produzido pela classe dominante através de APHs, e não mais somente pela coerção ou força.

Depreende-se que no Estado ampliado se expressaria tanto a sociedade política com seu viés de coerção, levado a cabo por seus aparelhos coercitivos, quanto a sociedade civil com seu elemento de persuasão, organizado por seus aparelhos de hegemonia. Por isso, a defesa e a constituição do Estado como ditadura e hegemonia, ou ainda, coerção e consenso: uma síntese de forças opressivas e de pactos consensuais (Cordeiro, 2022a, p. 44).

Ao pensar a atuação dos aparelhos de hegemonia e a concepção de Estado em Gramsci, é necessário compreender que tanto a atuação dos APHs quanto a estrutura do Estado não se resumem a uma demanda de um setor específico, mas frações de diferentes classes e setores que operam sob a lógica de interesses próprios, tanto pela sociedade política quanto pela sociedade civil, assim “ele deve representar uma expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos, mesmo que deles extirpando sua lógica própria” (Mendonça, 2014, p. 8).

Como afirma Mendonça (2014), a proposição de Gramsci para o Estado ampliado supera algumas dicotomias que separavam a base à superestrutura, integrando a sociedade política e sociedade civil em uma única totalidade.

E é na sociedade civil, na sua elaboração gramsciana, que nos deparamos com os aparelhos de hegemonia do agronegócio brasileiro e que, está localizado nosso objeto de estudo. “Dentre esses aparelhos Gramsci destaca igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos e imprensa. É em torno a eles que se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados” (Mendonça, 2014, p. 35). Estes organismos que têm como característica a adesão voluntária e o objetivo de construir consensos entre as massas.

A partir deste momento, focaremos em análises tanto na esfera da sociedade política quanto da sociedade civil. Como expressão máxima da esfera da sociedade política, a Frente Parlamentar Ampla (FPA) ocupa importante espaço no debate desta pesquisa, enquanto para a sociedade civil nos preocupamos com os APHs da educação, ou em outros termos, aparelhos de hegemonia do agronegócio atuando na educação brasileira.

1.3.1 A Bancada Ruralista como poder político do agronegócio

Entre 1987 e 1988, durante a Assembleia Nacional Constituinte, parlamentares ligados à agropecuária se juntaram com o objetivo de defender os interesses do setor. A Frente Ampla Ruralista – primeiro nome dado ao grupo, atuou por uma legislação que assegurasse os direitos de propriedade. Com isso, garantiram no texto Constitucional a preservação dos direitos de propriedade rural em terras produtivas.

Somente em 1995 a Frente Parlamentar da Agricultura foi fundada, com assinatura de deputados e senadores. Em 2002, foi lançada a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, tornando-se Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) somente em 2008.

[...] estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Dentre as prioridades atuais estão a modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor (FPA, 2025, n/p).

Já seus objetivos, estão listados no site da FPA (2025) se preocupando em:

- Acompanhar a política oficial de desenvolvimento da agropecuária nacional, manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade;
- Promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao exame da política de desenvolvimento da agropecuária, divulgando seus resultados;
- Promover o intercâmbio com instituições semelhantes e parlamentos de outros países, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas agropecuárias;
- Procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à agropecuária nacional, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas casas do Congresso Nacional;
- Conhecer e auxiliar na divulgação de novos métodos e processos que fomentem a agropecuária;
- Apoiar as instituições interessadas no desenvolvimento da agropecuária, junto a todos os Poderes, inclusive em questões orçamentárias nos casos das entidades públicas;
- Organizar a Agenda Legislativa da Agropecuária Brasileira;
- Manter canal de informações atualizadas com as entidades da cadeia produtiva do agronegócio e os parlamentares sobre o andamento dos temas de interesse, discutidos nas Comissões e nos Plenários do Congresso Nacional;
- Consolidar o posicionamento da cadeia produtiva do agronegócio quanto aos assuntos em tramitação no Congresso Nacional (FPA, 2025, n/p).

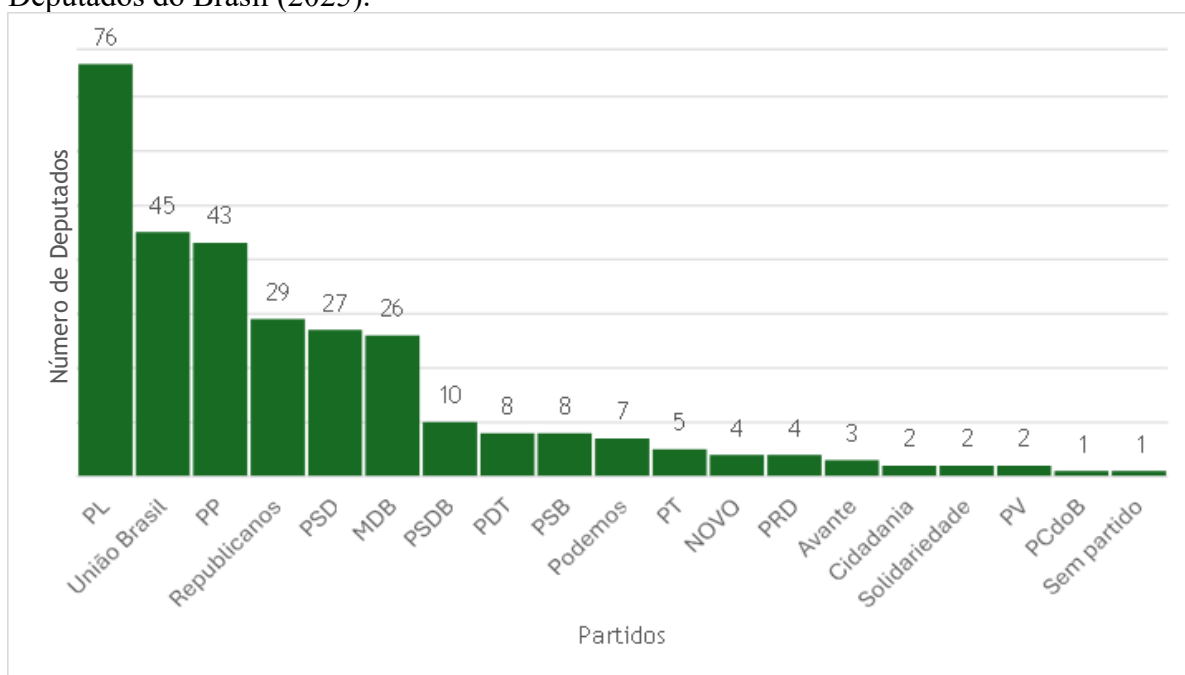
Entendemos que a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) ou bancada ruralista, atua como um importante ator que atua tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. É a entidade que representa, articula e legisla sobre os interesses do agronegócio no âmbito da sociedade política, mesmo sendo um grupo heterogêneo e diversificado, como é característico desses agrupamentos de interesse que “podem organizar-se institucionalmente em Frentes Parlamentares, que são definidas como associações suprapartidárias constituídas de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinadas a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade ou tema de interesse relevante” (Intini; Fernandes, 2013, p. 88). E, segundo estes autores, a articulação política do agronegócio

no Parlamento brasileiro, está institucionalizada por meio da bancada ruralista.

Na legislatura vigente ao período desta dissertação, nota-se um incremento de 24% em relação à legislatura anterior, chegando em 353 parlamentares membros da FPA. No total, são 303 deputados e 50 senadores, o que representa 59% na Câmara dos deputados e 58% no Senado Federal.

A Câmara dos Deputados do Brasil possui 513 deputados e diversas bancadas. O Gráfico 3 detalha os deputados federais que compõem a bancada ruralista por partido político. Ao analisar a conjuntura política, nota-se a forte presença do Partido Liberal (PL) com o maior número de deputados eleitos que fazem parte da bancada ruralista, chegando a 76 membros de um total de 303 deputados da bancada ruralista. Esse fenômeno pode ser explicado pelo forte impulsionamento das eleições de 2022, ao qual o PL elegeu 99 deputados após a filiação de Jair Bolsonaro em 2021. Nota-se a presença de deputados do Partido dos Trabalhadores (PT), contabilizando 5 membros da bancada eleitos na legislatura de 2022-2026. União Brasil (45) e PP (43) compõem os partidos que também elegeram deputados da bancada ruralista. Republicanos, PSD e MDB chegam 29, 27 e 26 membros respectivamente. PSDB aparece na lista com 10 deputados, PDT e PSB com 8 cada, Podemos com 7 e PT com 5. O Partido Novo e o PRD com 4 membros cada, seguido por Avante com 3 e Cidadania, Solidariedade e PV com 2 deputados. PCdoB elegeu apenas 1 deputado na bancada e por fim, Chiquinho Brazão consta na lista sem partido. PSOL e Rede são os únicos partidos da Câmara que não possuem deputados na bancada ruralista.

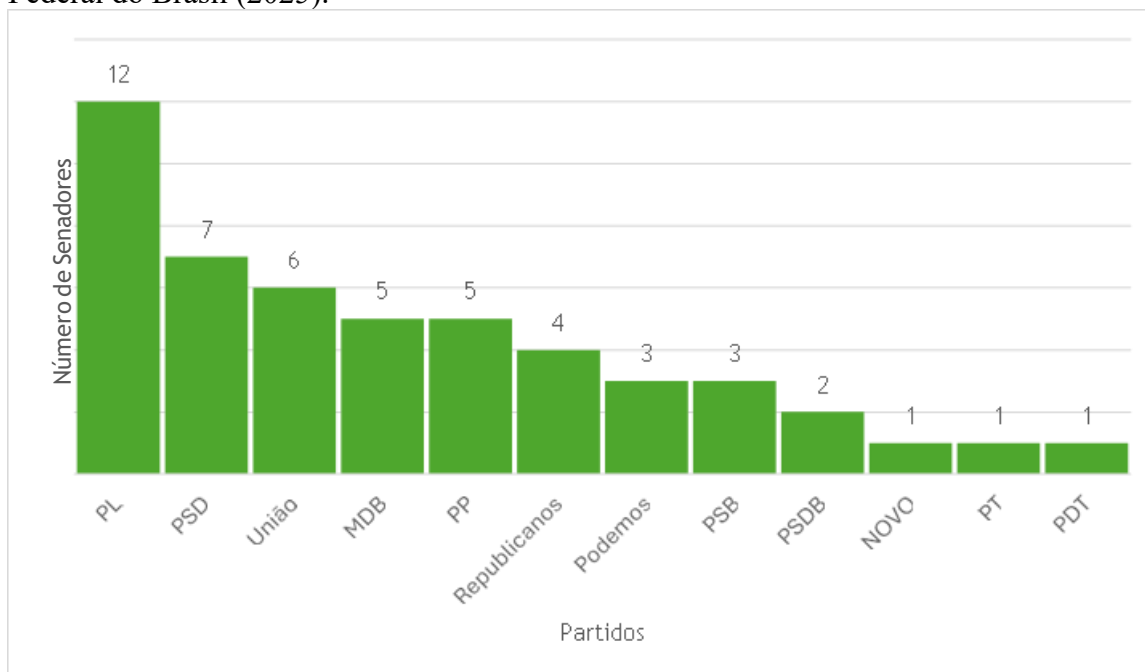
Gráfico 3: Deputados representantes da Bancada Ruralista por partido político na Câmara dos Deputados do Brasil (2025).



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados da FPA (2025).

Já quando analisamos o Senado, o Brasil possui 81 senadores, sendo que desses, 50 fazem parte da bancada ruralista, mais da metade dos senadores. O Gráfico 4 demonstra a quantidade de senadores membros da bancada ruralista por partido político na legislatura de 2022 a 2030. Assim como na Câmara dos Deputados, o PL obteve o maior número de senadores eleitos que fazem parte da FPA, sendo 12 senadores dos 50 membros no Senado. PSD e União obtiveram respectivamente 7 e 6 membros. Seguidos por MDB e PP com 5 senadores cada; Republicanos com 4, Podemos e PSB com 3 representantes cada, e PSDB com 2 senadores. Por fim, Partido Novo, PT e PDT com apenas 1 senador cada.

Gráfico 4: Senadores representantes da Bancada Ruralista por partido político no Senado Federal do Brasil (2025).



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados da FPA (2025).

Portanto, a bancada ruralista representa uma grande força política para o setor do agronegócio na defesa de seus interesses. É no entendimento do Estado ampliado que indissociavelmente articula sociedade civil e sociedade política, que o agronegócio brasileiro busca por sua hegemonia em território nacional. Para isso, utiliza-se de APHs que deem conta de articular intelectuais orgânicos representantes desses aparelhos de hegemonia com a sociedade civil, em busca de uma hegemonia não somente na dimensão política, mas na dimensão ideológica.

Nota-se, portanto, que na busca por convergência política e racionalização de posicionamentos, a atuação da FPA e de aparelhos de hegemonia que lhe dão suporte, são primordiais para se evitar fragmentações e construir consensos, possibilitando uma capilaridade por todo o Estado ampliado (Alentejano, *et al.*, 2021, p. 450).

A indústria cultural é um claro exemplo onde o setor do agronegócio mobiliza disputas ideológicas em que “o empresariado passa a perceber uma necessidade de reconfiguração de sua atuação, que não pode mais ficar restrita à sociedade política, precisa agora disputar a sociedade civil, ampliando sua atuação para a consolidação de uma hegemonia de fato, que pressupõe a contraditória “relação” entre coerção e consenso” (Alentejano, *et al.*, 2021, p. 543).

Segundo Ana Chã (2018):

A realidade, porém, com a crescente aposta do setor na ampliação da sua atuação para aparelhos privados de hegemonia, como **as escolas e o marketing cultural**, tem mostrado que o processo de expansão do agronegócio, que ameaça a agricultura camponesa e as comunidades tradicionais, implica também uma territorialização da indústria cultural no meio rural que passa a ocupar um espaço central na vida dessas populações, cumprindo muitas vezes um importante papel de desmobilização e perda da identidade com a vida no campo (Chã, 2018, p.18-19, grifo nosso).

Uma de suas tentativas em busca de hegemonia, como evidenciado por Ana Chã, está na educação. Programas educacionais ligados ao agronegócio ganham forma e força para difundir suas ideias e valores, cristalizando no tempo e no espaço sua ideologia, ao qual “a principal dinâmica desses programas é a produção e distribuição de materiais didáticos, acompanhada da formação de professores para que estes possam aplicar corretamente a cartilha em sala de aula” (Chã, 2018, p. 65).

Um dos programas educacionais mais recentes oriundos do setor do agronegócio, e entendido como um aparelho de hegemonia é o De Olho no Material Escolar (DONME⁵), iniciado em 2020.

O DONME integra uma rede de programas educacionais do agronegócio que, assim como acontece na indústria cultural, busca consenso na sociedade civil difundindo sua ideologia, sendo estes – indústria cultural e programas educacionais, aparelhos de hegemonia do setor.

Dentre os diversos programas⁶ educacionais do agronegócio podemos citar o Agrinho - Sistema FAEP/Senar/CNA, criado em 1995 e implementado em 1996, ao qual resultou

no maior programa institucional do Senar/CNA, desenvolvido pelo Sistema FAEP/Senar-PR em parceria com quatro secretarias do estado do Paraná. A abrangência da parceria, ao envolver as secretarias de Educação, de Justiça e Cidadania, de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e de Agricultura e Abastecimento, demonstra a escala da ação, que envolve a participação de cerca de 800 mil estudantes e 50 mil professores por ano (Cordeiro, 2022a, p. 210).

Já o DONME, parece ser um braço do Escola Sem Partido (ESP), conforme apontado por Cordeiro (2022a, p. 246):

⁵ A discussão aprofundada sobre outros aspectos do De Olho no Material Escolar será feita no Capítulo 3 desta dissertação. Neste momento, trataremos somente de um de seus vetores de intervenção, o da política

⁶ Para conferir o levantamento dos demais programas educacionais, consultar Cordeiro (2022a).

a ação original da campanha De olho no material escolar chama a atenção por sua capacidade de mobilização e pela distinção de suas práticas. Esta nova frente de atuação parece ter como elemento predominante a coerção/intimidação, objetivando uma construção forjada de consensos apassivados e autoritários, o que sugere que as táticas empreendidas estão em consonância com uma modalidade derivada do ESP.

Para compreender melhor as ações do DONME, iniciaremos analisando aquilo que identificamos como sendo o primeiro de seus vetores de intervenção, a política. Dentre os programas da associação, a noção que é transmitida é a de que se utilizam da estrutura política da bancada ruralista como meio de adentrar nos debates políticos educacionais do Brasil, para que seus objetos se tornem realidade.

1.4 Notas sobre a Bancada Ruralista no período Bolsonaroista (2019-2022): a agenda do DONME impulsionada no Congresso Nacional

A relação do De Olho no Material Escolar (DONME) com figuras políticas teve início com o ex-deputado Francisco Graziano, que prontamente se uniu ao movimento produzindo vídeos e matérias para jornais, reforçando o objetivo do DONME e acentuando as críticas sobre os materiais didáticos.

Posteriormente, essas articulações se expandiram e ganharam força no ano de 2024 pela discussão do novo Plano Nacional de Educação,

O documento que servirá de base para as discussões da Conferência Nacional de Educação (Conae), nos dias 28, 29 e 30 de janeiro de 2024, em Brasília, apresenta uma forte carga ideológica, como já mostrou a **Gazeta do Povo**. Diante disso, especialistas consideram que a oposição tem uma missão crucial nos próximos meses: diminuir ao máximo a influência dele sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034, que será votado no Congresso neste ano (Gazeta do Povo, 2024, n/p).

Segundo o veículo Gazeta do Povo (2024), a oposição do governo, ao qual fazem parte a bancada ruralista e o DONME, tem o papel de frear uma suposta ideologização do ensino. A associação do De Olho no Material Escolar declarou que existem pontos do texto do Conae que não possuem base técnico-científica, ataque ao ensino domiciliar e à liberdade das famílias.

Para além disso, o DONME não conseguiu se juntar aos demais grupos para a discussão do Conae, e apontou que outros temas foram considerados no documento, enquanto o setor do agronegócio não conseguiu representação:

Além de ser visto de forma negativa, o setor agro não conseguiu representação para a Conae, cujo documento pouco versou sobre aprendizado em seu documento, mas teve destaque para temas como LGBTQIAPN+, gênero, orientação sexual, conservador e extrema direita, conforme detalhou a associação durante a Expodireto, apresentando as palavras mais citadas pela Conae. (Correio do Povo, 2024, n/p).

Diante disso, as reportagens encontradas e tabeladas (Quadro 1) demonstram a força de atuação que o DONME tem exercido nas discussões de políticas públicas e trazendo outro sentido para a educação brasileira, através da bancada ruralista. Tem-se, portanto, uma junção de forças entre um grupo da sociedade civil com uma bancada de deputados com forte expressão no Congresso Nacional e que representam e defendem um mesmo setor, o agronegócio.

Figura 1: Ministro da Educação recebe o DONME para debater “distorções no material escolar”, em 2021.



Fonte: Carta Capital (2021).

O então ministro Milton Ribeiro, do governo Bolsonaro, em 2021, recebeu representantes do agronegócio que solicitaram uma revisão dos livros didáticos na forma como o setor é retratado. “A agenda teve a presença da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), composta por várias lideranças do setor, e capitaneada pela deputada federal bolsonarista Aline Sleutjes.” (Carta Capital, 2021, n/p).

A bancada ruralista se tornou para o DONME um catalizador no âmbito da sociedade política pela busca de adentrarem o debate político acerca das políticas públicas educacionais. Nomes como Jim Kataguirí (União Brasil - SP) e Aline Sleutjes (Pros-PR) agiram no sentido de articular a entrada do DONME nas políticas públicas em torno da educação. Para isso, o deputado Kim Kataguirí sugeriu que a FPA tomasse frente e acompanhasse as discussões na Comissão de Educação:

Logo que assumiu a Comissão de Educação, Kim Kataguirí sugeriu que a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), da qual faz parte, acompanhe o colegiado nas discussões sobre o tema. “Vamos fortalecer a pesquisa e educar as crianças para entenderem, de fato, o que significa o agro brasileiro para o nosso país”, afirmou o deputado, em reunião do colegiado. “Estamos à disposição para mudar a questão estrutural e transformar a imagem que ainda está distorcida em diversos lugares” (De Olho nos Ruralistas, 2022, n/p).

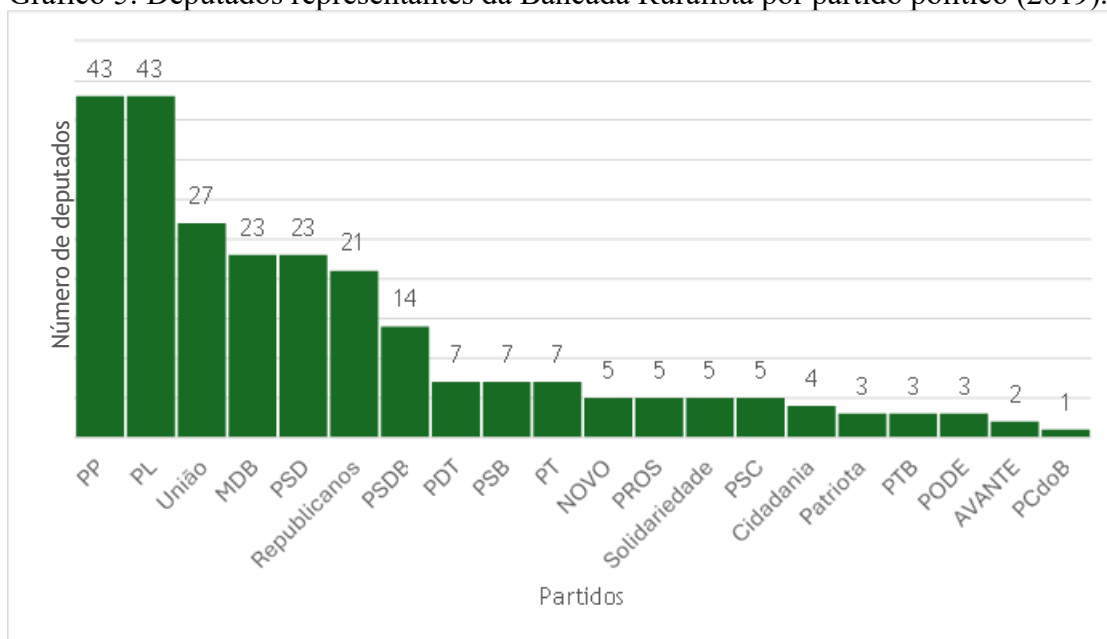
Enquanto isso, a deputada Aline Sleutjes parece ser o elo entre o “movimento”, governo e congresso, conforme o portal eletrônico De Olho nos Ruralistas (2022, n/p) “Mas quem mais toma a frente do projeto no Congresso é Aline Sleutjes (Pros-PR), presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara, candidata ao Senado no Paraná e bolsonarista de primeira linha”.

A bancada ruralista daquele período (2018-2022) foi a responsável por colocar o DONME dentro das discussões políticas da Câmara dos Deputados, fortalecendo as ideias da associação e garantindo que este aparelho de hegemonia do agronegócio ganhasse legitimidade perante a sociedade civil, ao qual inclusive é reafirmada nas redes sociais do DONME o quão fundamental foram esses apoios de parlamentares da bancada ruralista.

Dito isso, realizamos um mapeamento da FPA daquele período, com o objetivo de identificar a base político-partidária que deu sustentação ao DONME nos anos iniciais da associação. Dessa forma compreendemos que o DONME não atua isoladamente na sociedade civil, mas em parcerias com forças políticas do Estado.

A bancada ruralista na legislatura de 2018-2022 era composta por 251 deputados, dos quais o PP e o PL tinham 43 representantes cada, seguidor por União (27), MDB e PSD com 23 cada e Republicanos com 21. PSDB aparecia com 14 membros, enquanto PDT, PSB e PT e com 7 cada. Partido Novo, PROS, Solidariedade e PSC tinham 5 representantes, Cidadania 4 e Patriota, PTB e PODE com 3. Por fim, Avante aparecia com 2 membros e PCdoB com apenas 1.

Gráfico 5: Deputados representantes da Bancada Ruralista por partido político (2019).



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados da FPA (2019).

Através destes dados, entendemos que a força político-partidária da FPA na legislatura de 2018-2022 deu forças e sustentação ao DONME. O período temporal também foi marcado pela ascensão de um governo alinhado aos interesses do agronegócio bem como discursos de “neutralidade”, “combate à ideologia” e defesa do agronegócio como motor da economia do país. Observa-se também a articulação do DONME enquanto aparelho de hegemonia e sua articulação com o Estado ampliado.

No entanto, a atuação do DONME e sua expansão não se sustentam apenas pela força institucional exercida pela FPA, o que exige da associação uma constante produção de consensos no âmbito da sociedade civil. Nesse sentido, a comunicação ganha espaço como vetor de intervenção do DONME, onde a mídia se torna estratégica para a consolidação da hegemonia da associação. Dessa forma, no próximo capítulo o foco está colocado na mídia como vetor de intervenção, buscando compreender como a presença do DONME na mídia, ajuda a construir no imaginário social a necessidade da existência da associação, perante a sociedade civil, preparando o terreno para a validação de movimentos como o DONME no campo educacional.

Desde a concepção do De Olho no Material Escolar enquanto movimento, ainda sem atingir o lugar de associação, seus integrantes se articularam com instituições políticas e figuras do cenário nacional da política brasileira. A relação entre o DONME e os políticos que abraçaram a ideia, representa uma forte ligação com interesses comuns, em sua grande maioria com deputados do campo ideológico da direita, que como pauta defendem a importância do

agronegócio, bem como uma educação livre de suposta “doutrinação”. Pautas como essas, unem os agentes políticos e o DONME.

A atuação da associação está para além do objetivo principal de atualização do material didático a fim de promover uma imagem positiva do agronegócio na educação brasileira. Logo, a política é um meio para que, em um primeiro momento, este objetivo principal seja alcançado, mas que busca formas de uma hegemonia e na construção de um consenso sobre o agronegócio. E, sobretudo na política como vetor de intervenção, esse sentido é disputado por meio de políticas públicas e promovendo debates direcionados sobre esse setor produtivo.

Por fim, é a partir da leitura de Gramsci que compreendemos que o DONME atua enquanto um aparelho de hegemonia e que utiliza a política como um de seus vetores de intervenção na sociedade, tendo como principal entidade que sustenta as ideias e valores da associação, a bancada ruralista.

CAPÍTULO 2. O DE OLHO NO MATERIAL ESCOLAR NA MÍDIA DIGITAL: TEMAS, ESTRATÉGIAS E VIGILÂNCIA

O presente capítulo tem como objetivo dar continuidade nos vetores de intervenção, sendo este com o intuito de trabalhar a mídia como vetor de intervenção do De Olho no Material Escolar. Partimos do pressuposto de que a campanha “Agro é tech” da Rede Globo de Televisão, é uma expressão do processo de reprimarização da economia brasileira pautada pela política exportadora do agronegócio, abriu espaço na mídia para que a percepção sobre o agronegócio ganhasse um novo posicionamento na sociedade civil. É, portanto, a partir desse momento que se constrói uma nova imagem do agronegócio e que possibilita uma melhor recepção do DONME em 2020.

Parte-se também do entendimento de que nas duas primeiras décadas do século XXI ocorreram transformações tanto nas tecnologias como na circulação de informações, com o surgimento das plataformas digitais, dentre elas as redes sociais e as mídias digitais, que possibilitaram uma nova forma de legitimidade discursiva, ao qual o DONME se apropria e articula seu funcionamento em direção as políticas públicas educacionais. Com isso, a mídia passa a ser um território em disputa, em especial para movimentos que surgem na sociedade civil, buscando desse modo alcançar consenso em seus objetivos.

Para a análise do capítulo, iniciamos com a discussão do agronegócio na mídia de massa, exemplificado pela campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Acredita-se que a campanha não promova apenas o setor produtivo, mas sim a construção de uma imagem positiva do campo, que seja moderna e tecnológica, produzindo um setor econômico bem desenvolvido e lucrativo. Essa construção de imagem possibilita a formação de um imaginário social no qual o agronegócio brasileiro ocupa a posição do progresso nacional, sem conflitos sociais e pela terra.

Trabalhamos em seguida a questão das tecnopolíticas como conceito que auxilia na compreensão da inserção do DONME nesse período histórico, marcado pelo avanço tecnológico e pela vigilância das redes sociais. É nesse contexto digital que a associação exerce sua influência e alcança objetivos políticos por meio de disputas simbólicas em jornais, evidenciando a mídia como um vetor de intervenção do DONME na qual se utiliza desse espaço para produção de conteúdos e de convencimento social.

Por fim, realizamos uma pesquisa documental de reportagens em mídias digitais no período de 2020 a 2024, elaborando um quadro com as reportagens sobre a associação encontradas nesse recorte temporal. A partir disto, realizamos uma análise interpretativa sobre

a recorrência de temas e a articulação estratégica para mobilizar uma lógica de atuação no meio digital.

Para a compreensão da mídia como vetor de intervenção do DONME, aborda-se, a seguir, o papel da campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” e a ascensão do agronegócio na mídia de massa.

Em 2016 a mídia brasileira viu nascer uma campanha publicitária que dividiria opiniões e abriria um enorme debate político nos anos seguintes: a campanha “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão. O slogan que faz parte da campanha publicitária “Agro – A Indústria – A riqueza do Brasil”, se tornou uma das maiores incursões publicitárias da TV brasileira, com forte financiamento e patrocínio de grandes empresas.

A campanha “agro é tech” pode ser considerada um marco midiático de uma nova imagem do agronegócio, abrindo caminho em busca de consenso e de intervenção em novos campos sociais, como na educação, em que outros programas ligados ao agronegócio existiam antes da campanha, como o Programa Agrinho. No entanto, com o alcance da campanha veiculada pela Rede Globo, entramos em um novo campo de disputa simbólica a nível nacional, preparando o terreno do imaginário social para novas intervenções com maior apoio na sociedade civil e política.

De acordo com Santos, Silva e Maciel (2018), até setembro de 2018 foram lançadas 57 peças que tinham formato padrão e apresentavam a importância dos produtos agrícolas que chegavam até o consumo de todos os brasileiros e brasileiras. Enfatizam o número de empregos em determinada área, bem como o movimento da economia oriundo da produção agropecuária. Dessa forma, o impacto pode ser observado pela grande exposição ao tema, chegando em grande parte da população brasileira através do comercial.

Muito provavelmente não há um brasileiro ou brasileira residente em território nacional que não tenha escutado, repetidas vezes, a expressão “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, como professa a campanha de marketing veiculada pelo maior conglomerado de mídia e comunicação desse país, o sistema Rede Globo (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p. 2).

A campanha tem como objetivo a construção de uma narrativa positiva sobre o agronegócio, associando o setor não somente a aspectos econômicos, mas também a ciência, a modernidade, a tecnologias inovadoras e ao desenvolvimento nacional. Cria-se uma noção de apagamento discursivo do agronegócio como causador de danos ambientais, lutas sociais do campo e de desmatamento. A positividade em torno da campanha faz com que a ideia do senso comum sobre o agronegócio brasileiro não consiga associar a uma imagem negativa, do grande

latifundiário da década de 1970.

De acordo com Mitidiero Junior e Goldfarb (2021) a campanha tem como objetivo justamente buscar o consenso na sociedade de que o “agro” é o que assegura a economia nacional. Essa tentativa acontece em diferentes âmbitos, na publicidade, na política e nos institutos de pesquisa das universidades brasileiras, que trabalham para posicionar o agronegócio como o salvador da economia brasileira.

Dentre os patrocinadores da campanha estão a JBS e a Ford, grandes empresas no ramo de carnes e indústria automotiva, respectivamente. A JBS patrocinou a campanha através da marca Seara e a Ford devido à marca de caminhonete Ranger, ambas as marcas relacionadas de alguma forma a cadeia produtiva do agronegócio, seja pelo agricultor que utiliza o carro da Ford, seja pelo consumidor final que compra produtor Seara no mercado.

a JBS se retirou (substituída pelo Bradesco) por um acordo para tornar-se um dos patrocinadores do programa de entretenimento Big Brother Brasil, o que resultou em uma ampliação do alcance do “Agro é tech, o Agro é pop, o Agro é tudo”. Em um dos dias do programa, por exemplo, os competidores foram surpreendidos ao verem e vivenciarem a casa transformada em parque temático das salsichas Seara (Mitidiero Junior e Goldfarb, 2021, p. 2).

O deslocamento de patrocínio para o reality show da Rede Globo demonstra uma capilarização midiática coordenada pelo agronegócio, ao qual se insere em um programa de grande audiência presente no dia a dia dos telespectadores durante três meses, deixando de ser apenas propagandista, mas marcando presença no entretenimento da TV brasileira.

2.1 Tecnopolíticas, plataformas digitais e circulação da informação

A circulação de informação na era digital não pressupõe uma circulação neutra, mas que carrega em si disputas de poder e diferentes agentes discursivos que buscam, em sua maioria, o consenso de suas ideias na sociedade civil. É nesse contexto que o conceito de tecnopolíticas auxilia na compreensão da atuação do De Olho no Material Escolar (DONME), especialmente pela forma como a associação utiliza as plataformas digitais (redes sociais e a mídia) para alcançar o debate público educacional. As tecnopolíticas podem ser definidas:

como uma caixa de ferramentas para os embates sociotécnicos do presente. Afirmam-se, portanto, como fundamentais para a análise, a compreensão e a atuação no mundo que vem se constituindo nas primeiras décadas do século XXI, num movimento que tende a ganhar ainda mais importância nos anos vindouros. Assim, em vez de apontarmos para um cenário dominado por

distopias tecnológicas, reconhecemos nas tecnopolíticas um estratégico território de disputa entre uma grande diversidade de forças e atores (Bruno et al., 2018, p. 8).

A definição de tecnopolíticas traz de forma central a questão do avanço tecnológico das primeiras décadas do século XXI, que por sua vez, reforça nossa ideia de que o DONME é resultado desse avanço nas tecnologias, em especial com o advento das redes sociais e da transferência de consumo da mídia tradicional para a mídia digital. Sem a internet e as redes sociais, a associação não poderia possuir a configuração que possui, de vigilância sobre professores e livros didáticos e nem ter o alcance midiático que tem sem as mídias digitais. “Tal cultura, por sua vez, deve ser observada em relação ao impressionante crescimento do que poderia ser justamente chamado de modernidade digital no século XX, mas especialmente no século XXI” (Lyon, 2019, p. 153).

Ao falar no DONME, o próprio nome da associação nos remete a ideia de vigilância: vigiar livros didáticos e estimulando pais e responsáveis dos estudantes a denunciarem materiais didáticos que apresentem qualquer informação crítica ao agronegócio. Para isso, utilizam da mídia e das redes sociais como campo estratégico para ganhar seguidores e afiliados à associação.

Logo, a tecnologia não se configura como uma ferramenta neutra, mas como um espaço de disputa de poder entre diferentes agentes utilizando da estrutura digital como palco de monitoramento de aspectos educacionais.

E a partir disso, chegamos na produção de políticas públicas, onde o DONME articula convencimento midiático e produção de conteúdo em redes sociais para alcançar objetivos políticos de interferência direta na educação brasileira. Mesmo não sendo uma instituição governamental que define o currículo escolar, o DONME acessa os mecanismos do debate educacional justamente por sua estratégia de existência no meio digital, ao qual se resume na sua presença em redes sociais, sites jornalísticos e divulgação de material próprio, causando impacto institucional, em especial de ministérios e da bancada ruralista.

2.2 A mídia como vetor de intervenção

Como segundo vetor de intervenção identificado, a mídia ocupa papel central quando pensamos na atuação e intervenção do De Olho no Material Escolar na sociedade brasileira. Para isso, procuramos compreender a articulação midiática que ocorre entre veículos midiáticos que retrataram as ações da associação em suas mídias digitais.

Entendemos que o DONME articula suas ações na mídia com o objetivo de convencimento e controle sobre políticas públicas educacionais. A mídia, portanto, como vetor de intervenção da associação, tem o poder ideológico de legitimação discursiva, ou seja, para além de espaço de divulgação, o discurso dos integrantes do DONME busca a legitimação dos consumidores dessas mídias.

A associação tem usado veículos midiáticos e redes sociais desde sua primeira movimentação, no ano de 2020. Desde então foram diversas reportagens, entrevistas e matérias publicadas em diferentes jornais. As mídias se tornaram um meio de divulgação de seus programas, eventos e reivindicações, além do uso dos meios de comunicação para validação de seus discursos.

Para fins de demonstração e da presença do DONME nas mídias sociais, elaboramos um quadro contendo todas as reportagens publicadas entre 2020 e 2024 encontradas no Google, através do comando “De Olho no Material Escolar”. A partir disso, faremos a análise dos temas recorrentes e categorização analítica das formas de articulação do DONME, explorando sua trajetória temporal e temática.

Quadro 1: Matérias veiculadas na mídia digital sobre o “De Olho no Material Escolar” entre 2020 e 2024.

Nº	Data de publicação	Título da reportagem	Descrição	Divulgação ou denúncia	Link de acesso
1	2020	De olho no material escolar	Campo tem tratamento equivocado Movimento quer revisar apostilas	Divulgação	https://www.poder360.com.br/opinia%20ao/de-olho-no-material-escolar-por-xico-graziano/
2	2021	Associação ‘De Olho no Material Escolar’ visita Sorriso	O grupo entende ser distorcida a imagem do agronegócio apresentada aos alunos em grande parte dos livros didáticos no país	Divulgação	https://site.sorriso.mt.gov.br/noticia/associacao-de-olho-no-material-escolar-visita-sorriso-611e876b0d61a
3	2021	'Mães do Agro' são recebidas pelo MEC para pedir visão mais positiva do setor nos livros escolares	Representantes do grupo se reuniram na quarta-feira com o ministro da Educação, Milton Ribeiro, para pedir mudanças em textos que “discriminam o agronegócio”	Divulgação	https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/maes-do-agro-sao-recebidas-pelo-mec-para-pedir-visao-mais-positiva-do-setor-nos-livros-escolares-25229030
4	2021	Ruralistas lançam campanha contra livros didáticos com críticas ao agronegócio	Querem a censura de livros didáticos que associem o agronegócio ao desmatamento, queimadas e impactos dos agrotóxicos	Denúncia	https://www.brasildefato.com.br/2021/02/17/ruralistas-lancam-campanha-contra-livros-didaticos-

5	2021	Artigo Agronegócio quer ditar os rumos da educação brasileira	Representantes do agronegócio querem interferir no currículo e no material didático de escolas públicas e particulares	Denúncia	https://www.brasildefato.com.br/2021/05/10/artigo-agronegocio-quer-ditar-os-rumos-da-educacao-brasileira/
6	2021	Agronegócio quer ditar os rumos da educação brasileira	Representantes do agronegócio querem interferir no currículo e no material didático de escolas públicas e particulares. A análise é do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária da FFP/UERJ - GeoAgrária e do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seções Rio de Janeiro e Niterói - GTAgrária, em artigo publicado por Brasil de Fato, 10-05-2021.	Denúncia	https://www.ihu.unisinos.br/categorias/609127-agronegocio-quer-ditar-os-rumos-da-educacao-brasileira
7	2021	“Mães do Agro” e FPA querem mudar material escolar para promover mais a agropecuária		Divulgação	https://vegazeta.com.br/maes-do-agro-e-fpa-querem-mudar-material-escolar-para-promover-a-agropecuaria/

8	2021	Lobby do agronegócio se organiza para “fiscalizar” material escolar	Apadrinhado por políticos da bancada ruralista, grupo de mães faz campanha no estilo Escola sem Partido, para interferir no currículo das escolas públicas e particulares do país; fundadoras têm apoio dos ministros Tereza Cristina, Milton Ribeiro e Ricardo Salles	Denúncia	https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/06/lobby-
9	2021	FPA pede debate sobre informações do agro disponibilizadas em livros escolares	Dados levantados por associação mostram que alguns conteúdos apresentados para as crianças distorcem informações sobre a realidade no campo	Divulgação	https://www.canalrural.com.br/diversos/fpa-pede-debate-sobre-informacoes-do-agro-disponibilizadas-em-livros-escolares/
10	2021	Ministro da Educação recebe agronegócio para debater ‘distorções no material escolar’	As ‘Mães do agro’ pedem a revisão de materiais didáticos em prol de visão mais positiva ao setor; educadores falam em revisionismo histórico	Divulgação	https://www.cartacapital.com.br/politica/ministro-da-educacao-recebe-agronegocio-para-debater-distorcoes-no-material-escolar/

11	2021	FPA busca atualização de livros didáticos aplicados em escolas sobre a realidade da agropecuária	Demanda foi trazida pela associação De Olho no Material Escolar formada por mães e pais de alunos que estão preocupados com conteúdo destes materiais sobre o avanço tecnológico do setor no Brasil	Divulgação	https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2021/10/07/fpa-busca-atualizacao-de-livros-didaticos-aplicados-em-escolas-sobre-a-realidade-da-agropecuaria/
12	2022	Educação: como o agronegócio é retratado nas escolas?	Nos últimos anos, movimentos ligados ao agronegócio buscam atualizar a forma que o setor é retratado em materiais didáticos	Divulgação	https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/educacao-como-o-agronegocio-e-retratado-nas-escolas/
13	2022	Esalq assina convênio com associação De Olho no Material Escolar	A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) e a Associação de Olho no Material Escolar (DOME) assinaram na última segunda-feira, 20/6, um convênio de cooperação.	Divulgação	https://www.esalq.usp.br/banco-de-noticias/esalq-assina-conv%C3%AAni-o-com-associa%C3%A7%C3%A3o-de-olho-no-material-escolar
14	2022	Volta às aulas: o que o movimento do agro “De Olho no Material Escolar” programou para 2022	Grupo de produtores rurais que propõe atualização de conteúdo escolar sobre o agro acredita em maior aproximação com educadores	Divulgação	https://forbes.com.br/forbesagro/2022/02/volta-as-aulas-o-que-o-movimento-de-olho-no-material-escolar-programou-para-2022/

15	2022	Conheça a bancada da censura, que quer apagar dos livros didáticos a violência no campo	Com apoio de Bolsonaro, nomes como Kim Kataguirí e Aline Sleutjes se articulam para esconder dos estudantes os crimes do agronegócio; três ex-ministros, incluindo Milton Ribeiro, preso após escândalo com pastores no MEC, estão entre apoiadores do movimento	Denúncia	https://deolhonosruralistas.com.br/2022/10/01/conhec-a-a-bancada-da-censura-que-quer-apagar-dos-livros-didaticos-a-violencia-no-campo/
16	2023	Alunos da rede municipal visitam a 28ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação	Estudantes estão participando do Projeto Vivenciando a Prática, que tem o objetivo de aproximá-los da realidade do campo	Divulgação	https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/alunos-da-rede-municipal-visitam-a-28-feira-internacional-de-tecnologia-agricola-em-acao
17	2023	De Olho no Material Escolar traz luta por educação de qualidade	O Movimento De Olho no Material Escolar foi criado em resposta a materiais didáticos que carecem de base científica, oferecendo uma perspectiva negativa do agronegócio e distante da realidade	Divulgação	https://planetacampo.canalrural.com.br/agricultura/de-olho-no-material-escolar/
18	2023	Livros didáticos devem ser técnicos, não opinativos	Materiais precisam dar panorama real de temas para servir como ferramenta-base na formação de estudantes, escreve Leticia Jacintho	Divulgação	https://www.poder360.com.br/opiniao/livros-didaticos-devem-ser-tecnicos-nao-opinativos/

19	2023	Livros didáticos têm quase 60% a mais de citações negativas sobre o agro	Em mais de 9 mil páginas analisadas, projeto constata séries de conteúdos contra o setor	Divulgação	https://www.canalrural.com.br/agricultura/agronegoci o/livros-didaticos-
20	2023	Associação De Olho no Material Escolar lança biblioteca virtual	Plataforma tem o objetivo de difundir informações atualizadas sobre o agronegócio e inclui games, vídeos, exercícios, reportagens e livros	Divulgação	https://globo.com/educacao/noticia/2023/05/associacao-de-olho-no-material-escolar-lanca-biblioteca-virtual.ghtml
21	2023	“De Olho no Material Escolar” é apresentado em encontro com técnicos do Sistema Faesp/Senar	Objetivo da reunião foi desenvolver parceria entre SENAR-SP e Associação De Olho No Material Escolar para levar informações corretas sobre o agronegócio para estudantes paulistas	Divulgação	https://www.cnabrasil.org.br/noticias/de-olho-no-material-escolar-e-apresentado-em-encontro-com-tecnicos-do-sistema-faesp-senar-sp
22	2023	Agroteca Digital: De Olho no Material Escolar amplia conteúdos científicos e atualizados, online e de acesso livre sobre o setor rural	Plataforma virtual com curadoria de especialistas traz novos vídeos, artigos, gibis, aulas, livros e outras informações para consulta por autores e comunidade escolar	Divulgação	https://jornalcana.com.br/administracao/gestao-administrativa/agroteca-digital-de-olho-no-material-escolar-amplia-conteudos-cientificos-e-atualizados-online-e-de-acesso-livre-

23	2023	De Olho No Material Escolar” emite nota reforçando necessidade de melhoria no ensino do agronegócio nas escolas	A Associação De Olho No Material Escolar (DONME) emitiu nota na última segunda-feira (14) na qual reforça o monitoramento às questões envolvendo o ensino do agronegócio nas escolas. Além disso, novamente se posicionou sobre a forma como a agropecuária brasileira tem sido citada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).	Divulgação	https://www.paracaturural.com/de-olho-no-material-escolar-emite-nota-reforcando-necessidade-de-melhoria-no-ensino-do-agronegocio-nas-escolas/
24	2023	De olho no material escolar: conteúdos didáticos sobre o Agro	Movimento quer construir pontes entre a ciência e as editoras, conscientizando educadores, pais e estudantes	Divulgação	https://www.terra.com.br/economia/agro/de-olho-no-material-escolar-conteudos-didaticos-sobre-o-agro,322ccfb08f32f9a6bd38ed567e49dc9bg5v6defa.html
25	2023	As Liberais: com Leticia Jacintho, fundadora do movimento de Olho no Material Escolar	A convidada conta como surgiu o projeto e quais são as principais mentiras sobre o agronegócio mencionadas nos livros didáticos	Divulgação	https://revistaoestec.com/videos/as-liberais-com-leticia-jacintho-fundadora-do-movimento-de-olho-no-material-escolar/?utm_source=

					ce=pocket_saves
26	2023	Associação De Olho no Material Escolar lança biblioteca online	Plataforma gratuita vai ao ar nesta segunda-feira (29) com conteúdos científicos atualizados sobre o agro, incluindo games, vídeos, exercícios, reportagens e livros	Divulgação	https://www.canalrural.com.br/ententimento/associacao-de-olho-no-material-escolar-lanca-biblioteca-online/
27	2023	De Olho no Material Escolar	Projeto busca contribuir para a correção das distorções sobre o papel do agronegócio brasileiro nos materiais didáticos	Divulgação	https://www.jornaldeuberaba.com.br/noticia/51542/projeto-de-olho-no-material-escolar
28	2023	De Olho no Material Escolar traz nota pública sobre Conferência Nacional da Educação 2024		Divulgação	https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/366288-de-olho-no-material-escolar-traz-nota-publica-sobre-conferencia-nacional-da-educacao-2024.html

29	2023	Estudo aponta desinformação sobre o agronegócio brasileiro em livros didáticos do MEC	O estudo, feito pela FIA-USP, concluiu que 87,8% das menções ao agronegócio nos livros não possuem embasamento científico	Divulgação	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudo-aponta-desinformacao-agronegocio-brasileiro-livros-didaticos-mec/
30	2024	Debatedores na CE condenam avaliações sobre o agronegócio em livros didáticos	De acordo com o senador Zequinha (C), livros didáticos apresentam opiniões sem embasamento científico	Divulgação	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/12/17/debatedores-na-ce-condenam-avaliacoes-sobre-o-agronegocio-em-livros-didaticos
31	2024	De Olho no Material Escolar debate futuro da educação brasileira e do agro na Assembleia Legislativa do MS	Reunião com participação do Secretário Estadual de Educação e deputados acontece no próximo dia 19/02, às 15h, com transmissão ao vivo nas redes sociais	Divulgação	https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/370183-de-olho-no-material-escolar-debate-futuro-da-educacao-brasileira-e-do-agro-na-assembleia-legislativa-do-ms.html
32	2024	Estudantes participam do projeto “Vivenciando a Prática” na Frinape 2024	O objetivo é proporcionar uma imersão no universo agropecuário, ampliando o conhecimento sobre a realidade do campo por meio da vivência direta	Divulgação	https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/75096/estudantes-participam-do-projeto-vivenciando-a-pratica-na-frinape-2024

33	2024	Estudantes vivenciam o agronegócio na Feicorte	Cerca de 150 estudantes de escolas públicas e particulares de Presidente Prudente e região, do ensino fundamental e do ensino médio, visitaram a Feira Internacional da Cadeia Produtiva da Carne (Feicorte) na manhã desta sexta-feira (22).	Divulgação	https://www.unoeste.br/Noticias/2024/11/estudantes-vivenciam-o-agronegocio-na-feicorte
34	2024	Nikolas Ferreira afirma que vai trabalhar em conjunto para melhorar a educação do país	O parlamentar revelou intenção de pautar temas como homeschooling e a regulamentação do Plano Nacional de Alimentação Escolar – PNAE 2024	Divulgação	https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2024/03/28/nikolas-ferreira-afirma-que-vai-trabalhar-em-conjunto-para-melhorar-a-educacao-do-pais/
35	2024	Mil alunos da rede municipal visitaram a 29ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação	Estudantes participaram do Projeto Vivenciando a Prática, que tem o objetivo de aproximá-los da realidade do campo	Divulgação	https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/mil-alunos-da-rede-municipal-visitaram-a-29-feira-internacional-de-tecnologia-agricola-em-acao
36	2024	Agronegócio financia lobby para patrulhar livros didáticos	De Olho No Material Escolar tem entre seus líderes um ex-executivo da indústria de agrotóxicos, nega o impacto do desmatamento da	Denúncia	https://reporterbrasil.org.br/2024/10/agronegocio-lobby-livros-didaticos/

			Amazônia causado pela pecuária e vê até poemas de autores como Ferreira Gullar como conteúdos negativos sobre o agro		
37	2024	Agronegócio financia lobby para patrulhar livros didáticos		Denúncia	https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reporter-brasil/2024/10/30/agronegocio-financia-lobby-para-patrulhar-livros-didaticos.htm
38	2024	"De Olho no Material Escolar" completa três anos na defesa da educação de qualidade	O programa "Vivenciando a Prática" já mostrou realidade do agronegócio a mais de 30 mil estudantes e professores	Divulgação	https://aprotagonista.canalrural.com.br/de-olho-no-material-escolar/de-olho-no-material-escolar-completa-tres-anos-na-defesa-da-educacao-de-qualidade/
39	2024	Desafios e caminhos na educação brasileira		Divulgação	https://www.cnnbrasil.com.br/foro-m-opinioao/desafios-e-caminhos-na-educacao-brasileira/

40	2024	“De Olho no Material Escolar”: plataforma amplia acervo de materiais	Agroteca virtual bate 400 conteúdos online, gratuitos e revisados sobre o setor rural, com mais de 11 mil usuários e 40 mil visualizações.	Divulgação	https://aprotagonista.canalrural.com.br/de-olho-no-material-escolar/de-olho-no-material-escolar-plataforma-amplia-acervo-de-materiais/
41	2024	Pela correta abordagem do agro na educação	Associação de Olho no Material Escolar promove mobilização nacional com objetivo de desfazer visão negativa atribuída ao setor em documento referência ao Plano Nacional da Educação (PNE), que vai vigorar por 10 anos	Divulgação	https://www.correiopovo.com.br/not%C3%ADcias/rural/pela-correta-abordagem-do-agro-na-educac%C3%A7%C3%A3o-1.1485797
42	2024	De Olho no Material Escolar fará imersão nas práticas do setor rural com 2 mil estudantes da região durante a Agrishow 2024	Associação promoverá ações educativas entre 29/04 e 03/05	Divulgação	https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/373646-de-olho-no-material-escolar-fara-imersao-nas-praticas-do-setor-rural-com-2-mil-estudantes-da-regiao-durante-a-agrishow-2024.html

43	2024	De Olho no Material Escolar fará imersão nas práticas do setor rural com 2 mil estudantes da região na Agrishow 2024	Associação promoverá ações educativas durante a feira entre 29/04 e 03/05	Divulgação	https://revistarpanews.com.br/de-olho-no-material-escolar-fara-imersao-nas-praticas-do-setor-rural-com-2-mil-estudantes-da-regiao-na-agrishow-2024/
44	2024	Agronegócio financia lobby para patrulhar livros didáticos		Denúncia	https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reporter-brasil/2024/10/30/agronegocio-financia-lobby-para-patrulhar-livros-didaticos.htm
45	2024	De Olho no Material Escolar levará 600 estudantes para imersão no agronegócio durante a ExpoGenética 2024, em Uberaba (MG)	“Vivenciando a Prática” mostra boas práticas e faz conexão entre campo e cidade”	Divulgação	https://www.abcz.org.br/noticias/noticia/29977/de-olho-no-material-escolar-levara-600-estudantes-para-imersao-no-agronegocio-durante-a-expogenetica-2024--em-uberaba--mg
46	2024	Teatro Atiaia recebe capacitação De Olho no Material Escolar	O objetivo foi alertar sobre a importância de apresentar em todos os conteúdos da educação dados científicos atualizados, principalmente no setor do agro, reconhecendo sua essência para a	Divulgação	https://www.jornalgvnews.com.br/noticia/15929teatro-atiaia-recebe-capacitacao-de-olho-no-material-escolar/

			população		
47	2024	De Olho no Material Escolar faz imersão no agro com cerca de 200 estudantes e professores de Sarandi e Sananduva (RS)		Divulgação	https://grupoceres.net.br/2024/10/16/de-olho-no-material-escolar-faz-imersao-no-agro-com-cerca-de-200-estudantes-e-professores-de-sarandi-e-sananduva-rs/
48	2024	Não basta ser pop, o agro quer fazer a cabeça de estudantes e interferir nas escolas	Lobbies poderosos do agronegócio nacional articularam uma frente para cercear conteúdos educacionais e limpar a imagem negativa que setor adquiriu nas últimas décadas	Denúncia	https://www.extraclasse.org.br/educacao/2024/11/nao-basta-ser-pop-o-agro-quer-fazer-a-cabeca-de-estudantes-e-interferir-nas-escolas/
49	2024	Movimento "De olho no material escolar" reforça a importância da participação do agro nas discussões do Plano Nacional da Educação		Divulgação	https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/agronegocio/387343-movimento-de-olho-no-material-escolar-reforca-a-importancia-da-participacao-do-agro-nas-discussoes-do-

					plano-nacional-da-educacao.html
50	2024	“Mestres no Agro”: De Olho no Material Escolar lança projeto de qualificação de educadores sobre o setor rural	Evento-piloto em Piracicaba (SP), nos dias 12 e 13/12, teve palestras com especialistas renomados, programação cultural e atividade de campo para 220 profissionais.	Divulgação	https://revistadeagronegocios.com.br/mestres-no-agro-de-olho-no-material-escolar-lanca-projeto-de-qualificacao-de-educadores-sobre-o-setor-rural/
51	2024	Educação e agro: Projeto “Vivenciando a prática” leva estudantes para conhecer a realidade do setor	Em 2024, mais de 700 estudantes participaram de uma experiência imersiva na Fundação Coopercitrus Credicitrus.	Divulgação	https://revistacoopecitrus.com.br/educacao-e-agro-projeto-vivenciando-a-pratica-leva-estudantes-para-conhecer-a-realidade-do-setor/
52	2024	Com PNE em pauta, oposição terá 2024 crucial contra ideologização do ensino	Congresso definirá nos próximos meses o Plano Nacional de Educação 2024-2034	Divulgação	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/com-pne-em-pauta-oposicao-tera-2024-crucial-contra-ideologizacao-do-ensino/

53	2024	Letícia Jacintho leva conhecimento sobre o Agro brasileiro aos jovens e crianças	A partir de suas experiências com a maternidade, administradora fundou a associação De Olho no Material Escolar, que qualifica o ensino sobre o agronegócio nas escolas	Divulgação	https://caras.com.br/country/leticia-jacintho-leva-conhecimento-sobre-o-agro-brasileiro-aos-jovens-e-criancas.phtml
54	2024	Privatização, militarização e patrulhamento da educação		Denúncia	https://www.extraclasse.org.br/opiniaao/2024/11/privatizacao-militarizacao-e-patrulhamento-da-educacao/
55	2024	Novo plano de educação reúne intenções, não metas, dizem especialistas	Presidente da Anup, Elizabeth Guedes, e diretora da ONG De Olho no Material, Teodora Lütke-meier, dizem faltar clareza nos objetivos do PNE	Divulgação	https://www.poder360.com.br/educacao/novo-plano-de-educacao-reune-intencoes-nao-metas-dizem-especialistas/
56	2024	“De olho no material escolar” apresenta o agro na prática para estudantes	Sindicato Rural de Não-Me-Toque é apoiador do projeto, que objetiva esclarecer informações importantes do setor rural para alunos	Divulgação	https://www.sindiruralnmt.com.br/post/de-olho-no-material-escolar-apresenta-o-agro-na-pratica-para-estudantes

57	2024	Mais agro, menos clima: Tarcísio veta educação climática em escolas após lançar Agro Jovem	Governo de SP vetou PL de educação climática 12 dias após anunciar plano de envolver estudantes a favor do agronegócio	Divulgação	https://apublica.org/2024/11/mais-agro-menos-clima-tarcisio-veta-educacao-climatica-em-escolas-apos-lancar-agro-jovem/
58	2024	Projeto combate desinformação sobre o agro nas escolas	Associação De Olho no Material Escolar realiza ações para melhorar o conteúdo dos livros didáticos e promove a difusão do conhecimento científico	Divulgação	https://cnabrazil.org.br/noticias/projeto-combate-desinformacao-sobre-o-agro-nas-escolas

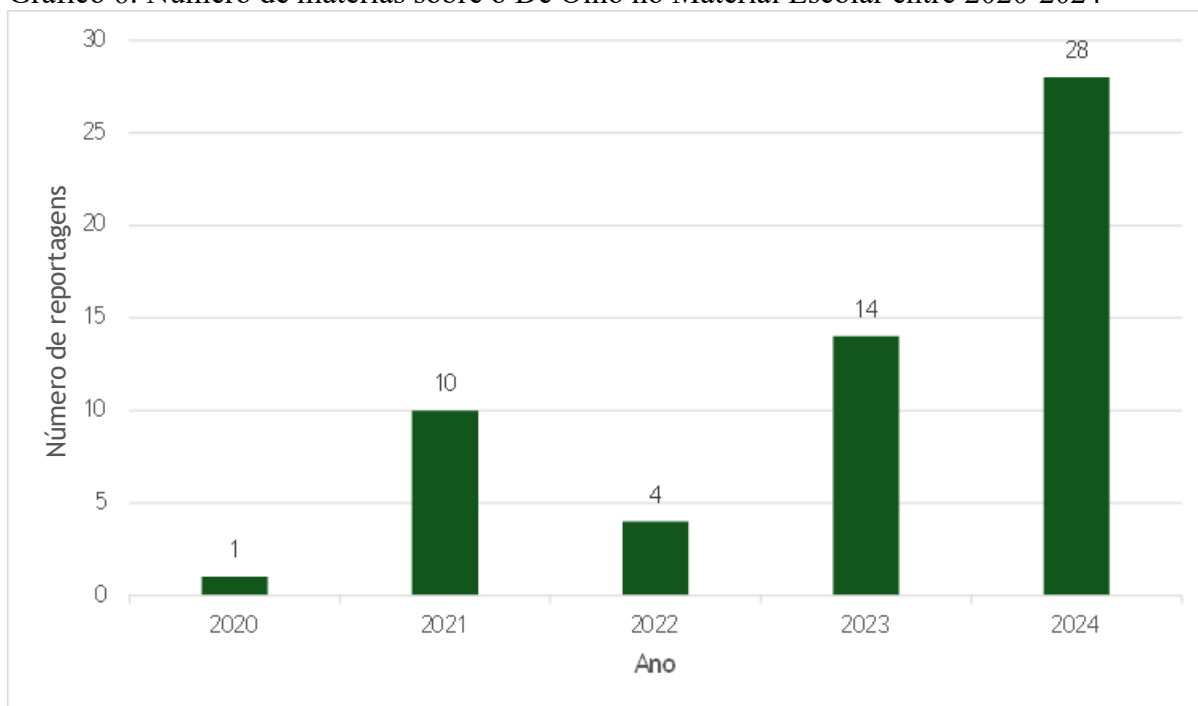
Fonte: Organizado pelo autor, 2026.

O quadro acima demonstra a presença do DONME em reportagens de sites e jornais no período de 2020 a 2024, encontradas no Google através do comando de pesquisa “De Olho no Material Escolar”. Foram coletadas 58 matérias de diferentes veículos além de outras 3 reportagens que não estão relacionadas no quadro, pois são de veículos pagos que necessitam de assinatura mensal para visualizar a reportagem. Dentre as 58 encontradas, apenas 1 não consta data de publicação (sinalizada no quadro).

Além disso, apontamos dentre as 58 reportagens, quais configuram como divulgação da associação e quais são do tipo denúncia, que apresentam críticas ao funcionamento e aos objetivos do DONME. Em percentuais, as reportagens do tipo divulgação representam 82%, enquanto as de denúncia representam 17%. Esse resultado demonstra a predominância discursiva exercida pelo DONME na mídia, sendo as narrativas favoráveis a associação predominante nas reportagens relacionadas no quadro. Isso se deve em sua grande maioria pela forte presença de veículos ligados ao agronegócio como a Agência FPA, Canal Rural e Jornal Cana, que cumprem também um papel enquanto um aparelho privado de hegemonia (APH), fortalecendo a hegemonia do agronegócio nas mídias digitais.

Abaixo o gráfico demonstra a ocorrência de reportagens encontradas em cada ano.

Gráfico 6: Número de matérias sobre o De Olho no Material Escolar entre 2020-2024



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

De acordo com as informações de percentuais sobre o número de matérias em veículos midiáticos encontrados por ano (2020-2024), percebe-se que os anos de maiores índices são os de 2021, 2023 e 2024. Algumas hipóteses podem ser levantadas sobre o motivo desses anos serem os de maiores ocorrências, considerando o contexto e o conteúdo das matérias.

No ano de 2021, o até então movimento se constituiu enquanto uma associação, colocando o site do De Olho no Material Escolar no ar, além de firmar parcerias com o poder público por meio dos deputados federais da bancada ruralista. A movimentação da associação no ano de 2021 que provocou um número maior de reportagens a respeito do DONME foi sua articulação com os deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e a relação da associação com ministros do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

Figura 2: Ministério da Educação (MEC) recebe representantes do De Olho no Material Escolar em 2021.

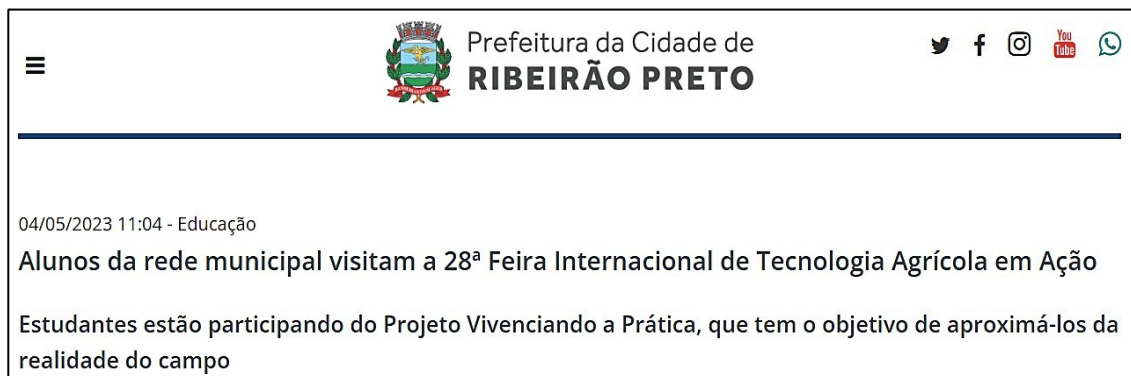


Fonte: Carta Capital (2021).

Portanto, o marco do ano de 2021 é a presença do DONME em esferas do poder público, levando suas demandas para representantes do governo e da FPA, com o objetivo de promover um debate sobre o material escolar e a imagem do agronegócio nesses materiais.

Já no ano de 2023 iniciaram-se as visitas realizadas pelo DONME através do programa ‘Vivenciando a prática’

Figura 3: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (SP) anunciando a visita de alunos da rede municipal de ensino à 28ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação em 2023



Fonte: Prefeitura da Cidade de Ribeirão Preto, 2023.

O programa “Vivenciando a prática” tem como definição

Programa educativo e imersivo que leva alunos e professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para conhecer na prática o que aprendem na sala de aula e a realidade da produção de bens e serviços do próprio país, começando pelo agronegócio e passando por outros setores econômicos, despertando curiosidade, interesse, senso de pertencimento, bem como promovendo a valorização do município onde estão inseridos (DONME, 2021, n/p).

Além disso, outros acontecimentos importantes no ano de 2023 foram o lançamento da biblioteca virtual da própria associação em parceria com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP).

Neste sentido, o vivenciando a prática aproxima estudantes, professores e redes de ensino (público e privado) ao projeto educacional do agronegócio. É, por outro lado, uma forma de demonstrar para os profissionais da educação e representantes do governo, que, na visão do DONME, aquilo que é retratado em sala de aula não corresponde ao que de fato o agronegócio representa hoje, conforme destaca Letícia Jacintho:

É importante mostrar ao estudante essa conexão entre o campo e a cidade, entre escola e produção, entre teoria e realidade, as oportunidades de futuro. Quando isso acontece é incrível, os olhos dos jovens brilham, **e a percepção sobre a importância do setor muda totalmente** (Prefeitura de Ribeirão Preto, 2023, n/p, grifo nosso).

É o momento em que empresas parceiras e proprietários de terras utilizam estratégias para buscar “conexão” com a sociedade como marketing mostrando ao público comum inovações tecnológicas e exemplos do agronegócio em funcionamento. Em suma, representa

uma forte aliança entre os governantes, o DONME e os grandes empresários do agronegócio no Brasil.

No ano de 2024, as temáticas citadas acima em matérias de outros anos ganham maior visibilidade, como a questão da biblioteca virtual, as parcerias da associação com governantes e um maior número de estudantes atendidos pelo programa “Vivenciando a prática”. O destaque aqui se deve ao foco que o DONME exerceu sobre o novo Plano Nacional de Educação, votado em 2024 para entrar em vigor em 2025.

Figura 4: Enunciado com apontamento de crítica ao novo Plano Nacional de Educação feito pelo De Olho no Material Escolar.

Novo plano de educação reúne intenções, não metas, dizem especialistas

Presidente da Anup, Elizabeth Guedes, e diretora da ONG De Olho no Material, Teodora Lütke-meier, dizem faltar clareza nos objetivos do PNE

Fonte: Poder 360.

A entrevista contou com a presença da presidente da Associação Nacional das Universidades Privadas (Anup), Elizabeth Guedes, e com a diretora do DONME, Teodora Lütke-meier. Ambas afirmam que o importante para o novo PNE são as metas e os indicadores, com o objetivo de considerar a evolução daquilo que já existia como meta e como os indicadores apontam o progresso e realização destas metas.

“Dá uma impressão que queremos colocar no papel as expectativas diversas. O importante é termos foco. E termos indicadores. São essenciais para controle e acompanhamento de qualquer planejamento. Numa empresa, numa universidade, o planejamento é aferido, diagnosticado. Isso não apareceu no plano anterior e não está no de agora”, disse Teodora (PODER 360, 2024, n/p).

Contudo, observa-se que a mídia tem sido utilizada como espaço de divulgação e propagação dos seus ideais e dos objetivos da associação. Essa intervenção midiática, em especial de veículos que estão de acordo com as propostas, demonstra a existência de uma mídia especializada no agronegócio, difundindo os valores do setor, sua ideologia e propostas.

Como parte de nossa análise da mídia como vetor de intervenção do DONME, elencamos categorias analíticas para demonstrar como o DONME enquanto um aparelho de

hegemonia utiliza a mídia como espaço de disputa para consolidar seus objetivos que são políticos e educacionais.

A seleção das reportagens apresentadas no quadro foi realizada através de uma busca no Google com o comando “De Olho no Material Escolar” na aba de notícias do buscador, e selecionadas pelo critério temporal de 2020 a 2024. Para analisar as reportagens, optamos por análise de recorrência temática e outra análise de caráter analítico.

2.2.1 Análise do DONME na mídia: construção discursiva e modo de operação

O quadro apresentado acima com as reportagens encontradas entre os anos de 2020 e 2024 tem a função de demonstrar a presença do DONME na mídia e para além disto, encontrar padrões discursivos que criam uma recorrência de temas abordados em reportagens sobre a associação, criando dessa forma uma imagem do agronegócio ao qual o DONME tem o objetivo de veicular na educação brasileira.

A análise proposta das reportagens que compõem o escopo deste capítulo foi estruturada a partir de uma metodologia que se divide em duas etapas: um primeiro momento de caráter mais descritivo e o segundo momento com maior teor interpretativo. Isso se justifica na própria compreensão de que a mídia está para além de um espaço apenas informativo, mas que também possui produção de sentidos, disputas simbólicas e aspectos políticos, como é o caso do DONME.

Na primeira etapa, fizemos um mapeamento temático das reportagens publicadas entre 2020 e 2024, presentes no Quadro 1. A partir dessa exploração, identificamos que existem alguns temas que são recorrentes nos discursos ligados ao DONME, ou seja, padrões discursivos. A leitura demonstrou que os principais temas que aparecem reiteradamente nas reportagens são do agronegócio como motor do desenvolvimento econômico nacional, das tecnologias presente na produção do campo, do afastamento do agronegócio atual com o modelo de latifúndio do século passado, dentre outros.

Na segunda etapa, propomos uma análise interpretativa por categorias analíticas, que tem como ideia central o entendimento do funcionamento do DONME enquanto agente político educacional, que utiliza a mídia como espaço de disputa e de organização de seu discurso, produzindo dessa forma legitimidade e consenso. A partir disso, elegemos categorias analíticas que expressam a atuação midiática do DONME, sendo essas: a) legitimação do discurso do agronegócio; b) construção do inimigo e polarização; c) disputa curricular midiaticizada; d) pedagogização do agronegócio.

Portanto, esse percurso metodológico possibilitou que a partir da leitura das reportagens, chegássemos à compreensão dos movimentos estratégicos que a associação tem feito dentro deste recorte temporal no espaço midiático.

a) Análise interpretativa por categorias analíticas

Quadro 2: Síntese da análise do “De Olho no Material Escolar” na mídia digital.

Categoria Analítica	Indicadores analíticos	Exemplos	Evidências
1. Legitimação discursiva do agronegócio	Linguagem científica; estudos técnicos; suposta neutralidade.	Nº 19 — “Livros têm 60% mais citações negativas” Nº 30 — “Estudo aponta desinformação” Nº 41 — “Plataforma amplia acervo”.	Referências a “dados”, “pesquisas”, “especialistas”, estatísticas e curadoria científica.
2. Construção do inimigo do agronegócio (livros didáticos)	Livros atacados como ideológicos; denúncia de supostas distorções nos conteúdos didáticos.	Nº 4 — “Campanha contra livros didáticos” Nº 8 — “Lobby para fiscalizar material” Nº 49 — “Agro quer interferir nas escolas”.	Vocabulário de conflito: “distorção”, “ideologização”, “mentiras”, “viés”.
3. Mídia como arena de disputa curricular	Presença de atores políticos na defesa do DONME; ações institucionais; projetos políticos.	Nº 3 — “Mães do Agro no MEC” Nº 31 — “Senado debate livros” Nº 35 — “Nikolas Ferreira e educação”.	Relatos de reuniões com governo, parlamentares e ministérios.
4. Pedagogização do agronegócio	Projetos educativos; visitas técnicas; plataformas didáticas.	Nº 33 — “Imersão de estudantes” Nº 46 — “ExpoGenética com alunos” Nº 51 — “Qualificação de educadores”.	Narrativas de aprendizagem prática e aproximação campo-escola.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

Portanto, a partir do quadro acima, observamos a existência de uma estratégia de articulação que parte tanto do DONME enquanto associação político educacional, quanto da

própria mídia – em especial a mídia especializada do agronegócio, que organiza a movimentação do DONME entre 2020 e 2024.

b) Síntese interpretativa: a arquitetura midiática de intervenção do DONME

O primeiro ponto para compreender a articulação do De Olho no Material Escolar na mídia, é a questão da legitimação do discurso do agronegócio, representado pelo DONME nesse caso. Os exemplos apresentados no quadro das categorias analíticas demonstram que para alcançar essa legitimidade, uma das ferramentas discursivas utilizadas é o uso de uma linguagem científica e produção de estudos científicos que comprovam os supostos equívocos nos livros didáticos, dentre outros.

Na reportagem de número 19 é destacado o estudo realizado pelo DONME em parceria com a Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP), com o relatório “O retrato do agronegócio na escola”, ao qual teve como resultado o mapeamento de 746 citações negativas ao agronegócio nos livros didáticos, em contrapartida as 472 menções positivas.

Ao produzir esse estudo, o DONME mobiliza um regime discursivo de cientificidade que opera como mecanismo de validação simbólica, produzindo efeitos de verdade perante o leitor, aliando-se ao fato de que o estudo foi produzido por uma importante instituição de ensino superior. Para além disso, induz o leitor ao pensamento de uma autoridade simbólica exercida pela associação, que tem condições de articular parcerias público-privada para demonstrar uma incoerência no material didático referente ao agronegócio.

A segunda reportagem da categoria analítica 1, de número 30, destaca o mesmo ponto do estudo feito pelo DONME com a FIA-USP, reforçando que o conteúdo dos livros didáticos não é baseado em dados científicos e que por isso são enviesados politicamente ou ideologicamente, sendo um problema na rede privada e pública de ensino, como destaca a presidente da associação:

Letícia destaca, ainda, que apesar de os livros analisados no estudo serem apenas aqueles destinados às escolas públicas, o cenário não muda em relação às instituições privadas. “O conteúdo produzido pelas editoras que estão no PNLD e que também produzem materiais para o setor privado é praticamente o mesmo. É uma impressão mais cara [no caso das escolas privadas], mas o conteúdo e o autor são os mesmos. Não é um problema apenas dos livros da rede pública” (Gazeta do Povo, 2023, n/p).

O estudo traz dados relacionados dessa possível imagem distorcida do agronegócio retratada nos livros didáticos e que, por isso, não teriam embasamento científico. No entanto, o fato de os dados apresentados nos materiais didáticos apontarem problemas técnicos e sociais como os conflitos por terra e desmatamento, não tiram o fator científico e a veracidade dos fatos. Ao fazer este apontamento, a associação considera que o que é científico é apenas aquilo que favorece a imagem do setor, retirando também a autonomia crítica do professor de construir um raciocínio que seja crítico ao que o ‘agro’ produz no Brasil.

Por fim, a reportagem de número 41 demonstra uma possível solução para o que eles definem como o problema da desinformação nos livros didáticos: a criação de uma biblioteca virtual anexada dentro do site do DONME com materiais que auxiliam os professores a trabalharem a “verdade do agronegócio brasileiro”, baseado em dados científicos os conteúdos “São vídeos, aulas, artigos, infográficos, games, gibis e livros sobre vários aspectos do agronegócio, como produção no bioma Amazônia e no cerrado, economia circular, bioinsumos e fertilizantes, cadeia do leite, do cacau e muito mais.” (A Protagonista, 2024, n/p).

Figura 5: Agroteca no site do De Olho no Material Escolar.

Agroteca

Biblioteca virtual com materiais constantemente atualizados sobre diferentes aspectos do agronegócio para estudantes e profissionais de ensino. Os conteúdos multimídia são baseados em fatos e dados científicos, têm linguagem acessível e são disponibilizados após a curadoria da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ), unidade da Universidade de São Paulo (USP).

Para pesquisar, digite as palavras-chave desejadas. Se quiser, selecione uma opção da lista ou digite a palavra-chave desejada nos campos "Categorias" e "Tipos".

Todas as Categorias

Todos os Tipos

Showing 1-20 of 508 Books

Agricultura e mudanças climáticas

Venha descobrir mais sobre a relação da agricultura e a emissão de gases de efeito estufa!

As emissões de gases...

Agricultura e meio ambiente, Conservação da Natureza, Práticas agrícolas sustentáveis

Vídeo

CCAS Agronegócio: importância para o Brasil e para o mundo

Venha conhecer mais sobre o agronegócio brasileiro e sua importância!

O agronegócio brasileiro é o principal motor da economia nacional....

Agricultura, Agronegócio, Desenvolvimento Tecnológico, Economia, Exportação, Indústria, Comércio e Serviços

Artigo

CCAS Vinho: do parreiral à mesa

Venha conhecer mais sobre a produção de vinho!

Este artigo aborda a produção de vinho, destacando desde a escolha da...

Agricultura, Alimentos, Culturas Agrícolas, Frutas, Produção de alimentos, Uva

Artigo

História do Algodão

Venha descobrir a história e a importância do algodão no Brasil!

Este material em...

Agricultura, Algodão, Culturas Agrícolas, Indústria, Comércio e Serviços

Gibi

Fonte: De Olho no Material Escolar (2025).

De acordo com a matéria do A Protagonista (2024), o objetivo da Agroteca é ser uma fonte de consulta sobre o agronegócio, com qualidade e base científica, reunindo uma vasta concentração de materiais que podem servir de apoio na correção de dúvidas de qualquer público, desde autores de livros didáticos a toda a comunidade escolar.

O impacto desse mecanismo de articulação na mídia é a produção simbólica de convencimento social por instituições privadas como o DONME, colocando em deslegitimação a autonomia do professor e o conteúdo produzido por autores de livros didáticos

Portanto, o conjunto dessas três reportagens caracterizam a categoria analítica de legitimação do discurso do agronegócio, ao qual apresentam um discurso científico e técnico que transmite ao leitor uma autoridade sobre o assunto, fazendo com que, os materiais didáticos oficiais sejam questionados enquanto os materiais oferecidos pelo DONME sejam legitimados pela produção científica realizado pela associação em parceria com a FIA-USP.

Na categoria 2, pensamos na construção do inimigo discursivo através da acusação de uma suposta ideologização nos livros didáticos e distorções do material didático sobre a realidade do agronegócio. Para isso, o DONME argumenta que os livros didáticos sofrem uma censura, acusando livros didáticos, autores e professores de produzirem o material sob uma ideologia contrária ao agronegócio.

A reportagem de número 4 traz o início do DONME, que teve como um de seus primeiros passos a denúncia dos livros didáticos e a fiscalização da atuação pedagógica dos professores em sala de aula, incentivando pais de estudantes “a fotografar os livros didáticos que julgarem “intoleráveis” e enviar aos seus cuidados. As fotos deverão ser acompanhadas do nome da editora e número da edição.” (Brasil de Fato, 2021, n/p).

O incentivo a fiscalização dos livros didáticos cria justamente um inimigo simbólico do agronegócio, que por sua vez tem sua imagem construída no imaginário social a partir da campanha ‘Agro é tech’. Logo, o processo de vilanização do livro didático crítico ao agronegócio ocorre, apontando questionamentos da veracidade e do embasamento científico que o livro possui. Constrói-se uma narrativa de ataque ao material didático colocando pais e responsáveis contra professores e livros, além de retirar conteúdos fundamentais sobre questões ambientais e sociais “A diferença é que, em vez de querer calar os professores e abolir o debate de ideias do processo educativo, representantes do agronegócio querem varrer dos materiais pedagógicos conteúdos que mostrem os impactos negativos da atividade” (Brasil de Fato, 2021, n/p).

A reportagem de número 8 traz as evidências desse ataque ao utilizar um vocabulário que reforça a distorção e o viés politizado dos livros didáticos ao retratarem aspectos como

agrotóxicos e a luta por demarcação de terras indígenas, ao qual as fundadoras da associação definem como

Trata-se, mais uma vez, de visão pesada, atrasada, carregada de ideologia, e que expressa a opinião pessoal do autor do texto”, rebateram as “mães do agro”. “Opiniões enviesadas como esta não constituem conteúdo educacional e não podem estar presentes nas apostilas de nossas crianças (De Olho nos Ruralistas, 2021, n/p).

Na reportagem de número 49, a associação do DONME já se movimenta para uma interferência institucional nos livros didáticos, o que impacta diretamente na educação do país. Nesse momento, o DONME trabalha fortemente para que a Comissão Nacional de Educação (Conae) e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) sejam revistos juntamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o objetivo de retirar conteúdos críticos ao setor e implementar uma imagem positiva assim como a campanha publicitária ‘Agro é tech’.

Dessa forma, o DONME articula e usa de uma estratégia midiática que constrói uma narrativa de ataque ao livro didático, afirmando que conteúdos que são contrários ao posicionamento da associação devem ser retirados dos materiais e acrescentados apenas aspectos positivos do setor, o que por sua vez se assemelha ao que foi o Movimento Escola Sem Partido (Mesp), que buscava também essa censura de assuntos politizados na educação do país. Na categoria analítica 3 ocorre as ações institucionais e o apoio político da bancada ruralista ao DONME, assegurando acesso aos espaços de políticas públicas para efetivação da intervenção da associação na educação.

Em pouco menos de um ano de existência, o DONME conseguiu apoio e acesso da bancada ruralista em espaços institucionais demonstrando uma coesão interna do setor em diferentes frentes de atuação. Na reportagem de número 3, a associação – que ainda recebia o nome de Mães do Agro, reuniu-se com o ministro da Educação, Milton Ribeiro solicitando as mudanças em textos de materiais didáticos, como visto na categoria anterior. Dentre os temas a serem revistos estão os materiais didáticos que abordam prejuízos do agronegócio ao meio ambiente, trabalho análogo à escravidão em lavouras e o uso de agrotóxicos, conforme O Globo (2021).

O apoio recebido pelo ministro da Educação ressalta o alinhamento de pautas conservadoras entre o DONME e a gestão de Milton Ribeiro. O ponto central não é retirar a importância que o agronegócio possui, mas de que o papel da escola e do professor é problematizar e incentivar o desenvolvimento crítico de seus alunos.

Na reportagem, a educadora Anna Helena Altenfelder, presidente do conselho do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária questiona o posicionamento do ministro e as solicitações feitas pela associação:

No material didático, tem-se de se conscientizar os alunos da poluição na agricultura, da utilização de agrotóxicos. Se há um incômodo, deve haver um debate, e não a tentativa de pressionar a ponto de impor — avalia o historiador João Jambeiro, especialista em educação a distância (O Globo, 2021, n/p).

Além disso, existe o temor do revisionismo histórico, retirando conteúdos importantes sem apresentar contrapontos, o que torna apenas um discurso positivo de um setor sem apresentar críticas diante de uma realidade histórica que demonstra contradições estruturais da vida no campo.

Mais tarde, em 2024, a defesa de que há uma visão distorcida da realidade nos livros didáticos chega à Comissão de Educação (CE) do Senado, como é descrito na reportagem de número 31. A audiência presidida pelo senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) atendeu ao requerimento de nº 106, de 2024 que propunha a presença dos seguintes convidados: representante da Associação “De Olho no Material Escolar; representante da Fundação Instituto de Administração (FIA/FEA-USP); representante do Ministério da Educação (MEC); representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA); e representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Na justificação do requerimento de Zequinha Marinho, o senador destaca o estudo feito Fundação Instituto de Administração (FIA), vinculada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA-USP) e aponta que o agronegócio brasileiro é alvo de difamações, sendo esta uma prática comum em países “menos eficientes” que buscam proteger os produtores locais, aos quais “recorrem à desmoralização do setor agropecuário brasileiro para aumentar artificialmente sua própria competitividade” (Requerimento nº 106, 2024, p. 1).

O exemplo demonstra a clara articulação entre o DONME e a bancada ruralista, visto que o senador Zequinha Marinho é um dos integrantes desse grande grupo de parlamentares que tem como atuação política o enfrentamento e a defesa do agronegócio no Congresso Nacional.

Por fim, a reportagem de número 35 traz outro importante ator no cenário político em defesa do DONME e do homeschooling, o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG). Eleito

presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Nikolas teve como objetivo pautar assuntos importantes e em especial, no que diz respeito ao agronegócio. Segundo o deputado “há projetos de lei para pautar na Comissão para mudar esse cenário. Afinal, o agro é que sustenta nosso país e vamos trabalhar em conjunto para melhorar a educação do Brasil” (Agência FPA, 2024, n/p).

Como membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Nikolas visa articular demandas do setor na Comissão de Educação, e por consequência, o DONME. Assim como na reportagem anterior, utilizou-se como base o estudo feito pela FIA-USP ao combater “interferências ideológicas” nos materiais didáticos.

Portanto, é evidente que a tramitação de pautas do DONME no Congresso Nacional está intimamente relacionada com a bancada ruralista e seus representantes, que adotaram a associação como representação do combate do que eles chamam de ideologias nos livros didáticos.

Na categoria 4, ocorre a pedagogização do agronegócio no meio midiático, representado pelas ações educativas realizadas pelo DONME. Talvez essa seja o maior exemplo de aproximação do DONME com o campo educacional na prática escolar, se aproximando de uma educação informal ao promover o programa Vivenciando a Prática.

As reportagens 33 e 46 abordam o programa de vivência e aproximação campo-escola do DONME em feiras do agronegócio, levando estudantes com o objetivo de proporcionar uma imersão no mundo rural do agronegócio.

No evento, os estudantes puderam ter contato com uma série relatos de experiências, incluindo o uso de drones para aumento de produtividade e precisão no plantio de diversas culturas. As crianças também tiveram contato com a temática sobre o monitoramento e controle de maquinários agrícolas, comparando-os a jogos digitais, e exploraram a transformação de grãos em alimentos e energia. Outra atividade destacada foi o acompanhamento do caminho do leite, desde a criação dos bezerros até a degustação de produtos derivados (Jornal Bom Dia, 2024, n/p).

Essas visitas são transformadas posteriormente em narrativas de aprendizagem, aos quais professores e estudantes são convidados a trabalharem a temática em sala de aula. Sendo assim, esse primeiro contato com o DONME pode ser entendido como uma porta de entrada para a associação adentrar nas escolas, não por meio dos livros didáticos, mas por meio de atividades extracurriculares e da Agroteca, além dos concursos promovidos no site da associação.

E por fim, a reportagem de número 51 traz o projeto Mestres no Agro como forma de qualificar os educadores sobre o setor rural. O programa em questão tem o objetivo “proporcionar capacitação contínua para profissionais de ensino sobre temas essenciais do setor agropecuário, com palestras de especialistas renomados em diversas áreas, programação cultural e visita de campo” (Revista Attalea Agronegócios, 2024, n/p).

A atuação do programa reforça a ideia de que os professores não possuem o conhecimento desejado sobre o agronegócio e para além disso, se lançam como apoio pedagógico para professores e instituições para uma melhor abordagem do agronegócio em sala de aula. Reforçam também uma de suas ideias principais que é a incoerência e a distorção do livro didático sobre o setor. Enquanto o livro didático não é atualizado de acordo com os parâmetros do DONME, é a associação que busca resolver a questão mediante cursos para professores.

A partir destas análises das reportagens por categorias analíticas, compreendemos que a atuação do DONME nas mídias digitais não se trata apenas de transmitir informação, mas que indiretamente constrói uma narrativa ao longo do período temporal analisado. Existe uma articulação na movimentação e nos passos dados pela associação, que resulta em uma disputa simbólica por poder.

Com isso a síntese da análise a partir das categorias levantadas nos revela 5 eixos de atuação do DONME nas mídias digitais:

1. Legitimação
2. Polarização
3. Disputa simbólica
4. Pedagogização

Assim, entendemos que o DONME teve um modo de operação interno que impactou no modo em que as reportagens abordariam a associação, assim como a análise do conjunto de reportagens mapeadas evidenciou um padrão temático e discursivo, reforçando a legitimação do DONME. Portanto, o movimento criado em torno da associação pode auxiliar na compreensão de como projetos políticos da era digital se estruturam e se articulam nos meios digitais, fazendo com que a vigilância se transforme em interferência prática na sociedade civil e na sociedade política.

CAPÍTULO 3. O DONME E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS GLOBAIS: O LOCAL E O GLOBAL NA GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO

Com o objetivo de tratar do terceiro vetor de intervenção mencionado nos estudos e discussões feitas sobre o De Olho no Material Escolar, este capítulo tem como objetivo discutir a educação como vetor de intervenção do DONME, a partir de um entendimento que a associação opera em diferentes escalas, sendo um ator político educacional que atua como intermediador entre reformas globais educacionais através da teoria da Economia Política Internacional (EPI) e da abordagem da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE).

Além disso, necessita-se considerar nessas estruturas neoliberais as reformas educacionais globais que se dão sob a ótica da Global Education Reform Movement (GERM), ou seja, reformas educacionais caracterizadas por uma pretensa educação de qualidade, pautada em padronização curricular e controle.

Para isso, utilizamos de autores que abordam a temática e que auxiliam na construção teórica bem como a discernir o DONME nessas abordagens. Autores como Marcia Betania de Oliveira, Anaylla da Silva Lemos, Mônica Borbosa Canuto (2023); Hellen Gregol Araujo e Alice Casimiro Lopes (2021); Álvaro Moreira Hypolito (2019); Stephen J. Ball (2001); Roger Dale (2004); Ana Claudia Carvalho Giordani e Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira (2023) e Antoni Verger (2019), auxiliam na compreensão desta estruturação entre políticas educacionais globais e a incorporação destas por agentes políticos educacionais locais, portanto a desenhar a geografia dessa educação.

Realiza-se também um breve estado da arte do DONME entre artigos, dissertações e teses que abordam a temática, com o objetivo de localizar nossa pesquisa em possíveis lacunas bem como nossa contribuição teórica para um tema vasto e abrangente, que não se esgota nesses capítulos.

3.1 Do que já foi pesquisado sobre o DONME: breve estado da arte

Na formação socioespacial brasileira, as políticas educacionais sempre estiveram atravessadas pela questão agrária. Segundo Henrique Tahan Novaes e Julio Hideyshe Okumura (2021, p. 27), “tudo indica que a questão agrária é um determinante com grande peso no bloqueio à educação pública para as maiorias”. O agronegócio também desempenha esse papel de interferência na educação, conforme Nascimento e Almeida (2021, p. 60),

Ou seja, o conjunto da comunidade escolar é envolvido como ideólogos do programa Agronegócio na Escola, a partir de uma metodologia própria pautada na abordagem da pedagogia empresarial ligada ao cenário produtivo do país. De modo geral, tal modelo pedagógico dá sustentação ideológica a esse misto de neoliberalismo e pós-modernismo que caracterizam as políticas educacionais.

Recentemente, o De Olho no Material Escolar evidencia de forma clara essa ofensiva na educação brasileira. A campanha iniciada em 2021 atua com o propósito de revisar os materiais didáticos e por uma suposta neutralidade no papel do docente em sala de aula.

Dada a atualidade do tema, ainda não existe um volume expressivo de trabalhos acadêmicos sobre a temática, demonstrando ser um debate que necessita de novas reflexões. Sendo assim, a partir de busca nas bases Google Acadêmico e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foram encontradas oito pesquisas relacionadas ao tema, dentre elas artigos científicos, dissertações e teses. O quadro a seguir demonstra o que já foi pesquisado sobre a temática:

Quadro 3: Levantamento de pesquisas realizadas sobre o De Olho no Material Escolar no período de 2021 a julho de 2025

Tipo e ano	Local encontrado	Título	Autoria	Objetivo Geral
Artigo - 2021	Google Acadêmico	A mercantilização da escola pública nos moldes do capital: agronegócio na escola	Érica Nayara Santana do Nascimento Rosemeire Aparecida de Almeida	Compreender a intervenção na educação pública por corporações privadas com intuito de propagar ideologias da agricultura capitalista, impondo uma lógica empresarial à educação pública brasileira.
Artigo - 2021	Google Acadêmico	A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamentos de escolas e disputa político-pedagógica	Paulo Alentejano; Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro; Roberta da Costa Lines; Ingrid da Silva Linhare e Leonam Bonato da Silva	“[...]nosso objetivo fundamental é analisar a dupla ofensiva do agronegócio na educação pública: por um lado o fechamento de escolas no campo, por outro a ofensiva ideológica - que engloba uma diversidade de ações voltadas para o controle do conteúdo ensinado nas escolas do campo e da cidade, no que diz respeito ao agronegócio” (Alentejano

				et al., 2021, p. 435).
Artigo - 2022	Google Acadêmico	A ofensiva das frações de classe bolsonaristas no desmontada educação básica pública: escola sem partido, escolas cívico-militares, <i>homeschooling</i> e o 'agro' de olho no material escolar	Jéferson Silveira Dantas	“procurou compreender como determinadas frações de classe adeptas ao bolsonarismo (Escola sem Partido, Escolas cívico-militares, Homeschooling e o 'Agro' de olho no material escolar) vêm disputando o fundo público destinado, sobretudo, à Educação Básica pública” (Dantas, 2022, p. 31).
Artigo - 2022	Revista Trabalhos Necessários	“Agro sem partido”? Coerção e consenso – a investida do agronegócio na educação brasileira	Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro	“Neste artigo analisamos a inserção do agronegócio na educação, especificamente, a campanha DeOlho no Material Escolar e seus atravessamentos com os procedimentos do Escola sem Partido.” (Cordeiro, 2022b, p. 1).
Tese - 2022	Banco de Teses UERJ	A hegemonia do agronegócio do campo à educação: coerção e consenso na ofensiva contra a luta a luta por terra e por Educação do Campo	Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo Cordeiro	“nosso objetivo geral compreende a análise da expansão do agronegócio na esfera educativa, especialmente seus reflexos na política de Educação do Campo, que integra e incorpora a luta pela terra” (Cordeiro, 2022a, p. 26).
Tese - 2023	Periódicos CAPES	A ofensiva do programa político e educacional do agronegócio na educação pública	Valter de Jesus Leite	“o objetivo geral da pesquisa se constitui em compreender, problematizar, analisar e refletir sobre a inserção dos aparelhos

				privados de hegemonia (APH) do agronegócio na Educação Básica, considerando a correlação de forças no campo do agronegócio e seus nexos com governo e Estado para materialização das suas estratégias de dominação de classe” (Leite, 2023, p. 26).
Dissertação 2024	- Periódicos CAPES	Aparelhos Privados de Hegemonia do Agronegócio e a organização “De Olho no Material Escolar	Maria Cristina Vargas	“Assim, diante do exposto, essa pesquisa tem por objetivo analisar a atuação do APH “De olho no material escolar”, enquanto um aparelho privado de hegemonia do agronegócio que, por sua vez, está articulado a outros APH que disputam entre si, a direção intelectual e moral através da Educação, nos territórios dos negócios do agro, a fim de propiciar subsídios para a análise das correlações de forças na Educação Básica, em particular nas lutas em prol da Educação do Campo” (Vargas, 2024, p. 13).
Tese - 2024	Periódicos CAPES	Geografias Dos Discursos Hegemônicos: estratégias do agronegócio brasileiro na educação	Daniel Macedo Lopes Vasques Monteiro	“Neste contexto, esta tese tem como objetivo compreender as estratégias do agronegócio na educação, no que tange às suas propostas, escalas de atuação e perspectivas ideológicas, buscando compreender como o agronegócio utiliza do ambiente escolar como

				instrumento de construção de sua hegemonia e quais discursos e materiais são utilizados para propagar suas ideias e concepções.” (Monteiro, 2024, p. 25)
Artigo - 2024	Google Acadêmico	“De olho no material escolar”: o agro quer ser pop nas escolas combinando força e consenso	Warllen Torres Nannini e Marcus Fernandes Marcusso	“Este trabalho analisa o “De Olho no Material Escolar”, o programa é um projeto político-ideológico do setor agroindustrial que reivindica a revisão dos conteúdos de ensino e uma nova postura dos professores no que concerne as temáticas relacionadas ao modelo de produção do agronegócio. Assim, legitima de forma inovadora e sofisticada (coerção e consenso) uma imagem supervalorizada do agronegócio nas escolas.” (Nannini; Marcusso, 2024, p. 319)

Fonte: Organizado pelo autor.

As pesquisas citadas acima têm papel importante para o desenvolvimento deste trabalho. A partir desse levantamento foi possível identificar que dentre as pesquisas realizadas entre 2021 e 2024, poucas tiveram como objeto de pesquisa o DONME, reforçando a importância da nossa pesquisa, em especial para a geografia. No geral, a discussão sobre o DONME nos estudos acima está inserida em um debate maior, constituindo apenas uma parte do desenvolvimento.

Dentre os autores dos trabalhos acima, as suas áreas de formação e atuação profissional estão localizadas nos cursos de geografia e educação, demonstrando um predomínio entre esses dois campos de conhecimento nas pesquisas relacionadas ao DONME.

A nível de pós-graduação, apenas 3 teses foram desenvolvidas e 1 dissertação de mestrado, de Maria Cristina Vargas (2024). Ressaltamos a importância dos trabalhos de Cordeiro (2022a, 2022b), Leite (2023) e Monteiro (2024) por expandirem a discussão e o seu aprofundamento dedicando fôlego e espaço dentro de suas teses.

Cordeiro (2022a, 2022,b) aponta que a organização De Olho no Material Escolar possui características singulares, mas que aparece como uma ramificação do Escola Sem Partido - MESP, por sua semelhança em acusação de doutrinação, com o apelo da estrutura familiar, da maternidade e do papel social da mulher na atualidade. Ao utilizar o discurso nas mídias sociais, o DONME contesta os conteúdos ministrados em sala de aula e dos livros didáticos, especialmente de geografia.

Em sua tese, Cordeiro (2022a) destaca o marco inicial da movimentação do DONME por meio de uma carta com teor de apelo e acusação, chamada pela autora de “carta-denúncia” dos pais e mães associados ao “agro” que tinham filhos estudantes da rede de ensino privado Colégio Anglo.

Nesta, os signatários afirmam haver uma indevida exposição dos seus filhos e suas filhas a conteúdos políticos e ideológicos que estariam imiscuídos no programa educacional. Fundamentalmente, os materiais escolares reduziram a agropecuária ao “papel de vilão nacional”, a despeito de sua importância econômica e social para a prosperidade regional e nacional. A partir daí são elencados exemplos que representam a discordância sobre os conteúdos, dos quais citaremos os mais ilustrativos. Um dos argumentos que dão corpo à denúncia de cooptação política seria a falta de contraponto, isto é, da presença de uma visão atualizada e condizente do setor, especialmente em relação ao tratamento de questões como o desmatamento e o sofrimento indígena, entre outros. Com base nessa retórica, há o destaque para os importantes resultados da produção de cana-de-açúcar na região - tais como a oferta de empregos e a diminuição do uso de combustíveis fósseis - chegando-se à seguinte conclusão: “Devemos nos orgulhar dessas marcas, não incentivar as crianças a repudiá-las. Infelizmente, há quem enxergue a agropecuária brasileira por lentes sujas, antigas e tendenciosas, que remontam ao período colonial” (DONME, 2020, apud Cordeiro, 2022a, p. 239).

Segundo Cordeiro (2022a), a carta visa criar uma espécie de consenso entre responsáveis e docentes, retirando a culpa da “acusação de doutrinação” por meio do movimento. Mas a autora reforça que na verdade, é perceptível que forjar essa aliança entre pais e professores encobre de fato a busca por uma prática docente que seja autoritária.

Em paralelo a movimentação do DONME, outra figura importante surge no debate. Francisco Graziano é um agrônomo e político brasileiro e, em parceria com o professor Marcos Neves criaram o documento “*O novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil (Sugestões de conteúdo e uma nova abordagem para o material didático do ensino fundamental no país)*” (Graziano e Neves, 2021). Ao analisar o documento, Cordeiro (2022a) explica que segundo os autores,

os materiais e conteúdos denunciados possuem um viés político e generalizações, o que justificaria a proposição de novas temáticas que abordassem a inovação tecnológica do setor e a complementaridade entre agronegócio e agricultura familiar. Com isso, vemos a intencionalidade de se propagar nas escolas uma imagem empresarial e moderna do agronegócio, como alternativa de progresso e desenvolvimento. (Cordeiro, 2022a, p. 240)

Para a inserção dessas novas temáticas a serem abordadas, as disciplinas de Geografia, História e Ciências são essenciais na consolidação desses objetivos. Para tal, os autores do documento defendem uma revisão da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, para adequar as normativas educacionais da contemporaneidade, aos quais Graziano e Neves (2021) definem como sendo condizentes com o século XXI uma visão liberal e favorável ao empreendedorismo econômico, conforme Cordeiro (2022a).

Outra pesquisa de considerável contribuição é a de Leite (2023), que através de uma extensa contribuição e mapeamento do funcionamento e atuação do DONME, destacou os componentes da coordenação do DONME, conforme o quadro a seguir

Quadro 4: Mapeamento da coordenação da associação De Olho no Material Escolar

Nome	Função DONME	Formação	Atuação profissional
Leticia Zamperlini Jacintho	Presidente e Fundadora	Graduada em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado (Faap); cursou em 2019 o Programa de Desenvolvimento de Conselheiros de Administração da Fundação Dom Cabral	Pecuarista e administradora, atua no Mercado Financeiro, no Banco Credit Agricole, Analista de Crédito e Comercial na Área de Corporate Finance. e o Banco Bbm, na Área de Captação e Fundos. Integrou a lista Forbes das 100 Mulheres Poderosas do Agro. Sócia do Zj Investimentos, Empresa do Agronegócio; Vice-Presidente do NFA (Núcleo Feminino do Agronegócio); Membro do Cosag (Conselho Superior Do Agronegócio)

Andreia Bernabé	Vice-Presidente	Graduação em Química pela Universidade de Franca; Especialista em Celulose e Papel, Universidade Federal de Viçosa, UFV; Gestão Empresarial e Consultoria em Agronegócio, Centro de Ensino Superior de Rondonópolis, Cesur, Brasil.	Secretaria Executiva na Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso – Aprosmat
Ana Silvia Blanco Araújo	Diretoria Financeira	Não identificado	Não identificado
Vanessa Ortolan	Diretoria Administrativa	Graduação em Administração pela Faculdade de Sinop.	Atuou como faturista da Fiagril (2012-2014); assistente Administrativa na Amaggi Exportação e Importação (2012); assistente administrativa da Fazenda Santa Ignês de 2009 a 2012.
Helen Jacintho	Diretoria de Comunicação	Engenheira de Alimentos	Produtora Rural na Fazenda Continental / Colunista de Agronegócios Revista Forbes Brasil / Conselheiro Cosag/ Fiesp Conselho Superior do Agronegócio/Co-Fundadora Associação De Olho No Material Escolar
Renato Previdel	Conselho Fiscal	Não identificado	Sócio Proprietário na Fiscorh Contabilidade e Recursos Humanos
Maria Alice Barcellos	Conselho Fiscal	Formada em Administração pela Espm-SP e MBA em Pessoas e Liderança pela FGV.	Diretora Administrativa Agrobarcellos. Empreendedora, Experiência em Gestão de Pessoas e Liderança no Agronegócio.

Evelize Souza	Conselho Fiscal	Não identificado	Não identificado
Roberto Rodrigues	Conselho Consultivo	Engenheiro Agrônomo, Coordenador do Centro de Agronegócio na Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas. Participa de inúmeros Conselhos Empresariais, Institucionais e Acadêmicos.	Foi Professor do Departamento de Economia Rural da Unesp – Jaboticabal. Foi o primeiro Titular da Cátedra de Agronegócios da Esalq USP. Foi Presidente do Lide Agronegócios, do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp - Cosag, da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, da Sociedade Rural Brasileira – SRB, da Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG, da Academia Nacional de Agricultura da SNA e da Aliança Cooperativa Internacional - ACI. Foi Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo (1993/1994) e Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2003/2006).
João Henrique Hummel Vieira	Conselho Consultivo	Engenharia Agrônômica pela UNB	Diretor Executivo na Action Relações Governamentais Elaboração de Estratégias junto ao Legislativo e Executivo, prioritariamente na estruturação e estratégias de organização de frentes parlamentares. Diretor Executivo Instituto Pensar Agro 13 Anos 4 Meses - Coordenação das Atividades Técnicas, Administrativas e de Estratégias Políticas. Acompanhamentos das atividades do Congresso Nacional e do Poder Executivo Federal nos relacionados com as Cadeias Produtivas do Agronegócio.

Ilona Becskehaz	Conselho Consultivo		Foi Diretora Executiva Fundação Lemann Jan de 2002 - Dez de 2011; Editora Blog Exequi - Excelência e Equidade; Ex-Secretária de Educação Básica do MEC em 2020, no governo Bolsonaro.
Christian Lohbauer	Conselho Consultivo	Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (Usp)	Presidente Executivo Croplife Brasil; foi Diretor de Assuntos Corporativos da Bayer; presidiu Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos; foi Diretor Executivo da Abpa - Associação Brasileira de Proteína Animal; foi candidato a Vice-Presidente em 2018 na chapa João Amoêdo Partido Novo 30
Fernando Sampaio	Conselho Consultivo	Não identificado	Não identificado

Fonte: Adaptado de Leite (2023, p. 195-197).

Com esse mapeamento, podemos ter uma noção da trajetória profissional, da formação acadêmica e da função exercida dentro do DONME daqueles que estão à frente do movimento. Além disso, demonstra inclusive suas alianças políticas e o campo político em que estão inseridos, aos quais “os vínculos profissionais e de atuação da coordenação revelam muito das articulações e expansão que ao longo dos últimos dois anos o DONME tem adquirido, sendo muitos membros de espaços estratégicos e aparelhos privados de hegemonia do agronegócio” (Leite, 2023, p. 197).

Ademais, está presente em quase todos os trabalhos encontrados a questão da coerção e do consenso na atuação do DONME, (Nascimento e Almeida, 2021; Cordeiro, 2022a, 2022b; Dantas, 2022; Leite, 2023; Nannini e Marcusso, 2024). Destacam esse aspecto da coerção ao analisarem o movimento DONME e constatarem a questão da vigilância escolar incentivada pelos integrantes do movimento, como a filmagem e o registro de fotos da atuação de professores e de livros didáticos, objetivando a culpabilização e fiscalização da prática docente.

Com isso, intimidam professores forçando um consenso através da coerção, aspectos que se assemelham ao Escola Sem Partido. Conforme Cordeiro (2022b, p. 12), “combinam-se, assim, de forma contraditória e complexa elementos de coerção e consenso, indispensáveis para a hegemonia”.

A discussão da hegemonia se faz presente na grande maioria dos trabalhos relacionados ao DONME e utilizam-se dos estudos de Gramsci para debater sobre Estado, política, sociedade civil e hegemonia. Reforçamos que essas referências e os estudos desses pesquisadores serviram de base para a realização desta dissertação de mestrado, adotando conceitos e autores indicados e trabalhados pelos autores supracitados.

A terceira tese encontrada, de autoria de Daniel M. L. V. Monteiro (2024) destaca a busca do agronegócio pela hegemonia, que de acordo com o autor, está para além das bases técnicas produtivas do setor, tendo outras estratégias para disseminar suas ideais. Segundo Monteiro (2024, p. 10), a educação se torna um “instrumento de dispersão ideológica do setor”. Para o capítulo que se dedica a compreender as ofensivas do agronegócio na educação, o título faz referência ao movimento Escola Sem Partido, e tendo como marco histórico o governo de Jair Bolsonaro. Pontos esses que conversam com as demais teses apresentadas, e reafirma a importância do tema.

Sobre o contexto histórico do neoliberalismo e da extrema direita, é destacado que

No Brasil com o comando da extrema direita, o neoliberalismo encontrou uma conjuntura favorável para se reproduzir. A exemplo disso, observamos que as ações ideológicas do agronegócio se assemelhavam com as ações ideológicas do ex-presidente Jair Bolsonaro. De forma impositiva, acreditavam que havia somente uma verdade possível de produção no campo, agiram /agem ocultando outros modos de produção e se intitulam como a economia necessária para a sobrevivência dos brasileiros (Monteiro, 2024, p. 208).

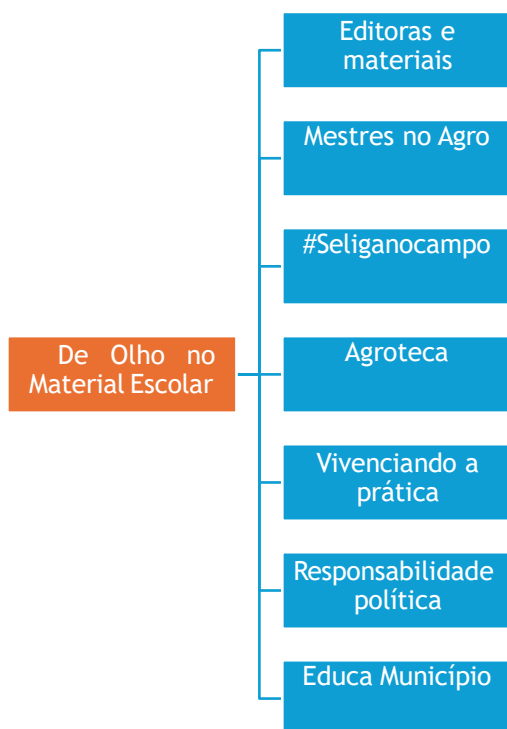
Monteiro (2024) se dedica também a um esforço metodológico de compreensão dos discursos das Mães do Agro e do De Olho no Material Escolar e, ao expor a carta das Mães do Agro ao Colégio Anglo, constroem “uma ideia universalizante através dos aspectos morais, que favoreçam a expansão ideológica do setor” (Monteiro, 2024, p. 210).

3.2 O De Olho no Material Escolar e seus programas

No site oficial da associação, são encontrados os programas do De Olho no Material Escolar. Segundo Leite (2024)

[...] em sua estrutura organizacional consiste frentes de trabalho estratégicas responsáveis pela articulação política com distintos segmentos da sociedade política e sociedade civil, constituindo uma espécie de atuação em rede que coloca em conexão diversos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio.

Figura 6: Programas da associação De Olho no Material Escolar.



Fonte: organizado pelo autor, 2026.

Os programas do DONME darão base aos vetores de intervenção propostos neste trabalho. A intenção é aglutinar os programas como parte de algo maior, como um vetor de intervenção. Dessa forma, a análise parte para um campo de intenções por parte do DONME sobre uma intervenção mais abrangente.

Nos últimos anos, discussões em torno da educação pública no Brasil foram marcadas por disputas discursivas, bem como no cenário político. Na educação, essa discussão perpassa diversos aspectos como conteúdos ministrados, papel dos professores e professoras e o material didático. Nesse contexto, o De Olho no Material Escolar (DONME) surge como um importante agente que leva a discussão do conteúdo dos materiais didáticos da esfera da sociedade civil para a sociedade política, utilizando das mídias sociais para produzir e difundir discursos que buscam alterar o sentido da educação pública brasileira.

Portanto, trazer o DONME como um agente político educacional elucida sua articulação em torno da mídia e da política, objetivando atingir os materiais didáticos e a educação no Brasil. Com isso, a Geografia da Educação ganha importância em nossas discussões, a fim de

territorializar as ações educacionais da associação. Conforme o DONME (2023) o programa possui “Atividades que aproximam rede de ensino à atual realidade da produção rural, por meio de visitas a propriedades e empresas do setor, aumentando conhecimento e destacando oportunidades profissionais no setor.”

Torna-se necessário portanto, compreender o DONME para além de sua dimensão local, inserindo-o ao debate internacional de políticas educacionais globais e suas reformas.

3.3 Geografia da Educação e o DONME

A Geografia da Educação tem sido uma área de pesquisa crescente na atualidade e identificamos que este trabalho tanto ganha contribuições advindas de tais pesquisas, como também dialoga com os pressupostos dessa área. De acordo com Marcus V. Gomes e Enio Serra (2019, p. 11), as pesquisas em Geografia da Educação têm se atido aos “fenômenos que envolvem o ensino e a aprendizagem”, mas principalmente “versam sobre as implicações políticas associadas à organização espacial das redes públicas de ensino, a relação escola-território-cidade, além de pesquisas sobre os lugares e redes onde se realizam os projetos de educação não formal”, sinalizando para os estudos tanto sobre “a espacialidade das políticas educacionais”, quanto “abordam maneiras distintas de se examinar o espaço escolar”.

Numa busca por definição dessa área de estudo, esses autores realizam um estudo bibliográfico internacional sobre as pesquisas na área e afirmam que:

O ramo da Geografia da Educação relaciona-se a um conjunto de trabalhos dedicados ao estudo e à especulação sobre as causas e formas de entendimento do fenômeno da dispersão em relação às redes, lugares, objetos e ações educacionais. Dito de outra forma, trata-se a GdE de um campo da Geografia, em interface com a Educação, que tem por característica a reunião de temáticas aparentemente preocupadas em **responder sobre os porquês que envolvem a localização de práticas, objetos e arranjos relativos à educação**, seja qual for a sua modalidade – formal ou não formal –, considerando os seus respectivos **efeitos dentro da rede** na qual esses elementos estão inseridos (Gomes e Serra, 2019, p. 15, grifo nosso).

Segundo Gomes e Serra (2019), um dos níveis escalares na produção de pesquisa sobre Geografia da Educação, está a internacional. Dito isso, há um esforço em compreender o DONME como um agente educacional político que articula o local e o global por meio de políticas públicas que integram reformas educacionais neoliberais.

No caso das políticas educacionais, tais conceitos têm se materializado em termos de políticas de currículos padronizados, avaliações em larga escala, controle de desempenho docente, assunção de perspectivas gerenciais em detrimento da gestão democrática da escola. Todos esses dispositivos neoliberais de controle e de performatividade têm inundado os territórios escolares, modificando as relações dos sujeitos com os conhecimentos e com os próprios territórios. (Giordani, Giroto e Soares, 2022, p. 322).

Um componente espacial para dar ênfase a análise por meio da Geografia da Educação é a prática do programa Vivenciando a Prática. Tal programa definido anteriormente, tem a função de levar estudantes de redes públicas e privadas para experiências no campo. Essa atividade ocorre com o objetivo de aproximar o estudante da rotina de trabalho do agronegócio e do modo de produção do setor, ressaltando a modernidade e a tecnologia implantada nos processos.

Segundo dados do estudo realizado pela Fundação Instituto de Administração (FIA-USP), a associação destaca que em 2022, a associação realizou 46 Vivenciando a Prática em 7 estados do Brasil, sendo eles: São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul e Rondônia, totalizando mais de 8.900 participantes.

De acordo com o DONME (2026), os dados do programa Vivenciando a Prática entre 2022-2025, foram impactados 63.409 alunos; 2.203 professores; 247 visitas em 14 estados.

A espacialização dessas atividades demonstra que ocorrem boa parte em feiras do agronegócio, além da produção mais recente de concursos culturais. Dentre as feiras do agronegócio que tiveram atuação do DONME e produção dos concursos, estão a Expointer 2025; Agrishow 2025 e Expodireto Cotrijal 2025.

Sendo assim, retomando a afirmação de Gomes e Serra (2019) sobre a realização de projetos de educação em externos à escola, percebe-se uma capilarização e difusão da atuação do DONME como um agente político educacional, que, sem entrada direta nas escolas por meio dos livros didáticos, busca “alterar” essa realidade através da realização de atividades fora do espaço escola, ampliando sua atuação e se aproximando dos processos de ensino e aprendizagem.

Para compreender o DONME em uma posição de ator político educacional que atua na inserção de aspectos neoliberais educacionais no Brasil, abordaremos a seguir algumas questões relacionadas as abordagens teóricas e possíveis filiações teóricas na análise escalar do DONME.

3.4 Globalização das políticas educacionais: abordagens teóricas e a inserção do De Olho no Material Escolar em escala global

As políticas educacionais globais ganham cada vez mais espaço em pesquisas de diferentes áreas do saber. Reformas educacionais sempre existiram e em diferentes escalas e territórios, com particularidades que expressam objetivos únicos, porém, tem-se notado o surgimento de reformas educacionais semelhantes entre si e aplicadas em diversas partes do mundo.

Os programas de políticas educacionais, tais como pedagogias centradas na criança, maior autonomia de gestão escolar, modelos de accountability, parcerias público-privadas ou esquemas de transferências condicionais estão sendo discutidos e implementados em todos os lugares, ao ponto de terem adquirido o status de “políticas educacionais globais” (PEG) (Verger, 2019, p. 10).

Para tanto, analisar o fenômeno das políticas educacionais globais (PEG), requer a necessidade de retomar aspectos da globalização para compreensão da “dimensão global que a formulação de políticas educacionais está agora adquirindo” (Verger, 2019, p. 11).

Giordani e Teixeira (2023) destacam que as mudanças econômicas e políticas transformam a governança escolar através do neoliberalismo, ao qual esse modelo tem capturado os bens públicos e seus recursos para potencializar o lucro em escala mundial.

Vale dizer que a crescente internacionalização dos territórios e das economias nacionais esteve ancorada, de modo geral, na necessidade do capitalismo de impor a agenda dos poderes hegemônicos às infraestruturas escolares, atrofiando os centros nacionais de decisão, em favor dos desígnios de acumulação das corporações mundiais presentes nos setores educacionais, assim como espelhando o que ocorreu também no território nacional (Giordani e Teixeira, 2023, p. 2480).

Mirando o contexto neoliberal, Giordani e Teixeira (2023) assinalam que a lógica do planejamento da política educacional tem funcionado como um mecanismo de manutenção nos países em desenvolvimento. Desde a década de 1970 com a crise da acumulação fordista no que diz respeito a produção-circulação-consumo, resultando em uma reestruturação do sistema capitalista para adequar os sistemas produtivos relacionados à circulação.

Diante da crise, mudanças estruturais no sistema produtivo determinaram a ascensão de um sistema técnico global que possibilitou a reestruturação das empresas e o controle cada vez maior da circulação do capital. Para isso, um sistema mundialmente organizado de instrumentos técnicos, responsáveis pela circulação, produção e pelo planejamento tomou

forma e organizou as diversas formações socioespaciais aos seus desígnios. Em nenhum outro momento da história, a ciência, a técnica e a informação tiveram papel tão relevante para o capital como nas décadas posteriores a 1970 (Giordani e Teixeira, 2023, p. 2480).

Logo, essa nova etapa de produção propôs uma nova reorganização da produção e de informação, e que os novos sistemas técnicos demandavam um novo sistema de ensino que se ancoram nos processos de usos corporativos do território, conforme Giordani e Teixeira (2023).

E, para isso, foram promovidas as políticas de privatizações, concessões e terceirizações que atingiram toda a sociedade, porém com maior aprofundamento nos países dependentes e, em especial, nos países latino-americanos, nos setores de direitos básicos, haja vista sua dimensão de monopólio natural, tais como os setores de Saúde e de Educação, altamente custosos em sua estruturação, mas rentável após sua (des)estruturação em partes lucrativas e entregues às corporações (Giordani e Teixeira, 2023, p. 2481).

Ao expor as teorias da política educacional global, Verger (2019) aponta que existem duas abordagens principais que exploram a relação entre globalização e a política educacional: a teoria da “Sociedade Mundial” e as abordagens da economia política internacional ancoradas na “Agenda globalmente estruturada para a educação”.

Na primeira teoria, a Sociedade Mundial tem como ponto chave a questão do Estado-nação moderno, visto que os Estados-nação expandem a escolaridade como parte de um processo mais amplo de adesão aos modelos mundiais da organização da soberania (o Estado moderno) e da organização da sociedade como composta de indivíduos (a Nação moderna) (Meyer et al., 1997 apud Verger, 2019, p. 12). A educação acaba sendo um demonstrativo para que a comunidade internacional entenda que aquele governo está construindo um Estado moderno (Verger, 2019).

As razões internas e externas são o grande ponto de problematização dessa teoria, ao qual entende-se que as políticas educacionais estão sendo implementadas em diversos países em busca dessa legitimação, desconsiderando aspectos locais e culturais que cada território possui.

Por outro lado, na teoria da Economia Política Internacional (EPI), a ênfase não está ligada a aspectos culturais, mas sim em aspectos econômicos. Para essa teoria a abordagem da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE), define “a economia capitalista mundial é a força motriz da globalização e a primeira fonte causal de múltiplas transformações manifestadas em diferentes setores políticos, incluindo na educação” (Dale, 2020 apud Verger, 2019, p. 13).

Aqui, deslocamos a análise para o entendimento de que é pela economia capitalista globalizada que a educação é transformada. De acordo com esta teoria, a educação assim como outros setores estão sendo impactados pelos problemas do Estado, aos quais:

a forma mais importante em que a globalização está afetando a política educacional é alterando as condições estruturais nas quais a reforma educacional ocorre, incluindo as condições em que a reforma é enquadrada e percebida pelos formuladores de políticas como necessária (Verger, 2019, p. 13).

De acordo com os teóricos da EPI, tanto a globalização econômica como as pressões competitivas estão ligadas ao surgimento das mudanças educacionais em todo o mundo. A pressão exercida pela globalização acaba por colocar governos sob pressão financeira justificadas no controle da inflação e, por sua vez, redução do crescimento das despesas públicas com o objetivo de encontrar outras fontes de financiamento, para que a expansão educacional seja efetivada; mas que acabam por ampliar a transferência das riquezas públicas para organismos privados.

A partir desta leitura das teorias, compreendemos que o DONME pode ser compreendido a partir das duas teorias, tanto a Sociedade Mundial quanto a Economia Política Internacional (EPI). Num primeiro momento, lançamos mão da abordagem da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE), a qual parece incorporar aspectos mais claros das ações desta associação.

Para a AGEE, a globalização é um conjunto de dispositivos político-econômicos para a organização da economia global, conduzido pela necessidade de manter o sistema capitalista, mais do que qualquer outro conjunto de valores. A adesão aos seus princípios é veiculada através da pressão econômica e da percepção do interesse nacional próprio (Dale, 2004, p. 436).

A partir disso, enxergamos o DONME como um ator político educacional dessa rede de interações entre economia, política e cultura, que articula estes aspectos discutidos nos capítulos anteriores para adentrarem nas políticas educacionais do Brasil. Enquanto um agente não governamental local, o DONME utiliza sua força política e econômica para pressionar mudanças em livros didáticos e políticas educacionais.

Dessa forma, temos como hipótese que o DONME não constitui um fenômeno isolado e deslocado de uma escalaridade de eventos, como um suposto movimento que deu início a uma associação com objetivos próprios. Com isso, avança-se para a compreensão de que enquanto um agente político educacional, o DONME se manifesta territorialmente incorporando noções

globais de reformas educacionais, sendo assim, um mediador escalar com especificidades entre agendas globais e disputas curriculares locais.

3.5 O Movimento Global de Reforma Educacional como estrutura global e o DONME como expressão local

Com início na década de 1980 e intensificado nos anos 2000, a influência neoliberal sobre a educação por meio de reformas educacionais globais se estruturou no que Pasi Sahlberg denominou de Global Education Reform Movement (GERM), ou em português, Movimento de Reforma Global Educacional, “que visa fortalecer as reformas educacionais por meio do que chama de eficácia dos sistemas educacionais” (Hypolito, 2019, p. 189). Conforme Hypolito (2019), o GERM está ancorado em três eixos principais: padronização, descentralização e prestação de contas.

De acordo com Oliveira, Lemos e Canuto (2023) as ideias que caracterizam o GERM circulavam no Brasil pelo movimento surgido na sociedade civil Todos Pela Educação, elaborada a partir de uma concepção de uma pretensa educação de qualidade, pautada em padronização curricular e controle. De acordo com o Todos Pela Educação (2026) “nossas ações são organizadas em três grandes pilares e têm como objetivo impactar quatro dimensões específicas: priorização política da Educação, formulação das políticas públicas, qualidade da implementação e sustentação dessas políticas ao longo do tempo.”.

Ainda segundo Hypolito (2019), os três pilares do GERM podem ser entendidos a partir de uma leitura de Verger, Parcerisa e Fontdevila (2018), na qual a padronização consiste em um currículo nacional comum e avaliações nacionais com metas de aprendizagem; em termos de descentralização, advoga-se a transferência de responsabilidades para níveis locais administrativos, com o objetivo de controlar e responsabilizar a administração local por meio de avaliações nacionais; e por último a *accountability* na responsabilização de professores e prestação de contas, responsabilizando os atores educacionais por performances em avaliações internas e externas.

Quadro 5: O papel das avaliações nacionais para o Movimento de Reforma Global Educacional (GERM)

Princípio do GERM	Definição e principais políticas	Papel das avaliações nacionais	
Padrões	Prescrição de um currículo nacional e estabelecimento de padrões de qualidade	Avaliações nacionais usadas para garantir que as escolas atendam e adiram aos padrões de aprendizado avaliados	
Descentralização	Transferência de competências e autoridade do governo central para níveis administrativos mais baixos	Avaliações nacionais usadas para controlar as autoridades estaduais, regionais, provinciais e locais	
	Devolução das responsabilidades gerenciais e/ou pedagógicas aos diretores e às escolas	Avaliações nacionais usadas para governar à distância uma gama de provedores autônomos através dos princípios de gestão baseada em resultados	
Responsabilização	Atores educacionais responsabilizados por suas ações/resultados por meio de alguma forma de avaliação vinculada a consequências.	<i>Responsabilização administrativa</i>	Testes de resultados associados a incentivos ou sanções para escolas, diretores e professores
		<i>Responsabilização de mercado</i>	Resultados de testes usados para informar a escolha da escola e promover a competição escolar

Fonte: Verger, Parcerisa e Fontdevila (2018).

A tabela acima evidencia uma estrutura que resume a organização dos princípios do GERM enquanto uma reforma global educacional que tem como característica a inserção do empresariamento e da gestão empresarial dentro do ambiente escolar, resultado do processo neoliberal a partir dos anos de 1970.

Ao pensar a relação dos três eixos do GERM com a atuação de entidades e movimentos da sociedade civil e da articulação entre o público-privado nos aspectos educacionais, Oliveira e Dias (2022, p. 8) apontam que:

é possível perceber articulações em torno do discurso de expertise empresarial na criação de sistemas de assessoramento e de controle da formação docente e da produção curricular para a educação básica. Tais articulações fortalecem o papel regulador das parcerias público-privadas, que têm forte presença no Brasil em um contexto que promove o discurso pela corresponsabilidade entre Estado e sociedade civil com maior atuação de Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Contextualizando com o DONME, enquanto mediador de políticas educacionais globais e como um agente político educacional, observa-se a aproximação da incorporação destas características do GERM no posicionamento discursivo adotado pela associação. Nota-se uma

relação discursiva do DONME que se liga de forma mais explícita a dois critérios estabelecidos por Verger, Parcerisa e Fontdevila (2018), sendo eles o de descentralização e o de responsabilização. O critério de padronização curricular aparece de forma indireta em nossas análises discursivas da associação, tendo como evidência o fortalecimento e o uso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como parâmetro a ser seguido pelas editoras de livros didáticos e pelos professores, ao acusar a propagação de desinformações sobre o agronegócio.

Sobre a BNCC e o papel desempenhado por organizações privadas ou da sociedade civil na sua aprovação e na sua implementação, Araújo e Lopes (2021) apontam que:

O deslocamento da centralidade no Estado para as empresas privadas e filantrópicas exigiu, dos pesquisadores interessados em compreenderem as políticas educacionais, um novo modo de investigar esse social. **Admitir que as políticas não são feitas somente nos setores formais da nossa sociedade**, como as ações do Executivo e do Legislativo, implica investigar como as redes estão se constituindo, como apresentam seus projetos, em quais espaços, atividades, com quais pessoas e instituições (públicas, privadas e/ou filantrópicas). **A política acontece, também, e às vezes principalmente, nos eventos sociais, nas trocas de e-mails e mensagens nas redes sociais** e em encontros cotidianos que, muitas vezes, não podem ser mapeados. Importa também investigar a produção de materiais para serem vendidos às instituições públicas objetivando, no caso da política em pauta, que as escolas saibam implementar a BNCC (Araújo e Lopes, 2021, p. 5-6, grifo nosso).

É o que apresenta Oliveira, Lemos e Canuto (2023) ao apontarem que o Todos Pela Educação aparece como elo da rede global que difunde o pensamento liberal no contexto educacional do Brasil; e as detectam como “[...] redes pró-BNCC”.

A BNCC surge em meio a esse debate de padronização e centralização curricular das escolas como medida para melhorar os índices da educação brasileira. O discurso promissor de uma educação com qualidade vem diante de um professor docilizado e de sua prática docente centralizada. O modelo da BNCC segue os padrões do gerencialismo pretendido pelo GERM, atrelando à educação o processo de parcerias público-privadas (Oliveira, Lemos e Canuto, 2023, p. 17).

A BNCC que por vezes foi criticada por educadores sobre os conteúdos excessivos e a forma como foi planejada, hoje é utilizada como ferramenta de defesa em relação ao posicionamento do DONME, como afirma uma educadora entrevistada em anonimato pelo Aos Fatos: “O que segura a nossa onda é a BNCC, mas sei que estão tentando mudar isso também. Se conseguirem, acabou toda a garantia que temos” (2026, n/p).

É por meio de caracterizações como essas que entendemos que o DONME apresenta configuração similar ao Todos Pela Educação ao se configurar como uma rede que apoia e

utiliza a BNCC em suas referências curriculares ao elaborar conteúdos, como é o caso da carta denúncia encaminhada ao Colégio Anglo, no início da associação. O DONME se insere nessas redes e constrói sua narrativa dentro do espaço digital, para depois atingir o espaço legislativo.

Já os outros dois fatores, de descentralização e de responsabilização, parecem fazer parte dos programas do DONME. A descentralização ocorre, por definição quando há “Transferência de competências e autoridade do governo central para níveis administrativos mais baixos” por meio de “avaliações nacionais usadas para controlar autoridades estaduais, regionais, provinciais e locais” (Verger, Parcerisa e Fontdevila 2018, p. 64). O programa Educa Município, por exemplo, tem como definição ser um “Programa de relacionamento e parceria da sociedade civil com prefeitos e secretários da educação, visando melhorar a qualidade da educação municipal” (De Olho no Material Escolar, 2026).

Na cartilha do programa, o DONME aciona os Conselhos Municipais de Educação (CME) e convoca voluntários a serem Porta-Voz do Programa Educa Município, “o CME ajuda a planejar o que as escolas precisam fazer e a garantir que as leis educacionais sejam cumpridas. Também é um canal para que a população possa dar sua opinião sobre o que é importante para a educação na região” (De Olho no Material Escolar, 2026).

De acordo com o DONME, o CME tem como funções:

- a. Resposta a consultas: responde a perguntas da população sobre as leis da educação e ajuda a resolver problemas como autorizações para escolas. Ele também ouve o que a população precisa e quer para a educação.
- b. Criação de normas: cria regras para ajudar a colocar em prática as leis da educação. Essas regras podem ser sobre como as escolas devem funcionar, o que deve ser ensinado e como os alunos devem ser avaliados.
- c. Decisões: decide sobre assuntos importantes, como o que será ensinado nas escolas, quais cursos podem ser oferecidos e como as escolas devem ser organizadas.
- d. Fiscalização: acompanha o trabalho das escolas e do poder público como um todo para garantir que tudo esteja funcionando bem. Ele também investiga se há algum problema e acompanha se as escolas estão cumprindo as metas de educação.
- e. Mobilização: ajuda a população a participar mais da vida da escola, incentivando todos a acompanhar o que está acontecendo e a dar suas opiniões.
- f. Propostas: dá sugestões sobre o que pode ser feito para melhorar a educação, como criar formas de avaliar os alunos, escolher materiais didáticos melhores, melhorar a gestão das escolas e capacitar os professores (De Olho no Material Escolar, 2026).

No documento referência do Programa Educa Município, o DONME cita dados nacionais de avaliações internas e externas:

Figura 7: Dados de avaliações nacionais e internacionais apresentadas pelo Programa Educação Município, 2026.



Fonte: De Olho no Material Escolar (2026).

Os dados presentes no panorama apresentado acima pelo DONME, assim como boa parte de avaliações educacionais em larga escala, não apresentam soluções reais. O DONME aponta que a partir destes dados os governantes municipais poderão guiar seus Planos Municipais de Educação, no entanto, sem apresentar caminhos para que isso seja resolvido. É também, uma forma de destacar a ineficiência da gestão escolar, legitimando uma intervenção de uma organização da sociedade civil. São indicadores padronizados com uma lógica de reorganização da gestão escolar, uma lógica neoliberal a ser inserida.

Por outro lado, o princípio de responsabilização pode ser identificado em reportagens, conforme Capítulo 2. As reportagens demonstram que a vigilância em professores e livros didáticos se torna uma forma de responsabilização, visto que para justificar o estudo feito pela FIA/USP, argumentou-se que livros didáticos teriam conteúdo sem embasamento científico, responsabilizando professores em procurar alternativas que retratassem “corretamente” o agronegócio brasileiro nos livros didáticos. Assim, com o estudo que apontou que existem 60% a mais de citações negativas do que positivas sobre o agronegócio, resultado da análise de 94 livros didáticos de 10 editoras diferentes (FIA/USP, 2024⁷).

⁷ Estudo organizado pelo DONME com análise da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP), com o título de "O retrato do agronegócio na escola". Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Pesquisa-Material-Escolar-FIA-USP.pdf>. Acesso em: 23 de fev. de 2026.

Para essa finalidade, o DONME criou o que chama de Agroteca, apresentando-a como uma biblioteca alternativa que contém materiais didáticos corretos e científicos. Dessa forma, o DONME entrega a solução para os professores e editoras de livros didáticos em uma produção independente, funcionando como um padrão de comparação entre os livros didáticos oficiais utilizados em escolas e sua Agroteca, avaliando se os materiais adotados pela escola estão de acordo com a proposta da associação.

Portanto, ações como estas evidenciam de alguma forma que o DONME opera como ator político educacional que intermedia diferentes escalas entre agendas globais de reforma educacional e disputas curriculares locais, fazendo com que a compreensão sobre o fenômeno do DONME seja articulada com uma racionalidade política e econômica global; evidenciando a geografia da educação dessa associação em diferentes escalas: local, nacional e global.

Considerações Finais

A partir do que foi apresentado ao longo do trabalho, considerando as reflexões, teorias e dados coletados, podemos realizar um debate final. Retomando nosso objeto principal de analisar o De Olho no Material Escolar e a forma como seus vetores de intervenção se articulam e interferem no contexto educacional da Geografia, buscamos compreender que o DONME está inserido em contexto amplo, demonstrando seus objetivos, sua existência enquanto associação, seus apoiadores e o seu funcionamento.

Uma das conclusões iniciais é a de que o DONME não se configura como uma associação ligada apenas à distorção da imagem do agronegócio, está para além disso. Podemos interpretá-lo, agora, como um ator que media discussões educacionais e políticas educacionais do global ao local, operando de forma estratégica através dos vetores de intervenção na produção de sentidos e na circulação de discursos sobre o “agro”.

Ao retomar os objetivos específicos, apontamos algumas conclusões delimitadas nos três capítulos. Os objetivos específicos se estruturam em: 1) compreender a estruturação do agronegócio brasileiro sob a perspectiva de duas frentes: a econômica e apolítica; 2) analisar a inserção do DONME nas mídias digitais e 3) identificar a atuação do DONME se materializando em políticas públicas educacionais.

No capítulo 1, analisamos uma contextualização histórica do agronegócio que demonstrou que a chegada desse conceito no Brasil teve como expansão duas frentes: a econômica e a político ideológica. A partir da coleta de dados do IBGE da Produção Agrícola Municipal (PAM) para os dados da soja e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) para os dados de gado bovino, através do recorte temporal entre 2000 e 2024, demonstrou-se a expansão territorial e econômica do agronegócio. Para a expansão político ideológica, utilizamos a compreensão de entidades e organizações da sociedade civil ligadas ao agronegócio e lidas como Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs).

Portanto, a política como vetor de intervenção está ancorada no DONME como um aparelho de hegemonia proveniente da sociedade civil que utilizou de sua parceria com a bancada ruralista para alcançar espaços legislativos de políticas educacionais. Dessa forma, a bancada ruralista é o intermediador da intervenção política do DONME, visto que agrupa os mesmos interesses que a associação: a busca por uma imagem positiva e o favorecimento de políticas públicas para o setor.

Vale ressaltar também a questão das frentes econômica e político ideológica, que são os meios de expansão pós anos 2000 e uma busca por hegemonia, mas que se utilizam de coerção

(na frente econômica) e consenso (na frente político ideológica), por meio de aparelhos privados de hegemonia que buscam reformular a imagem do agronegócio construída sob coerção, sendo o DONME um dos exemplos de APHs que tem como objetivo essa melhoria da imagem do agronegócio brasileiro no contexto educacional.

No capítulo 2, analisamos que a partir da campanha ‘Agro é tech’ da Rede Globo de Televisão de 2016, a imagem do agronegócio no imaginário social dos brasileiros atingiu um outro nível conquistando o consenso entre os brasileiros da necessidade do agronegócio como motor de desenvolvimento do país. Nesta mesma linha estratégica, o surgimento do DONME em 2020 como uma associação do agronegócio buscando a alteração dos livros didáticos para uma abordagem positiva nas escolas, desloca a atuação midiática para o espaço digital, atuando majoritariamente em redes sociais e jornais digitais. Para analisar essa estrutura digital do DONME e a circulação de reportagens no meio digital, recorreremos ao conceito de tecnopolíticas, pois a existência da associação está inserida no digital, sendo assim resultado do processo de avanço tecnológico no século XXI.

Acionamos como fator decisivo a questão da vigilância sobre professores e livros didáticos feito pelo DONME no campo midiático como estratégia de construir uma narrativa discursiva em busca consenso. Como análise metodológica, as reportagens encontradas sob o recorte temporal de 2020 a 2024 demonstram a existência de uma lógica no discurso que a associação propaga. Ao categorizar analiticamente essa lógica estruturante de atuação midiática, encontramos 4 eixos de atuação do DONME: 1. Legitimação; 2. Polarização; 3. Disputa simbólica e 4. Pedagogização.

Com isso, a mídia como vetor de intervenção demonstra que para além de uma atuação neutra, o DONME articula uma narrativa de padrão temático, reforçando a legitimação nos espaços digitais da associação.

No capítulo 3, articulamos a Geografia da Educação na compreensão da atuação do DONME em diferentes escalas. A partir das análises, a associação deixa de representar apenas um ator educacional local e se insere em uma rede global de reformas em políticas educacionais conservadoras. Acontece que ao analisar teorias e abordagens de políticas educacionais globais de acordo com Verger (2019), compreendemos que o DONME incorpora características de abordagens neoliberais baseados em responsabilização, padronização e descentralização.

Dessa forma, a partir dos programas oficiais do DONME constatou-se a presença dessas características em suas ações institucionais, que corroboram para a afirmação de que a associação se configura como um ator mediador de políticas educacionais globais, efetivando estas em escala local e em políticas educacionais nacionais.

Acreditamos que esse caminho metodológico em configura vetores de intervenção possam ser utilizados em demais análises de movimentos educacionais. Com isso, conseguimos demonstrar que o DONME evidencia e reafirma o currículo e as políticas educacionais, bem como a construção de currículos como um território em disputa. Demonstra também articulações entre sociedade civil e sociedade política que defendem um mesmo projeto de sociedade através do olhar de um setor econômico e que a mídia, por vezes, pode ser utilizada na construção de narrativas para alcançar esses objetivos. Além disso, a análise demonstra que a política educacional global se materializa localmente, a partir de movimentos como o DONME que incorpora medidas como essas em uma rede globalizada de construção de políticas públicas.

A pesquisa desta dissertação possui limites definidos, como o recorte temporal das análises e o foco estabelecido nos vetores de intervenção. Demonstramos que outras pesquisas tiveram outros olhares sobre a mesma temática e que, a partir desta dissertação, possam surgir outros questionamentos que vão expandir o debate não somente do DONME, mas educacional e geográfico.

Como possibilidades de novos caminhos e/ou resistências/denúncias que não foram explorados nesta pesquisa, a atuação do professor em convergência com a chegada do DONME nas salas de aulas ou o financiamento e governança da associação, bem como a análise dos discursos do DONME em seus documentos e em redes sociais são caminhos possíveis para futuras pesquisas do DONME ou de atores políticos educacionais semelhantes.

Referências

- ALENTEJANO, Paulo *et al.* A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 57, p. 433-470, dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2021.2320. Acesso em: 20 jul. 2025.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre-RS: Artmed Editora, 2016.
- ARAUJO, Hellen Gregol; LOPES, Alice Casimiro. Redes políticas de currículo: a atuação da Fundação Getúlio Vargas. **Práxis Educativa**, v. 16, p. 1-18, 2021. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.16.18297.067>
- BALL, Stephen John. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo Sem Fronteiras**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 99-116, dez. 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.htm>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2018.
- BRUNO, Fernanda *et al.* (org.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 427 p.
- CHÃ, Ana M. **Agronegócio e industrial cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e. **A hegemonia do agronegócio do campo à educação: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo**. 2022a. 421 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.54091>
- CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e. “Agro Sem Partido”? Coerção e Consenso - A investida do agronegócio na educação brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 01-22, 2022b. DOI: [10.22409/tn.v20i41.52265](https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52265). Acesso em: 30 ago. 2025.
- DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 423-460, ago. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200007>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- DANTAS, Jéferson Silveira. A ofensiva das frações de classe bolsonaristas no desmonte da educação básica pública: Escola sem partido, escolas cívico-militares, homeschooling e o ‘agro’ de olho no material escolar. **Além dos Muros da Universidade**, v. 7, n. 2, p. 31-39, 2022. DOI: <https://doi.org/10.70615/alemur.v7i2.5345>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- DELGADO, Guilherme Costa. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: Luiz Octávio Ramos Filho (ed.). **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005. p. 128.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Biblioteca Digital**. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Brasília: 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/handle/123456789/564>. Acesso em: 12 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 2014.

GIORDANI, Ana Claudia Carvalho; TEIXEIRA, Sérgio Henrique de Oliveira. Padronizar para governar - a política educacional na gestão de existências. **Revista Ciência Geográfica**, v. 27, n. 4, p. 2477-2490, 3 jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.18817/26755122.27.4.2023.3569>. Acesso em 15 nov. 2025.

GIORDANI, Ana; GIROTTO, Eduardo Donizeti; SOARES, Marcos de Oliveira. Produzir a política a partir da escola: geografia da educação, docências e espacialidades escolares. **Revista da ANPEGE**, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i36.16308>. Acesso em: 28 fev. 2026.

GOMES, Marcus V.; SERRA, Enio. Por que falar sobre geografia da educação? **Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 6, n. 12, p. 7-21, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33025/grgcp2.v6i12.2757>. Acesso em: 25 nov. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (Vol. 1): Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2023.

GRAZIANO, Xico; NEVES, Marcos. F. O novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil: sugestões de conteúdo e uma nova abordagem para o material didático do ensino fundamental no país, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/02/O-Novo-Mundo-Rural-e-a-Producao-de-Alimentos-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 25, p. 187-201, 7 ago. 2019. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.995>.

INTINI, João. Marcelo; FERNANDES, Uelton. Bancada ruralista: a face política do agronegócio. **Reforma Agrária**, v. 1, p. 87-96, 2013.

LEITE, Valter de Jesus. **A ofensiva do programa político e educacional do agronegócio na educação pública**. Tese (Doutorado) no Programa de Pós-Graduação e Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá-PR: UEM, 2023.

LYON, David. Cultura da vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital. In: BRUNO, Fernanda *et al* (org.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 427.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

MELO, Thiago da Silva. A ideologia por trás do termo agronegócio. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 19, n. 2, p. 84-113, 24 set. 2018. Pegada Eletrônica. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v19i2.5708>. Acesso em: 27/02/2026

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura**: a construção do conceito de agronegócio. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-26062013-114407. Acesso em: 2026-02-27.

MENDONÇA, Sônia R.. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**. v. 2. n. 2, jan/jul 2014. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/35> Acesso em: 12 nov. 2025.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. São Paulo: **Friedrich-Ebert-Stifung**, Brasil, Setembro de 2021. Disponível em: <https://collections.fes.de/publikationen/ident/fes/18319> Acesso em: 12 nov. 2025.

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes. **Geografias dos discursos hegemônicos**: estratégias do agronegócio brasileiro na educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024.

NANINNI, Warllen Torres; MARCUSSO, Marcus. “De olho no material escolar”: o agro quer ser pop nas escolas combinando força e consenso. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 25, n. 1, p. 319–350, 2024. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/10370>. Acesso em: 30 ago. 2025.

NASCIMENTO, Érica N. S. do; ALMEIDA, R. A. de. A mercantilização da educação pública nos moldes do capital: agronegócio na escola. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 1, n. 34, p. 49-68, 24 dez. 2021. <https://doi.org/10.55028/agb-tl.v1i34.14359>

NOVAES, Henrique Tahan; OKUMURA, Julio Hideyshi. **Introdução à política educacional em tempos de barbárie**. Marília: Oficina Universitária / São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/286/3092/5344 Acesso em: 30 ago. 2025.

OLIVEIRA, Marcia Betania; CANUTO, Mônica Barbosa; LEMOS, Anaylla da Silva. O Global Educational Reform Movement (GERM) e a BNCC: performatividade para formação e práticas docentes. **Revista Teias**, v. 24, n. 74, p. 10-22, 5 ago. 2023. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <https://doi.org/10.12957/teias.2023.76015>

OLIVEIRA, Marcia; DIAS, Rosanne. Redes políticas em prol de “fazer valer a BNCC, na prática”: a educação pública é de quem?. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 22, p. 1-25, 15 dez. 2022. <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v22.2181>.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. 191 p.

RIBEIRA NETO, Caio Pompeia. **Formação Política do Agronegócio**. 2018. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; SILVA, Danielle Viturino da; MACIEL, Kleciane Nunes. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 21, n. 1, p. 46–61, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/10910>. Acesso em: 27 fev. 2026.

VARGAS, Maria Cristina. **Aparelhos Privados de Hegemonia do Agronegócio e a organização "De olho no Material Escolar"**. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/download/mestrado-aparelhos-privados-de-hegemonia-do-agronegocio-e-a-organizacao-de-olho-no-material-escolar/>.

VERGER, Antoni *et al.*. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. **Práxis Educativa**, v. 14, n. 1, p. 9-33, jan. 2019. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.14n1.001>

VERGER, Antoni; PARCERISA, Luís; FONTDEVILA, Clara. Crescimento e disseminação de avaliações em larga escala e de responsabilizações baseadas em testes: uma sociologia política das reformas educacionais globais. **Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade**, v. 27, n. 53, p. 60-82, 04 jul. 2018. DOI: <https://doi.org/10.21879/faceba2358-0194.2018.v27.n53.p60-82>. Acesso em: 26 fev. 2026.

Referências Reportagens

AGÊNCIA FPA. FPA busca atualização de livros didáticos aplicados em escolas sobre a realidade da agropecuária. **Agência FPA**. 07 out. 2021. Disponível em:

<<https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2021/10/07/fpa-busca-atualizacao-de-livros-didaticos-aplicados-em-escolas-sobre-a-realidade-da-agropecuaria/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

AGÊNCIA FPA. Nikolas Ferreira afirma que vai trabalhar em conjunto para melhorar a educação do país. **Agência FPA**. 28 mar. 2024. Disponível em:

<<https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2024/03/28/nikolas-ferreira-afirma-que-vai-trabalhar-em-conjunto-para-melhorar-a-educacao-do-pais/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE – INVESTSP. Barretos é o segundo maior produtor de cana-de-açúcar e de borracha do estado. **Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – InvestSP**. Disponível em: <<https://www.investe.sp.gov.br/noticia/barretos-e-o-segundo-maior-produtor-de-cana-de-acucar-e-de-borracha-do-estado/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ALBUQUERQUE, Caio. Esalq assina convênio com Associação de Olho no Material Escolar. **ESALQ Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo – USP**. 21 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.esalq.usp.br/banco-de-noticias/esalq-assina-conv%C3%AAnio-com-associa%C3%A7%C3%A3o-de-olho-no-material-escolar>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU – ABCZ. De Olho no Material Escolar levará 600 estudantes para imersão no agronegócio durante a ExpoGenética 2024, em Uberaba (MG). **Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ**. Disponível em: <<https://www.abcz.org.br/noticias/noticia/29977/de-olho-no-material-escolar-levara-600-estudantes-para-imersao-no-agronegocio-durante-a-expogenetica-2024--em-uberaba--mg>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - AGB. **A nova ofensiva do agronegócio sobre a educação – GeoAgrária e GTAgrária**. AGB - GeoAgrária – Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária da FFP/UERJ; GTAgrária – Grupo de Trabalho sobre Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seções Rio de Janeiro e Niterói. 04 maio 2021. Disponível em: https://agb.org.br/a-nova-ofensiva-do-agronegocio-sobre-a-educacao-geoagraria-e-gtagraria/?2025-08-20_054130_3887.html. Acesso em: 30 de agosto de 2025

BARRETO, Marcelo Menna. Não basta ser pop, o agro quer fazer a cabeça de estudantes e interferir nas escolas. **Extra Classe**. 14 de novembro de 2024. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/educacao/2024/11/nao-basta-ser-pop-o-agro-quer-fazer-a-cabeca-de-estudantes-e-interferir-nas-escolas/>>. Acesso em: 30 ago. 2025b.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional do Livro e Material Didático. **Programas do Livro** - home. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL, Senado federal – Senado Notícias. Debatedores na CE condenam avaliações sobre o agronegócio em livros didáticos. **Senado federal brasileiro – Senado Notícias**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/12/17/debatedores-na-ce-condenam-avaliacoes-sobre-o-agronegocio-em-livros-didaticos>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CANAL RURAL. De Olho no Material Escolar traz luta por educação de qualidade. **Canal Rural - Planeta Campo**. Disponível em: <<https://planetacampo.canalrural.com.br/agricultura/de-olho-no-material-escolar/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CANAL RURAL. FPA pede debate sobre informações do agro disponibilizadas em livros escolares. **Canal Rural**. 07 out. 2021. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/diversos/fpa-pede-debate-sobre-informacoes-do-agro-disponibilizadas-em-livros-escolares/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CANAL RURAL. Livros didáticos têm quase 60% a mais de citações negativas sobre o agro. **Canal Rural**. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/agricultura/agronegocio/livros-didaticos-citacoes-negativas-agro/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

COOPERCITRUS – Revista Agropecuária Digit@l. Educação e agro: Projeto “Vivenciando a prática” leva estudantes para conhecer a realidade do setor. **Coopercitrus – Revista Agropecuária Digit@l**. Disponível em: <<https://revistacoopercitrus.com.br/educacao-e-agro-projeto-vivenciando-a-pratica-leva-estudantes-para-conhecer-a-realidade-do-setor/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA. “De Olho no Material Escolar” é apresentado em encontro com técnicos do Sistema Faesp/Senar. **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA**. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/noticias/de-olho-no-material-escolar-e-apresentado-em-encontro-com-tecnicos-do-sistema-faesp-senar-sp>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CNA – Brasil. Projeto combate desinformação sobre o agro nas escolas. **CNA – Senar**. 20 maio 2024. Disponível em: <<https://cnabrazil.org.br/noticias/projeto-combate-desinformacao-sobre-o-agro-nas-escolas>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

DESIDERI, Leonardo. Com PNE em pauta, oposição terá 2024 crucial contra ideologização do ensino. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/com-pne-em-pauta-oposicao-tera-2024-crucial-contra-ideologizacao-do-ensino/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

FERREIRA, Paula. 'Mães do Agro' são recebidas pelo MEC para pedir visão mais positiva do Setor nos livros escolares. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/maes-do-agro-sao-recebidas-pelo-mec-para-pedir-visao-mais-positiva-do-setor-nos-livros-escolares-25229030>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

FREITAS, Hélen. Agronegócio financia lobby para patrulhar livros didáticos. **UOL Notícias**. 30 out. 2024. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reporter-brasil/2024/10/30/agronegocio-financia-lobby-para-patrulhar-livros-didaticos.htm>>.

FREITAS, Hélen. Agronegócio financia lobby para patrulhar livros didáticos. **Repórter Brasil**. 30 out. 2024. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2024/10/agronegocio-lobby-livros-didaticos/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

FREITAS, Gabriela de. Estudantes participam do projeto “Vivenciando a Prática” na Frinape 2024. **Jornal Bom Dia**. 26 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/75096/estudantes-participam-do-projeto-vivenciando-a-pratica-na-frinape-2024>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

G1 Economia. Entenda a campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo”. G1 Economia - Globo, 3 out. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/video/entenda-a-campanha-agro-e-tech-agro-e-pop-agro-e-tudo-5343997.ghtml>>. Acesso em: 30 ago. 2025

GAMA, Gabriel. Mais agro, menos clima: Tarcísio veta educação climática em escolas após lançar Agro Jovem. **Pública**. 28 nov. 2024. Disponível em: <<https://apublica.org/2024/11/mais-agro-menos-clima-tarcisio-veta-educacao-climatica-em-escolas-apos-lancar-agro-jovem/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

GOMES, Jéssica. De Olho no Material Escolar faz imersão no agro com cerca de 200 estudantes e professores de Sarandi e Sananduva (RS). **Grupo Ceres de Comunicação**. 16 out. 2024. Disponível em: <<https://grupoceres.net.br/2024/10/16/de-olho-no-material-escolar-faz-imersao-no-agro-com-cerca-de-200-estudantes-e-professores-de-sarandi-e-sananduva-rs/>>.

Acesso em: 30 ago. 2025.

GRABOWSKI, Gabriel. **Extra Classe**. 5 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/opinioao/2024/11/privatizacao-militarizacao-e-patrolhamento-da-educacao/>>. Acesso em: 30 ago. 2025c.

GRAZIANO, Xico. De olho no material escolar, por Xico Graziano. Site **Poder 360**. 25 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/opinioao/de-olho-no-material-escolar-por-xico-graziano/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

GRAZIANO, Xico. Educação no Brasil precisa respeitar o agro, diz Xico Graziano. Site **Poder 360**. 7 out. 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/opinioao/educacao-no-brasil-precisa-respeitar-o-agro-diz-xico-graziano/>>. Acesso em: 30 ago. 2025a.

JACINTHO, Leticia. Desafios e caminhos na educação brasileira. **CNN Brasil**. 01 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/forum-opinioao/desafios-e-caminhos-na-educacao-brasileira/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

JACINTHO, Leticia. Livros didáticos devem ser técnicos, não opinativos. **Poder 360**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/opinioao/livros-didaticos-devem-ser-tecnicos-nao-opinativos/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

JARDIM, Michelle. “De Olho no Material Escolar” completa três anos na defesa da educação de qualidade. **Canal Rural – A protagonista**. Disponível em: <<https://aprotagonista.canalrural.com.br/de-olho-no-material-escolar/de-olho-no-material-escolar-completa-tres-anos-na-defesa-da-educacao-de-qualidade/>>. Acesso em: 30 ago. 2025a.

JARDIM, Michelle. “De Olho no Material Escolar”: plataforma amplia acervo de materiais. **Canal Rural – A protagonista**. Disponível em: <<https://aprotagonista.canalrural.com.br/de-olho-no-material-escolar/de-olho-no-material-escolar-plataforma-amplia-acervo-de-materiais/>>. Acesso em: 30 ago. 2025b.

JORNAL DE UBERABA ONLINE. De Olho no Material Escolar. **Jornal de Uberaba online**. 10 maio 2023. Disponível em: <<https://www.jornaldeuberaba.com.br/noticia/51542/projeto-de-olho-no-material-escolar>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

JORNAL GV NEWS. Teatro Atiaia recebe capacitação De Olho no Material Escolar. **Jornal GV News**. 06 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.jornalgvnews.com.br/noticia/15929teatro-atiaia-recebe-capacitacao-de-olho-no-material-escolar/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

LOBATO, Gisele. Pressão do agro altera conteúdos de livros escolares, denunciam editores. **Aos fatos**, 2026. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/pressao-do-agro-altera-conteudos-de-livros-escolares-denunciam-editores/>.

MAFRA, Erich. Volta às aulas: o que o movimento do agro “De Olho no Material Escolar” programou para 2022. **Forbes. Forbes Agro**. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbesagro/2022/02/volta-as-aulas-o-que-o-movimento-de-olho-no-material-escolar-programou-para-2022/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

Movimento “De olho no material escolar” reforça a importância da participação do agro nas Discussões do Plano Nacional da Educação. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/agronegocio/387343-movimento-de-olho-no-material-escolar-reforca-a-importancia-da-participacao-do-agro-nas-discussoes-do-plano-nacional-da-educacao.html>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. Movimento “De olho no material escolar” reforça a importância da participação do agro nas discussões do Plano Nacional da Educação. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/agronegocio/387343-movimento-de-olho-no-material-escolar-reforca-a-importancia-da-participacao-do-agro-nas-discussoes-do-plano-nacional-da-educacao.html>. Acesso em: 30 ago. 2025.

OLIVEIRA, Caroline. Ruralistas lançam campanha contra livros didáticos com críticas ao agronegócio. **Brasil de fato**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/17/ruralistas-lancam-campanha-contra-livros-didaticos-com-criticas-ao-agronegocio/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

PELIZZARO, Itamar. Pela correta abordagem do agro na educação. **Correio do Povo**. 20 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/rural/pela-correta-abordagem-do-agro-na-educa%C3%A7%C3%A3o-1.1485797>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

PITASSE, Mariana. O agronegócio quer ditar os rumos da educação brasileira. **Brasil de Fato**. Geoagrária UERJ e GT Agrária. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/05/10/artigo-o-agronegocio-quer-ditar-os-rumos-da-educacao-brasileira/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

RAMOS, Mariana F.; INDRIUNAS, Luís. Conheça a bancada da censura, que quer apagar dos livros didáticos a violência no campo. **De olho nos ruralistas**. Observatório do Agronegócio no Brasil. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2022/10/01/conheca-a-bancada-da-censura-que-quer-apagar-dos-livros-didaticos-a-violencia-no-campo/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

REVISTA OESTE. Redação Oeste. As Liberais: com Leticia Jacintho, fundadora do movimento de Olho no Material Escolar. **Revista Oeste**. Redação Oeste. Disponível em: <https://revistaoeste.com/videos/as-liberais-com-leticia-jacintho-fundadora-do-movimento-de-olho-no-material-escolar/?utm_source=pocket_saves>. Acesso em: 30 ago. 2025.

RPA News. Redação. De Olho no Material Escolar fará imersão nas práticas do setor rural com 2 mil estudantes da região na Agrishow 2024. **RPA News**. 03 abril 2024. Disponível em: <<https://revistarpanews.com.br/de-olho-no-material-escolar-fara-imersao-nas-praticas-do-setor-rural-com-2-mil-estudantes-da-regiao-na-agrishow-2024/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

RIBEIRÃO PRETO. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto-SP. Mil alunos da rede municipal visitaram a 29a Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação. Site **Prefeitura**

Municipal de Ribeirão Preto-SP. 03 de maio 2024. Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/mil-alunos-da-rede-municipal-visitaram-a-29-feira-internacional-de-tecnologia-agricola-em-acao>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

RAMOS, Mariana F.. Lobby do agronegócio se organiza para “fiscalizar” material escolar. **De olho nos ruralistas.** 06 maio 2021. Observatório do Agronegócio no Brasil. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/06/lobby-do-agronegocio-se-organiza-para-fiscalizar-material-escolar/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SANSON, Cesar. Agronegócio quer ditar os rumos da educação brasileira. **Instituto Humanitas Unisinos.** 11 maio 2021. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/609127-agronegocio-quer-ditar-os-rumos-da-educacao-brasileira>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SEGALLA, Vinicius. Agronegócio quer ditar os rumos da educação brasileira. **Brasil de Fato.** GeoAgrária UERJ e GT Agrária. 10 maio 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/05/10/artigo-agronegocio-quer-ditar-os-rumos-da-educacao-brasileira/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SESTREM, Gabriel Rodrigo. Estudo aponta desinformação sobre o agronegócio brasileiro em livros didáticos do MEC. **Gazeta do Povo.** Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudo-aponta-desinformacao-agronegocio-brasileiro-livros-didaticos-mec/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SINDICATO RURAL de Não-Me-Toque-RS. “De olho no material escolar” apresenta o agro na prática para estudantes. **Sindicato Rural de Não-Me-Toque-RS**, 6 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.sindiruralnmt.com.br/post/de-olho-no-material-escolar-apresenta-o-agro-na-pr%C3%A1tica-para-estudantes>>. Acesso em: 30 ago. 2025

STATUTI, Eduardo. De Olho No Material Escolar” emite nota reforçando necessidade de melhoria no ensino do agronegócio nas escolas. **Paracatu Rural - Jornal de Notícias e Informações do Agronegócio.** 14 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.paracaturural.com/de-olho-no-material-escolar-emite-nota-reforcando-necessidade-de-melhoria-no-ensino-do-agronegocio-nas-escolas/>>. Acesso em: 30 ago. 2025

VITAL, Andréia. Agroteca Digital: De Olho no Material Escolar amplia conteúdos científicos e atualizados, online e de acesso livre sobre o setor rural. **Jornal Cana.** 05 dez. 2023. Disponível em: <<https://jornalcana.com.br/administracao/gestao-administrativa/agroteca-digital-de-olho-no-material-escolar-amplia-conteudos-cientificos-e-atualizados-online-e-de-acesso-livre-sobre-o-setor-rural/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

WALTENBERG, Guilherme. Novo plano de educação reúne intenções, não metas, dizem especialistas. **Poder 360.** 09 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/educacao/novo-plano-de-educacao-reune-intencoes-nao-metas-dizem-especialistas/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.